



**Por Baixo das Folhas
Cartografia Social dos Povos Tradicionais**

LUCIANO DE OLIVEIRA COSTA

JOSÉ CLÁUDIO ROCHA



Por Debaixo das folhas

Cartografia Social dos Povos Tradicionais

LUCIANO DE OLIVEIRA COSTA

JOSÉ CLÁUDIO ROCHA

Por Debaixo das folhas
Cartografia Social dos Povos
Tradicionais

Juazeiro, BA
2023

Copyright © 2023, Luciano de Oliveira Costa; José Cláudio Rocha

Todos os direitos desta edição reservados aos autores e ao Programa de Pós Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (UFRPE/ Recife).

REVISÃO ORTOGRÁFICA:

Valter Manoel Júnior

DIAGRAMAÇÃO e CAPA:

Sílvia Kimo Costa

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Costa, Luciano de Oliveira

A cartografia social da transição agroecológica protagonizada por povos tradicionais em Arataca - Bahia [livro eletrônico] / Luciano de Oliveira Costa, José Cláudio Rocha. -- Ilhéus, BA : Ed. do Autor, 2023.

PDF

Bibliografia.

ISBN 978-65-00-66402-7

1. Agroecologia 2. Cartografia - Arataca (BA)
3. Comunidades tradicionais 4. História - Arataca (BA) 5. Movimentos sociais I. Rocha, José Cláudio.
II. Título.

23-150773


CDD-621.3678

Índices para catálogo sistemático:

1. Cartografia social : Mapeamento : Espaço
geográfico 621.3678

Tábata Alves da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9253

Todos os direitos reservados. A reprodução não autorizada desta publicação, por qualquer meio, total ou parcial, constitui violação da Lei n. 9.610/1998.



A história é contada por vencedores. E vencedor, aqui, tem o sentido de aquele que, na pertença de um sistema dominante, ofereceu sua força e sua energia para a permanência de afirmações ideológicas. Nesse processo é comum jogar-se para os esconsos da História aqueles que estiveram do outro lado. Quando não perseguidos, esses passam a ser negados, ou se constroem redes de invisibilidade que os impedem de ascender à participação justa e lícita dos bens e serviços por eles mesmos produzidos. (Póvoas, 2012, p.26)

APRESENTAÇÃO	09
CAPÍTULO 1: ARATACA - A História de um Território	11
CAPÍTULO 2: A agricultura dos povos tradicionais e a transição agroecológica nos espaços GEOGRÁFICOS, SIMBÓLICOS E SUBJETIVOS em Arataca/BA	36
2.1 – ESPAÇOS GEOGRÁFICOS: Ilê Axé Ijexá Omi T’Odé	41
2.1.1 Redes de Encruzilhadas: Terra, território e Territorialidade	48
2.1.2 Espaços Geohumanos, Geopedagógico e Geofinanceiro: nosso ilê axé egbé	49
2.2 ESPAÇO SIMBÓLICO: Existência e Resistência do Ilê	52
2.2.1 O espaço simbólico é o cordão umbilical ancestral do AXÉ	63
2.3 ESPAÇOS SUBJETIVOS NO ILÊ: um olhar que transcende a subjetividade	65
2.4 ESPAÇO GEOGRÁFICO: ATV um “CHÃO em construção”	93
2.4.1 Encruzilhadas de Redes: Terra, Território e Territorialidade do ATV	103
2.4.2 ESPAÇO SIMBÓLICO: Existência e reexistência no Assentamento Terra Vista	105
2.4.3 ESPAÇO SUBJETIVO: Assentamento Terra Vista: um olhar que transcende a subjetividade	116
2.5 ESPAÇO GEOGRÁFICO: um Ceep Milton Santos em construção	130
2.5.1 Encruzilhadas de Redes: Terra, Território e Territorialidade do CEEPFCC Milton Santos	137
2.5.1.1 Espaço Geohumanos	139
2.5.1.2 Espaço Geopedagógico	142

2.5.1.3 Espaço Geofinanceiro	146
2.6 ESPAÇOS SIMBÓLICOS: Existência e reexistência do CEEPFCC Milton Santos	149
2.7 ESPAÇO SUBJETIVO NO CEEPFCC MILTON SANTOS: um olhar que transcende a subjetividade	165
2.8 OLHARES E CAMINHOS QUE SE CRUZAM E SE OLHAM NOS ESPAÇOS DA CSTAPT	174
2.9 ESPAÇOS SIMBÓLICOS – A complexidade da continuidade	179
2.10 ESPAÇOS SUBJETIVOS	183
CAPÍTULO 3: O verde da voz - narrativas dos agentes sociais sobre o processo da transformação agroecológica na cidade, na comunidade e em suas vidas	183
Referências	253

APRESENTAÇÃO

À BUSCA DE UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA

Vivemos a época da busca pelo detalhamento. Adesivos a tal construção, os cursos de pós-graduação se dividem em duas vertentes: a acadêmica e a profissional. Cabe à segunda construir possibilidades pedagógicas a partir de estudos e pesquisas que visem à aplicação no ensino e na extensão.

Daí, o Professor Luciano Costa tomar como roteiro de seus estudos e pesquisas o caminho do detalhamento. Nisso, sua escolha, ou mesmo por imposição de suas vivências, deságua na cartografia, em sua feição social.

E no detalhamento, também cumpre, de saída, o entendimento do que seja *Cartografia Social*. A intitulação deste volume vem complementada pela expressão *da transição protagonizada por povos tradicionais em Arataca*. A equipe *Educa mundo*, no site <educamundo.com.br>, aprecia a Cartografia Social como uma vertente da ciência cartográfica que, de maneira crítica e participativa, trabalha com a caracterização espacial de territórios de interesses socioambiental, econômico e cultural, que estão em disputa e que possuem vínculos ancestrais e simbólicos.

Então, vai o Professor Luciano à busca da caracterização espacial de territórios, com os quais ele construiu convivência íntima laboral. Três espaços são caracterizados: a cidade de Arataca, terreiro Ilê Axé Omít'Odé e o Assentamento Terra a Vista.

Na verdade, não se trata apenas de apresentar cartograficamente tais espaços e, sim, detalhar os imbricados de três segmentos que se completam, formando

um espaço social muito maior. O Professor Luciano constrói um mostruário cartográfico, do ponto de vista da Sociologia, no qual os níveis de informação são por demais abundantes.

Trata-se de um compêndio fartamente ilustrado, facilitando o entendimento de quem resolva estudá-lo, ou apenas o ler. Memória, resistência e movimento são categorias fartamente abordadas na caracterização do conhecimento trazido a lume. E o Professor Luciano chega a afirmar, categoricamente: “Não há memória simbólica sem a existência dos atores sociais, com seus conflitos, suas dúvidas e suas lutas.”

E assim se expressando, o autor nos deixa a par dos seus reais objetivos: priorizar os atores, isto é, o contingente humano. É justamente a que serve este detalhamento cartográfico, a incursão e mergulho em três espaços que se imbricam formando um só. O enfoque principal, no entanto, recai sobre os humanos que em tais espaços mourejam.

A construção vai percorrendo detalhes, juntando informações, descrições, depoimentos. Os atores consultados têm voz e voto. Dizem de suas crenças, de suas práticas, de suas escolhas. Sabem em quais trincheiras se acastelaram na defesa de seus direitos, na conquista de seus lugares no mundo.

A maioria dos estudiosos que buscam o detalhamento prefere ir à busca dos movimentos sociais, que é outra vertente na história de grupos que lutam por seus direitos. O Professor Luciano prefere a teia ao movimento. E termina por bradar: “A teia dos povos não é um movimento; é uma articulação.” Isso porque, na maioria das vezes, os movimentos sociais caminham na construção da resistência. E o caminho é apenas caminho. O Professor Luciano, então, vem em defesa de uma nova estratégia: a construção da teia dos povos.

Em virtude de tais enfoques, este livro do Professor Luciano se constitui verdadeira contribuição a quem necessitar de movimentar-se por meio da Cartografia Social.

Ruy Póvoas
Professor e Babalorixá
Arataca, outono 2023

INTRODUÇÃO

A Cartografia Social da Transição Agroecológica protagonizada pelos Povos Tradicionais de Arataca/BA é a realização de um sonho construído nas bases históricas da minha vida e do município de Arataca. É uma pesquisa de relevância social, humana e acadêmica, que trouxe à tona o resgate histórico de um povaréu, através da territorialidade representada pelos seus povos tradicionais.

A minha trajetória, nesta pesquisa, teve início com os primeiros passos nos caminhos da Educação do/no Campo, em 2011, quando a Superintendência de Educação Profissional da Bahia (SUPROF) me designou para a gestão do Centro Estadual de Educação Profissional do Campo Milton Santos, hoje denominado, Centro Estadual de Educação Profissional da Floresta, do Cacau e do Chocolate Milton Santos (CEEPFCCMS) localizado no Assentamento Terra Vista (ATV) liderado pelo Movimento Sem Terra (MST), na cidade de Arataca – Bahia.

A minha missão de ser Babalorixá do Ilê Axé Ijexá Omi T'Odé (Casa da Energia da Nação Ijexá Água do Caçador), herança passadas pelas mãos do Babalorixá Ajalá Deré (Professor/Dr. Ruy do Carmo Póvoas – Ilê Axé Ijexá Orixá Olufon), o qual tornou-se sacerdote pelas mãos de vó Mariinha, pois é herdeiro da raiz de sua bisavó, Inês Mejjã, (sacerdotisa filha de Oxum, vinda da África). Sou um dos

herdeiros da nação Ijexá do Sul da Bahia.

Atualmente, sou presidente da Organização Assistencial, Educacional, Cultura e Religiosa Água do Caçador, professor do CEEPFCMS e Conselheiro Municipal do Conselho de Educação e do Conselho de Agricultura e Meio Ambiente de Arataca, me impulsionou para a concretude desta Cartografia Social.

O programa UFBA (Universidade Federal da Bahia) em campo com foco nas escolas do campo (1997), e a experiência na docência no Projeto CEAURO (Centro de Estudos Afro-Orientais/UFBA) no ano de 1999, direcionado para jovens negras e negros fez com que a minha caminhada em defesa dos povos tradicionais e nos movimentos sociais passasse a fazer parte da minha vida.

Um dos pontos fundamentais foi integrar e conceber a concepção pedagógica da Educação Profissional, os pressupostos teóricos e empíricos da Educação do Campo e a pedagogia do MST (Movimento Sem Terra) aos meus estudos, que proporcionou o meu despertar pela Agroecologia.

A parceria com o Centro Florestan Fernandes, localizado no próprio assentamento, a experiência com os “Sem Terrinhas” (grupo das crianças no MST), como também, a participação na II Turma do Curso Nacional de Formação de Educadores em Educação do Campo e Pedagogia do MST, ampliou o meu olhar para uma educação concebida na diversidade dos povos.

Durante os 12 anos, que vivo em Arataca, venho percebendo o quanto é um território rico em heranças geoambientais, geohistóricas, geoculturais e geosociais. Por todo este tempo venho lutando contra o sistema que produz

desigualdade social, desmatamento, poluição do planeta, concepção elitista brasileira, elege bancada política nos governos contrária aos princípios norteadores dos processos democráticos e participativos, e promove a desvalorização humana, como também, contra o agronegócio que é o oposto dos princípios da Transição Agroecológica.

O Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial/UNEB tornou exequível a “Cartografia Social da Transição Agroecológica” protagonizada por povos tradicionais em Arataca/BA, percorrendo as marcas geográficas, simbólicas e subjetivas expressas em suas memórias ancestrais, nos espaços sociogeográficos e nos solos da agricultura dos povos tradicionais.

Teve como pergunta norteadora: Como os saberes tradicionais contribuem para transição agroecológica em Arataca? Buscou-se dialogar à luz de Altieri (2001); Caporal; Costabeber (2002); Primavesi (2006); Acselrad (2006); Póvoas (2007); Rocha (2009, 2016); Bogo (2010); Thiollent (2011), Magalhães; Vagner (2018); ademais, o conhecimento dos povos tradicionais.

Esta proposta fora desenvolvida considerando o viés metodológico da pesquisa aplicada, inovadora e exploratória, por conseguinte, numa abordagem qualitativa com estratégia de produção e leitura de dados centrada na entrevista semiestruturada e nos resgates das narrativas da população local. O Assentamento Terra Vista, o Ilê Axé Ijexá Omi T'Odé e o Centro Estadual de Educação Profissional da Floresta, do Cacau e do Chocolate Milton Santos são campos de resistência em prol da Agricultura dos povos tradicionais e da Agroecologia.

Estes estudos foram construídos nos pressupostos filosóficos e sociais agregados aos princípios dos povos tradicionais e da Agroecologia, possibilitando percorrer por olhares epistemológicos para o desenvolvimento de uma territorialidade com o olhar para a sua história, sua memória e sua cultura local. Na composição dos capítulos a narrativa foi construída no viés de uma comunicação dialógica:

CAPÍTULO 1: ARATACA - A História de um Território

CAPÍTULO 2: A agricultura dos povos tradicionais e a transição agroecológica nos espaços GEOGRÁFICOS, SIMBÓLICOS E SUBJETIVOS em Arataca/BA

CAPÍTULO 3: O verde da voz - narrativas dos agentes sociais sobre o processo da transformação agroecológica na cidade, na comunidade e em suas vidas.

CAPÍTULO 1

ARATACA – A História de um Território

“Esta região do território do sul da Bahia em Arataca era e é território indígena formada pela força de trabalho indígena e escrava pelas mãos negras.”
Dr. dos Saberes Tradicionais Joelson Ferreira
(Coordenador do Assentamento Terra Vista)

Arataca é uma cidade alicerçada nos ideais de luta e resistência. É um território em transição agroecológico formado por uma diversidade plural quanto à culinária afro-brasileira construído pelos povos indígenas e afro-brasileiros, que fizeram desta terra rica com o plantio do cacau e atualmente é ocupada por diversos tipos de agricultura: agricultura dos povos tradicionais, agroecologia, agricultura familiar e agricultura convencional. Segundo estudos

os primeiros pés de cacau foram plantados no Sul da Bahia em 1746, na então Capitania de Ilhéus, mais especificamente na Fazenda Cubículo, localizada às margens do Rio Pardo, propriedade do Senhor Antônio Dias Ribeiro, nas proximidades do povoado de Canavieiras (onde hoje é a cidade de Canavieiras), que à época, pertencia à vila de Ilhéus e se localizava ao sul dessa povoação. As sementes para esse plantio foram trazidas do Pará pelo botânico franco-suíço Louis Frederic Warneaux (RANGEL, 1982).

Liberdade é a palavra de ordem contra a exploração dos coronéis e fazendeiros, os quais viveram nestas terras e gastaram a riqueza em outras distantes. Agora, cabe contar a história dos anti-heróis que teceram neste município um tapete verde

com o plantio dos pés de cacau e com a preservação da mata atlântica.

Apresentamos alguns relatos coletados sobre a memória da cidade de Arataca sob a ótica dos povos afrodescendentes. Uma nova janela se abre para novas pesquisas e descobertas acerca deste município.

O nome denominado Arataca vem das constantes caçadas as onças pelas bandas das Serras, dentre elas: o Parque Nacional Serra das Lontras localizado na Mata Atlântica e, ainda hoje tem uma grande área de mata fechada pertencente ao território de identidade do litoral Sul da Bahia.

Contam os moradores mais antigos da cidade que Arataca, antiga Xapuri, era uma terra de caçadores, e estes vinham das terras de Una e povoados circunvizinhos para armar suas aratacas (armadilhas de pegar onças e pacas), diziam um para os outros “as aratacas estão armadas, agora é esperar...” no outro dia as onças, as pacas e outros animais de grande porte estavam presos, prova que a caçada tinha sido um sucesso. Quando procuravam saber onde estavam os caçadores, eles sempre respondiam: “estávamos nas terras das aratacas”.

A região era servida de caças preciosas como: pacas, lontras, cobras, onças, javali, capivaras, muitos teiús, havia todo tipo de caça, aves e peixes. Esta ação desencadeou na extinção de muitos animais principalmente as onças, em especial a Jaguatirica, que pouco se ver hoje em dia. A cidade de Arataca é uma área inserida

no bioma Mata Atlântica, localizado numa região importante do ponto de vista ambiental, pois fica na área entre as unidades de conservação do Parque

Nacional da Serra das Lontras e Refúgio de Vida Silvestre da Serra do Baixão. Esta região se insere em um micro corredor prioritário Reserva Biológica de Una – Lontras - Baixão, área de relevante importância para a implementação do Corredor Central da Mata Atlântica. Também faz parte na microbacia do Rio Aliança, que além de fazer ligação natural entre as unidades citadas, abastecem de água os municípios de Arataca e Una, contando com uma diversidade em riqueza natural (SANTOS, 2010, p. 24).

Toda esta região é território explorado e invadido pelos portugueses, em suas terras aconteceram o processo de catequese dos índios e de escravidão dos negros. No solo da Mata Atlântica foram depositados milhares de corpos, que até hoje descansa em sono profundo devido às guerras, os massacres e as lutas por terra. Segundo Campos (2006, p.186): “a praia do Cururupe, extremo norte da terra Indígena Tupinambá de Olivença/Ilhéus/BA foi cenário da sangrenta Batalha dos Nadadores, comandada por Mem de Sá, em 1559. Segundo relato do próprio governador-geral, quando dispostos ao longo da praia, tomavam os corpos (dos indígenas assassinados) perto de uma légua.”

Assim, não seria diferente nas terras em que hoje se localiza Arataca, existe um local chamado “corre calado” lugar onde se ouvi falar que mataram muita gente, principalmente índios. Na época, era uma imensidão de terras com mata fechada e muitos animais silvestres, considerado lugar de fuga dos índios e negros fugitivos; bem como, de pessoas que andavam explorando suas terras.

As terras de Arataca são oriundas do município de Una que pertencia a Canavieiras, foram doações feitas pelas capi-

tancias hereditárias, por concessão de Mem de Sá à família dos Almeidas. O coronel Almeida comandou toda essa região, assistindo a construção de todo o território pelas mãos dos povos indígenas, negros e nordestinos que vinham das bandas de Sergipe para plantar e cultivar o cacau.

O cacau era a moeda corrente na época, por isto tinha sua forma especial de se plantar - a cabruca, como Joelson Ferreira morador de Arataca e fundador do Assentamento Terra Vista conceitua:

é um sistema que tem mais de 250 anos quase 300 anos... como a mata era densa trazia o pessoal para abrir buraco na mata. Já era uma cultura indígena de plantio, então abria as cabruças... como trouxeram o cacau da Amazônia para aqui começaram a plantar o cacau e este pessoal passou a plantar o cacau... meu pai era cabruqueiro... com 12 anos meu pai e meus irmãos, mas os irmãos de meu pai já botavam a cabruca. Então o que é cabruca? É de uma curritela. Ô Zé, ô Manuel venha cá abrir buraco na mata vem plantar cacau.

Na cidade de Una existia o porto em Pedra de Una, um povoado local (atualmente considerada região quilombola), e outros dois portos marítimos circunvizinhos: um situava em Ilhéus e o outro em Canavieiras onde desembarcava os navios de carga. Muitos negros foram forçados a servir aos senhores de engenhos e coronéis trabalhando nas fazendas de cacau e cana de açúcar por toda a região, como aconteceu no Rio de Engenho, em Ilhéus. A presença de afrodescendentes na região do sul da Bahia, justifica-se pelo território ter sido um lugar de engenhos e quilombos registrados na história, conforme Póvoas diz:

Trago de volta do passado, na polifonia das vozes de várias narradoras, uma voz que se fez presente ao longo de quatro gerações. Essa voz trazida de volta, é um grito de liberdade. Por essa liberdade, foi pago um preço muito alto. Trata-se do registro de parte da trajetória de uma mulher negra trazida da África a força, ainda na primeira metade do século XIX e escravizada no Engenho de Santana, em Ilhéus (PÓVOAS, 2002, p.38).

A caldeira onde era produzido o açúcar pelos negros e negras, até os dias atuais encontra-se em exposição no Rio de Engenho, é um símbolo das marcas históricas e registro de uma agricultura centrada na exploração e na escravização de povos, que foram negados de cultivar sua própria agricultura proveniente de seus ancestrais, como os povos indígenas praticavam em suas aldeias.

Foto 01: Igreja localizada no Engenho Santana



Foto 02: Caldeirão de açúcar



Fonte: acervo do pesquisador

Segundo Póvoas (2002, p. 462) conta que “de um lado sabe-se, através das narrativas orais dos descendentes de Me-jigã, que ela foi escrava no Engenho de Santana (...) relatos sobre esta escrava foram contados de forma oral pelas suas

bisnetas, já falecidas, no entanto, vivem na memória dos seus descendentes e fazem parte do acervo do Ilê Axé Ijexá Orixá Olufon em Itabuna/Bahia. O Jornal Tàkàdá, ano 3, nº 6, relata sobre a história:

O terreiro do Ilê Axé Ijexá está ligado às raízes e tradições que foram trazidas para o Brasil por Mejigan. Ela era sacerdotisa de Oxum e pertencia à cultura do povo Ijexá. Aqui, no Brasil, ela recebeu o nome de Inês e foi escrava do Engenho de Santana. Nas terras do cacau, ela deu origem a uma família da qual saiu o grupo que fundou o Ilê em Itabuna. Por isso Oxum é a Mãe desta Casa e a cultura Ijexá é a marca fundamental do terreiro. (TÀKÁDÁ, 1998, p.01)

Além de Mejigã muitas outras escravas e escravos foram vítimas e morreram na região cacauzeira dos maus tratos dos coronéis, como também, muitas foram às fugas realizadas pelas negras e negros em busca da liberdade. Eles resistiram toda a opressão da escravidão, fugiam correndo entre as roças de cacau, pelas serras e matas chegando até as aldeias indígenas que davam abrigos e protegiam contra os capatazes que vinham à procura dos “furjões”.

No passado muitos negros e negras foram mortos e outros considerados fugitivos pela lei, segundo informações contadas pelos mais velhos, que ainda vivem no município de Arataca, a exemplo de coordenador do Assentamento Terra Vista Joelson Ferreira relata: “os negros fugitivos iam para os lados das serras, lugares de difícil acesso para não serem capturados e um destes lugares foi a Serra do Padeiro (como hoje em dia é chamado) eles encontravam os índios que ali viviam dando-lhe guarita e proteção.”

Por muito tempo, as terras do Sul da Bahia foram lugar de convivência entre negros e índios, um território rico de saber tradicional e cultural devido uma região repleta de um conhecimento indígena e africana, na verdade houve um processo de troca de saber sem perda de sua identidade tornando a região ainda mais rica culturalmente.

Na região cacaueteira quilombos foram criados com a ajuda incessante dos povos indígenas que ali habitavam, prova disto, a família do índio Babau que vive até hoje em São José de Buerarema (sul da Bahia) na Aldeia Tupinambá localizado na Serra do Padeiro é prova da existência da irmandade entre índios e negros.

Segundo Joelson Ferreira, a ancestralidade do povo negro nas Aldeias indígenas no sul da Bahia é muito forte, a exemplo disto à mãe do índio Babau, cacique Nailton, Dona Maria Muniz, a mãe de Fabinho e a avó também chamada de mãe veia tem as duas heranças no sangue: indígena e negra. Ele relata que os mais velhos, até hoje em dia, valorizam o aprendizado do povo negro e das mães negras dentro das aldeias indígenas no sul da Bahia. Continua

minha avó, era uma negra descendente dos quilombos construídos no sul da Bahia, não esqueço do pé de laranja que ninguém e nenhum dos netos tocavam, somente na época da colheita eram tiradas as laranjas e, ela distribuía aos netos sentados aos seus pés em forma de roda para ouvi-la contar as histórias de seus ancestrais e as vivências de seu povo negro.

Mas, infelizmente, muitos quilombos foram desativados devido ao processo histórico da libertação dos escravos e, os negros que resistiram e sobreviveram as inúmeras batalhas po-

voaram as ruas dos vilarejos e das cidades para comercialização de seus quitutes ou ocupar as roças de cacau e continuar suas lavouras nas fazendas em troca de sustento para suas famílias.

Índios, ex-escravizados e muitos sergipanos vieram para a futura região cacauceira plantar o cacau submetendo-se a viver o regime de semiescravidão nas fazendas, assim era o povo do contrato chamados de “os contratistas”. A história oral relata que coronéis e fazendeiros tinham armazéns em suas propriedades e vendiam de tudo um pouco, principalmente o que não era produzido por ali, mas o necessário para nutrir as despesas de seus contratados, como também, aprisioná-los o resto de suas vidas em dívidas e, muitos morreram endividados deixando para seus herdeiros pagar. Então, este sistema tornava cada vez mais rico os donos da fazenda, assim o Professor de História e Poeta Marmédio Santana Souza (2010, p.13), filho de Arataca, em seu livro História de Arataca conta que

“Muita gente foi chegando
Pra este lugar
Construindo suas casinhas,
Pra se poder morar.
Homens, trabalhando;
As matas iam desbravando,
Para suas fazendas formar.
Os fazendeiros daquela época,
Tinham muitos contos de réis
E seus trabalhadores,
Tinham que ser muito fiéis,
Por serem endinheirados,
Por todos eram chamados,
De capitães ou coronéis”.

A saga negra e indígena nas terras arataquense sempre foi movida de luta e resistência no âmbito econômico. onde a seringa, o cacau, a pimenta do reino, a feira nos finais de semana e o desmatamento da mata Atlântica eram as moedas de valor para os coronéis. Eles comandavam de longe deixando suas fazendas e propriedades nas mãos dos empregados, que esbanjavam “ares” de serem os poderosos e donos da cidade, restando aos povos negros (grande maioria) apenas a ação de servi-los, parte destes ocupavam as cozinhas e a outra trabalhava com a monocultura nas roças e lavouras.

A exploração era uma prática cotidiana com as classes dos trabalhadores rurais (na grande maioria negros e negras), muitos fugiam e deixavam tudo em suas casas e roças acreditando que podiam encontrar uma vida melhor na cidade grande, outros morreram em tocaias por não ter como pagar suas dívidas intermináveis. Já os povos indígenas se entocavam pela Mata Atlântica, “o manto verde” (figura 01) e construíam suas aldeias.

Figura 01: Planta aérea da Mata Atlântica no município de Arataca



Fonte: <https://www.google.com/maps>

Arataca, localizada na rodovia BA 676, sempre foi uma rota de passagem entre Una e outras cidades, o ponto de encontro era e é até hoje na feira aos sábados, próximo à rua do Porto, local que antigamente atracava as canoas servindo de transporte para trazer os sacos de cacau vindos das fazendas e roças localizadas do outro lado do rio Aliança, como também, traziam peixes fresco, pescados naquela hora.

Foto 03 – Atual rua do Porto



Fonte: acervo do pesquisador

Contam os moradores antigos de Arataca que no dia de feira livre o comércio funcionava o dia todo, pela manhã as se-

nhoras, crianças e pessoas da cidade desfilavam comprando frutas, verduras, cereais, roupas em exposição; já pela tarde o povo da zona rural, muito deles homens, deixam suas famílias na roça e vinham à feira para comprar as sacas de alimentos que durava um mês. Ao anoitecer em vez de retornar para casa se deleitavam com as raparigas no cabaré, era o momento para diversão depois de trabalhar a semana toda na lavoura de cacau com a agricultura convencional.

Arataca é uma cidade rural e nunca teve uma elite rica, pacata pelo seu comportamento de vida com ares do interior. Nos anos 80, os grandes fazendeiros donos do cacau e da seringa da época não viviam em Arataca moravam nas zonas urbanas como: Salvador ou em Ilhéus, considerado o porto ou campo de aviação, locais em que o progresso já havia chegado com melhor condição para uma boa instrução (educação) de seus filhos, atendimento quanto à saúde e lugar para a apreciação da cultura e do lazer.

Assim, os coronéis e fazendeiros ficaram velhos e não tiveram sucessor, seus herdeiros foram estudar na França, em Salvador, no Rio de Janeiro ou em Ilhéus buscaram se especializar em outras áreas do conhecimento, passando a não entender nada sobre a cultura do cacau. Isto levou a falência de muitas fazendas. Os filhos herdeiros quando chegava nas fazendas não sabiam o que fazer e deixavam suas terras abandonadas. Em entrevista com Joelson Ferreira conta que:

este é um grande problema que perdura até hoje, não tem sucessão, não tem mão de obra qualificada para supri responsabilidade. Não tem órgãos competentes para assumir esta responsabilidade

para a questão da vassoura de bruxa... a CEPLAC é um órgão hoje detentor de todo conhecimento de cacau, mas seus técnicos, seus agrônomos, seu corpo de intelectual tudo que já tem lá já está aposentado, tudo velho, não faz um concurso há mais de 30 anos, nenhum investimento e, como esta região era muito rica e muito arrogante todo mundo lutou contra ela.

Não havia investimento dentro de Arataca que se preocupasse com a sua sustentabilidade, apenas a extração da riqueza de seu território para gastar nas capitâncias ou capitais. Deixavam à mercê dos gerentes das fazendas possuidores das melhores casas localizadas na praça principal junto à Igreja Católica de Nossa Senhora da Conceição, esta era a elite da cidade que não tinha nenhuma preocupação com a classe trabalhadora rural constituída pela classe de baixa renda.

Na época áurea do cacau, nos 70 e 80, Arataca era distrito de Una chamado de Xapuri. Neste período, os trabalhadores rurais pobres e na sua grande maioria negros eram vítimas do trabalho escravo e exploração nas fazendas de cacau. O ofício passou a ser ainda mais exaustivo e desumanizado devido ao aparecimento de escritórios de grandes empresas da capital instalados na cidade a exemplo do grupo Chaves que eram o maior exportador de cacau na região.

Quando assolou a crise da Vassoura de bruxa, no período de 1987 a 1989, a região passa por uma crise aumentando o número de desemprego e o êxodo rural se torna comum no município, deixando as roças vazias e ocupadas pelos matos. Restou ao povo negro e pobre de Arataca ser: pequeno agricultor, ou viver na periferia, culminando com a chegada do Sem Terra nos próximos anos.

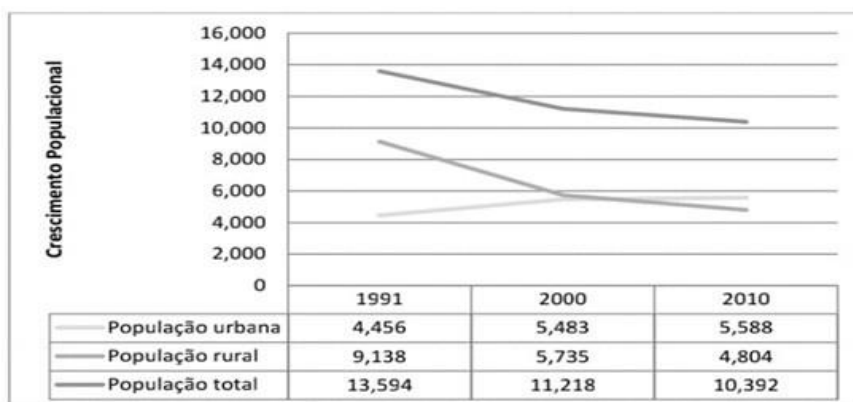
Professor e Mestre Raimundo Nunes, morador de Arataca há 35 relata que o professor e babalorixá Rui do Carmo Póvoas descendente da matriz Ijexá do Sul da Bahia dizia: “este Brasil, principalmente esta região, ralando o joelho no chão, não tem como pagar o que os nossos ancestrais fizeram, não tem como pagar o sangue do povo negro que foi derramando nas roças de cacau, incluindo também o sangue os indígenas.”

A contribuição do povo negro para construção e formação do território de identidade Litoral Sul da Bahia foi grandiosa e sofrida, não tinha hora para lavoura o cultivo do cacau e da cana de açúcar. No documento cartográfico criado por John F. Camacho, com base no IBGE 2015, os 41 municípios que formam a microrregião Ilhéus-Itabuna cacauzeira (Arataca está inserido) eram ocupados por várias famílias que moravam e viviam nas fazendas de cacau. Todos e todas: homem, mulher, jovem, crianças e velhos eram destinados ao trabalho e a produção, haviam nas fazendas e nas roças uma grande população de trabalhadores rurais que trabalhavam de “domingo a domingo.”

No entanto, esta realidade tem mudado ao analisar o gráfico conforme na figura 02. Verifica-se que ao passar dos anos a população rural tem diminuído, enquanto o povo da zona urbana vem crescendo paulatinamente, superlotando os centros urbanos. Nota-se que, entre os anos de 1991 a 2010, mais de 44% da população rural migrou para a zona urbana ou para outros lugares, enquanto que, a população urbana aumentou mais de 79% referente aos anos citados. Observa-se uma queda de 3,202 da população total considerando a diminuição dos valores: 13,594 e 10,392 do período em questão. Constatando que houve o êxodo tanto rural quanto urbano no ano de 2010, ou

seja, tem menos gente no campo, mais gente na cidade e menos gente no território arataquense.

Figura 02: População urbana e rural em 1991, 2000 e 2010, para o Município de Arataca/BA



Fonte: IBGE – Censo Demográfico 1991, 2000 e 2010.

A cidade de Arataca foi municipalizada por meio do decreto estadual nº 12978, de 01 de junho de 1944, somente pela lei estadual nº 4442 de 09 de maio de 1985 acontece o desmembramento de Una, antes sede no antigo distrito de Arataca, que se chamava Xapuri. Segundo o IBGE a população está estimada no ano de 2010 de 10.392 pessoas, figura 03, teve um declínio em relação aos últimos censos que apresentou dados dos habitantes bem menos que os anteriores, não aparecendo em destaque a população negra e muito menos a indígena. É constituído por uma densidade demográfica de 27.70 habitantes por km² quadrado. Mamédio (2010, pg. 13), com base no censo de 2000, narra em seus versos:

“Com quase 12 mil habitantes:
Segundo dado oficial;
Sendo que a maioria
Reside na Zona Rural.
Por pequenos agricultores
E também trabalhadores,
De fazendas de cacau.”

Segundo Dona Raimunda, conhecida como Seremi, Mãe de Santo, relata que desde a década de 70, podia-se ver que a população de Arataca era negra, a cultura negra movimentava a cidade com seus rituais religiosos. Os 25 (vinte e cinco) terreiros de candomblé de herança africana abriam suas portas para homenagear seus encantados, erês, orixás ou inkises (Deuses africanos).

No entanto, muitas casas fecharam suas portas ficando apenas na memória ancestral: Dona Maria Goiana, filha do orixá Yansã seu terreiro ficava no bairro São Domingos; Seu Juracy, que incorporava Marujo, tinha seu local de culto na Travessa de São Pedro, no bairro São Domingo; Seu Wilson, ainda vivo, mas largou tudo e virou evangélico, filho de Oxumaré e Yansã, morava na rua Castro Alves, bairro São Domingos; Dona Creusa, ainda viva, virou evangélica, filha de Nanã, tinha seu caramanchão localizado no bairro Feijão Semeado; Dona Helena cultuava seus encantados próximo da Baixinha.

Ainda hoje vive em Arataca, Dona Nelice, filha de santo de Anizia, conhecida como Cafungê, filha do Inkisi Kavungo, uma mulher negra, profissão baiana de acarajé, com 93 anos de idade, relata com muito orgulho que viveu da venda de seus quitutes e dos bolinhos de acarajé, que naquela época se trajava com suas vestes e contas do seu orixá para alimentar a popu-

lação não somente com o bolinho de dendê, mas da cultura de matriz africana. Ela é um símbolo de resistência negra para a cidade. Ela narra:

sou da nação de Angola, aqui na cidade ouvia-se o povo falar em caboclos (encantados), inkises, orixás. A coisa era mais forte. O povo tinha que ter fôlego para sambar, pois os festejos duravam dias às vezes eram duas a três festas na cidade de samba, varava a noite toda. Tinha época que acertava quem ia tocar que dia ia tocar, para não ter mais de uma festa no mesmo dia e o povo não saber para onde ir.

Foto 04: Babá Omi-silé, Mameto de Inkisi Seremi e Mãe Celma de Oxóssi



Fonte: acervo do pesquisador

Atualmente, Arataca tem quatro comunidades terreiros que resistiram ao tempo como: o Terreiro de Yemanjá que tem

como líder espiritual Mãe Seremi, localizado próximo a Escola Joviniano, rua do Cruzeiro, bairro São Domingos, o Terreiro de Oxóssi de Celma, no bairro Feijão Semeado, próximo ficava o minador Caramanchão que por muito tempo foi um outro terreiro de candomblé, o Terreiro de Ogum de Dona Zélia fica na saída de Arataca-Una e o Ilê Axé Ijexá Omi T’Odé,(Casa da energia e da nação Ijexá Água do Caçador) tendo como babalorixá Omi-Silé, filho de Oxum e Oxóssi, localizado na entrada da cidade.

É importante destacar que o aumento das igrejas pentecostais, nos anos 80, provocou a diminuição e o fechamento de algumas casas de culto de matriz africana no município, como foi o caso de mãe Creusa, pai Wilson, converteram-se ao protestantismo e mãe Helena e outros seguiram sua vida indo embora da cidade. Para melhor compreensão, apresentaremos no gráfico abaixo dados da população residente por religião da cidade de Arataca, no Censo IBGE (2010). É possível detectar uma desigualdade religiosa existe na cidade gerando vários fatores muito além do segmento religioso:

Figura 03 População residente por religião

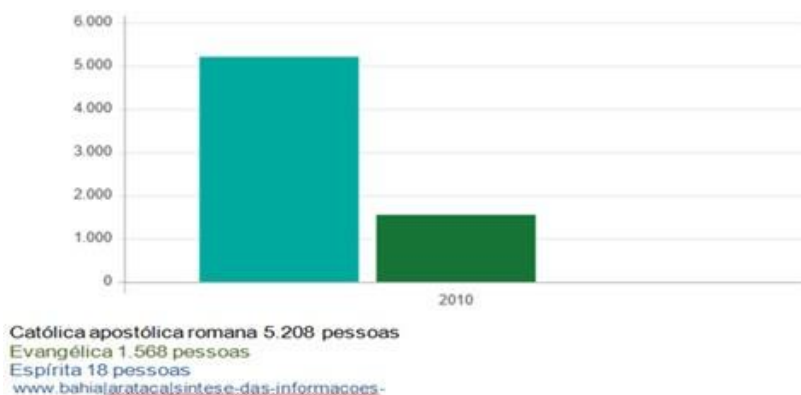
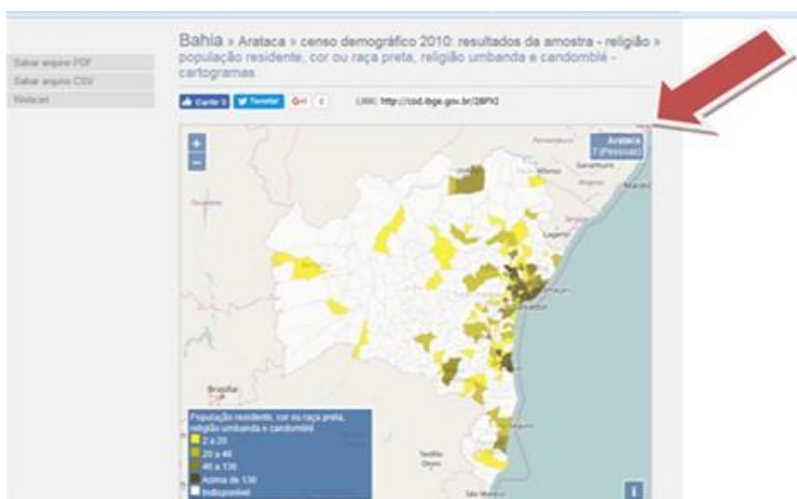


Figura 04: Mapa apresentando a religiosidade de Arataca. (Censo de 2010)



Candomblé/umbanda 7 pessoas (indisponível)
<http://cidades.ibge.gov.br/cartograma/mapa.php?lang=&coduf=29&codmun=290225&itema=91&codv=v34&search=bahia|arataca|sintese-das-informacoes->

No Censo IBGE 2010, no site: www.bahiaaratacasintese-das-informacoes, figura 03, o gráfico mostrando como resultado uma população na sua maioria cristã apostólica romana, em seguida os evangélicos e apenas 18 pessoas se auto declaram espíritas, cabe fazer a seguinte indagação: Onde estão as pessoas dos outros segmentos religiosos, citadas por dona Raimunda? Como dialogar sobre igualdade dos povos, conforme declara a Constituição Federal Brasileira, 1988, se Arataca apresenta um quadro de invisibilidade racial e religiosa?

Na, figura 04, apresenta um mapa da amostra sobre a religiosidade de Arataca, onde apenas 7 (sete) habitantes se auto declaram negros ou pardos sendo da Umbanda ou Candomblé, verifica-se

que as religiões de culto de matriz africana apresentam um número irrisório de adeptos.

Entretanto, contam os mais velhos da cidade que tempo pretéritos havia tantos terreiros de candomblé e eram disputados os dias de festas para não haver festa no mesmo dia em mais de um terreiro. O olhar crítico fica ainda mais aguçado quando passamos a observar na figura 04, constata-se que a religião Católica apostólica romana com 5.208 adeptos declarados. Comprova-se ainda há uma dominação forte da religião hegemonicamente de descendência europeia, pois historicamente este território também foi palco da evangelização cristã feita pelos portugueses quando executaram o plano de catequização dos povos índios e negros.

Nos tempos áureos os festejos da independência do Brasil, 7 (sete) de setembro era o momento mais esperado do ano, o desfile cívico com a presença da fanfarra esbanjava toda sua exuberância onde passava. As escolas eram vistas contando os acontecimentos históricos do Brasil e da cidade de Arataca. Para o professor e ex-presidente da fanfarra Raimundo Nunes:

a juventude negra participava da fanfarra e era motivada, a cidade toda se mobilizava, pois era um evento que integravam a prefeitura, a secretaria da educação e a cultura, principalmente a população prestigiava. Quando terminava o desfile já começava as ideias e planejamento para o ano seguinte. Todos se sentiam vitoriosos e a autoestima se fazia presente com as vitórias nos concursos em que a fanfarra participava, seja na capital em Salvador ou nas cidades circunvizinhas.

O povo arataquense sempre teve sua representatividade forte no seu cotidiano, relatada nos versos escrito pelo poeta Souza (2010, p.14)

“Uma bonita Fanfarra,
Muito bem organizada;
Com mais de 90 instrumentos,
Por estudantes é formada.
Com seus toques variados,
Deixa todos admirados
Onde ela é apresentada”.

Outra memória vem à tona quando o professor de história Leonardo Fernandes escreve redes sociais (Facebook) um relato descritivo emocionante sobre as festividades cívicas da cidade de Arataca, saudosamente ele narra:

“Pelos pátios do Bráulio Xavier corríamos, aos gritos das Professoras Nizete, Aparecida, Graça, Célia Dimas, Lourdes ... Eufóricos para o evento em comemoração aquela “foto que víamos nos livros”. Laerte, filho de Dona Gení foi o autor do nosso grito de independência (pelo menos no que se refere a banda marcial, pois não dependíamos mais da banda de Una). Enfileirados, percorríamos as ruas que ainda eram carentes de calçamentos. No comércio, todos paravam para assistir aqueles ensaios (era assim que chamávamos). Tempos depois chegou a nossa vez no recém-criado IMEA (era um sonho). A semana da pátria era tão esperada por cada um de nós que só perdia para a expectativa das festas juninas (essa eu conto em outro momento). Para que não pensem que éramos “Santos”, devo lembrá-los que éramos crianças, dávamos trabalho sim. Eram petelecos no colega, um toque no pé do outro para que ele tropeçasse, tinha choro por não ficar como o Pelotão, ou por não fazer parte da banda. Existia um vestibular (um teste de aptidão) para tocar. Embora tivesse a tristeza momentânea, no segundo dia de ensaio era só alegria. Eram aulas fora da sala, as brincadeiras mencionadas, perdiam força no andamento das atividades. Pois cada um começava a se preocupar com o outro (olha o

alinhamento, você está torto, agora sim...). Companhia, respeito, alegria, a importância de ser um estudante, trabalho em equipe... tudo isso era trabalhado, inclusive o ato de ser independente. Pois cada uma tinha que assumir sua responsabilidade com o papel que iria desempenhar. O processo democrático avançou com o movimento das diretas já, a constituição de 88 promulgada. O tempo foi passando, o que era marcial passou a ser fanfarra (muito mais alegre, com direito de se expressar livremente, sem os ritos militares), a visão sobre o 7 de setembro ganhou um ar crítico (resultado de muita luta), mas a fantasia, a magia vivida naquele tempo, não podemos deixar passar. O 7 de setembro tem o seu significado histórico, que pode ser controverso, contraditório, isso é discutível (pessoas lutaram, morreram para que tivéssemos esse direito de discordar). Todavia, o dia da independência do Brasil, para aquelas crianças que participavam dos desfiles, e soltavam um brado retumbante às margens do Rio Aliança entendiam, mesmo que ingenuamente a força de ser independente. Eu Vivo o 7 de setembro, de minha querida e amada Arataca.

Foto 05: Desfile Cívico -2017



Foto 06: Desfile Cívico - 2018



Fonte: acervo do pesquisador

Arataca é uma cidade formada por um povo simples que vive às margens do Rio Aliança muitos deles são agricultores que cultivam e produzem seu próprio alimento, já outros sobrevivem do

emprego dado pela Prefeitura Municipal de Arataca. A sua economia é inteiramente pautada na formação agrícola construída na lavoura produção do cacau e com base na agricultura familiar. Por muito tempo a seringa foi extraída e deu capital de giro para a cidade isto, levou um desastre ambiental para todo território do sul da Bahia.

Vale destacar que o povo da zona rural, muitos com herança ancestral negra e indígena, outros descendentes de sergipanos. Estes povos, até hoje movimentam o comércio de Arataca, enchendo as feiras e as ruas comprando e vendendo alimentos, a exemplo da família dos “Gideons” que eram os maiores comerciantes de cacau da região, nos tempos pretéritos.

A agricultura é a base da economia do município de Arataca, o modelo de agricultura convencional ainda é a prática agrícola mais utilizada pelos agricultores locais, sua história pode ser registrada por ciclos:

- o ciclo do plantio das seringueiras incentivada pelas indústrias da extração da borracha (na bandeira da cidade a seringueira é o marco de uma agricultura simbolizando o progresso do município), atualmente encontra-se suas marcas com o aparecimento de seringueiras dentro da Mata Atlântica;
- o ciclo do plantio do cacau e a prática da monocultura enriqueceu toda a região cacaueira, no entanto a sua decadência chegou com o aparecimento da vassoura de bruxa (*Crinipellis Perniciosa*) que causou a falência dos coronéis do cacau deixando várias fazendas abandonadas; hoje, ainda há armazéns de compra e venda das sementes na zona urbana, o comércio do cacau ainda movi-

menta a região.

- atualmente o município vive o ciclo do café conilon utilizando como modelo a agricultura convencional, causando desmatamento nas áreas de preservação ambiental (APP) da flora e como consequência possível extinção de animais silvestres. O desastre ambiental é algo iminente causando graves ações para gerações futuras.

Arataca ainda não tem o Plano Municipal do Meio Ambiente - PMMA que deve ser elaborado com base no Plano Estadual do Meio Ambiente - o PEMA é um instrumento da Política Estadual de Administração dos Recursos Ambientais, por meio da Lei 7.799, de 07 de fevereiro de 2001 e ratificado por Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade, Lei 10.431, em 20 de dezembro de 2006. Porquanto, o PEMA

justifica-se pela competência e necessidade do Estado de promover a gestão dos recursos da biodiversidade e florestas, controle e monitoramento ambiental, saneamento ambiental, gestão territorial e educação ambiental, bem como a gestão, controle e monitoramento, dos recursos hídricos e também da qualidade do ar.

Portanto, os poderes públicos municipais são responsáveis por promover projetos que despertem a população para às questões ambientais e agrícolas do município, principalmente a Educação Ambiental e Educação em Agroecologia motivando-os para a cultura da Agroecologia, da Agricultura dos povos tradicionais, da Agricultura familiar, da Agricultura Orgânica e da Permacultura. Haja vista que, estas práticas agrícolas já existem no município, como pode se observar abaixo:

- A agroecologia - utilizada e defendida pelo Assenta-

mento Terra Vista, desde 2000 e, pelo CEEP da Floresta, do Cacau e do Chocolate Milton Santos, desde 2010;

- A agricultura dos povos tradicionais - utilizada pelos povos de religiões de matrizes africanas e pelos povos indígenas da região;
- A agricultura familiar - utilizada pelos pequenos agricultores e agricultoras, que fortalecem e sustentam o comércio local com suas hortaliças, vegetais, frutas e produtos orgânicos plantados em suas roças e nos quintais produtivos. As associações, as organizações, as cooperativas e unidades escolares estaduais e municipais, a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Arataca são parceiros e movimentam o comércio motivando a sua comercialização.

Quanto à Educação no município apresenta-se:

A educação municipal ainda é muito jovem em relação a história da educação brasileira, é preciso investir ainda mais na formação de seus docentes, bem como, despertar ainda mais a comunidade escolar para as questões ambientais e a riqueza da biodiversidade da Mata Atlântica.

Segundo Professor Mamédio (2010, p.21) lembra em seus versos que:

Em Arataca tem o I.M.E.A
Onde todos podem estudar
Da 1ª a 8ª série,
E o ginásio complementar.
Além do ginásial,
Estuda-se o segundo grau
E em magistério se habilitar

A rede estadual de ensino oferta duas modalidades de Educação Básica: o Ensino Médio ofertado no Colégio Estadual Bráulio Xavier, que já formou mais de 1000 discentes desde sua existência, atualmente ex-alunos e alunas fazem parte do corpo docente da Unidade Escolar. A Educação Profissional é ofertada no Centro Estadual de Educação Profissional da Floresta, do Cacau, do Chocolate Milton Santos, oferece os cursos técnicos em: Agroecologia, Zootecnia, Agroindústria, Agropecuária, Segurança do Trabalho e Informática; atualmente já tem mais de 800 (oitocentos) técnicos formados em todo território.

No plano de Educação Municipal de Arataca (PNE) uma de suas principais metas segundo a Lei número 145 de 18 de maio de 2016 para a Educação Profissional é triplicar o número de matrícula até 2025. Quanto a Educação Ambiental e Educação em Agroecologia só são ofertadas como componentes curricular no CEEP Milton Santos, porém, nos documentos oficiais da Educação Municipal aparecem integradas à parta diversificada na matriz escolar.

Quanto às modalidades de ensino: a Educação Superior não é ofertada no município, portanto, disponibiliza-se ônibus intermunicipal para os discentes universitários assistirem suas aulas na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), em Ilhéus, ou outras universidades partícula em Itabuna, está ação trouxe ao município um ganho imensurável com atuação de vários profissionais formados e atuantes no município.

O Plano Municipal de Educação foi publicado no Diário Oficial Municipal em 2016, e atualmente é atualizado pela Secretaria Municipal de Educação de Arataca, mas ainda necessitam de ações efetivas contra o preconceito racial, a discriminação, o

racismo institucional, estrutural e religioso.

Algumas pesquisas educacionais já foram realizadas, partindo da iniciativa civil, por exemplo: a pesquisa apresentada no ano de 2016, com o tema: Dados informativos sobre a educação do campo do município de Arataca, pesquisada por professores municipais atuantes na área da educação do campo, realizada pela UESC durante a disciplina Educação no Cam- po, orientado pela professora Arlete Ramos dos Santos, tendo como estudantes pesquisadoras, professoras e moradoras de Arataca: Geane, Maria Raimunda, Mariluce, Maxicleide, Mirla, Rosângela e Telma.

Foto 09: Projeto realizado na UESC



Foto 10: Banner do Projeto

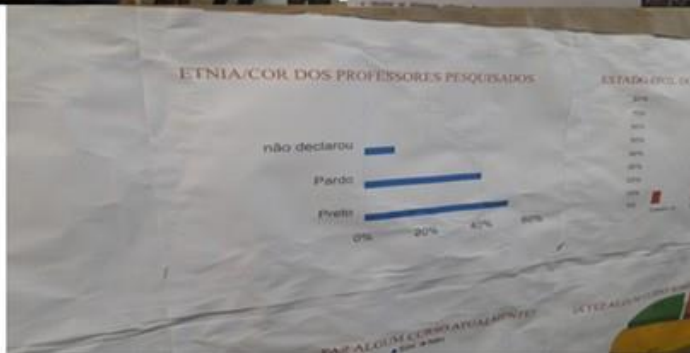


Foto 11: Pesquisa Etnia/cor dos professores de Arataca. Fonte: acervo do pesquisador

Na apresentação do projeto constatam que o professor municipal tem trabalhado e vem desenvolvendo ações nas escolas com a temática sobre diversidade racial e contra a discriminação de gênero, raça e classe social; isto tem ajudado muito na construção do cidadão e na formação dos jovens negros, como também, coloca em prática a lei 10.639/2003 e a 11.645/2008.

Outro ponto são os dados apresentados no gráfico sobre a etnia/cor dos professores pesquisados, pode-se observar que quase 60% se declararam negros e 40% pardos e menos de 20% não declararam, ou seja, se considerar que o contingente da raça negra é formado por negros e pardos, o município de Arataca tem mais de 90% o quadro de professores negros ensinando no campo, isto na última pesquisa realizada em 2016.

Iniciativa como esta pesquisa tem contribuído muito por uma sociedade cada vez melhor, compartilhando com ações de grande importância para a população, principalmente na formação das crianças dentro do ambiente educacional, onde falar de Candomblé ainda é repreendido ou excluído dos grupos de estudo. Os órgãos municipais tem o dever de conscientizar a população por meio de campanhas contra o racismo institucional, estrutural e o religioso

Outra atividade desenvolvida no âmbito educacional sobre às questões raciais aconteceu em 2015, no Colégio Estadual Bráulio Xavier, escola urbana, durante a semana do dia 20 de novembro, neste período os alunos e as alunas se unem para discutir sobre questões que envolvem o povo negro e a sua cultura (saberes ancestrais), inclui-se também a agricultura dos povos tradicionais.

No ano de 2019, os professores Raimundo Nunes e Fabrício Fernandes organizaram uma aula prática/visita técnica com discentes do Colégio Estadual Bráulio Xavier com o objetivo de levá-los ao Ilê Axé Ijexá Omi T’Odé e a Organização Assistencial, Cultural, Educacional Água do Caçador para conhecer seus espaços: culturais, educacionais e religiosos.

Foto 12: Visita técnica- Discentes do Colégio Braúlio Xavier 2014



Fonte: Acervo do Ilê Axé Ijexá Omi T’Odé.

Com base nas falas, nos relatos, nos mapas, nas pesquisas e nas imagens sobre a territorialidade de Arataca/BA é inegável que a participação do povo negro foi fundamental para a construção e formação da territorialidade desta cidade. Nos dias atuais, as heranças ancestrais negras são encontradas na cultura, na culinária, na educação, na política, na religiosidade, na agricultura, em todos os espaços formais e informais simbólicos, subjetivos e geográficos de Arataca/BA.

CAPÍTULO 2

A agricultura dos povos tradicionais e a transição agroecológica nos espaços GEOGRÁFICOS, SIMBÓLICOS E SUBJETIVOS em Arataca/BA

Figura 05: Esquema da Cartografia Social da transição agroecológica dos povos Tradicionais - Arataca/BA



A construção de um novo caminho não é nada fácil, e ainda mais quando se busca reconstruir uma nova história nos rumos dos anti-heróis/heróis. Foram escolhidos os moldes de uma cartografia social da transição agroecológica dos povos tradicionais, acreditando que a agricultura tem ainda muito a ensinar e revelar acerca dos saberes e fazeres do povo negro ancestrais, provenientes do continente africano.

Não foi nada simples e fácil realizar tal proeza, ainda mais, quando a complexidade se faz presente e a territorialidade é construída nas bases empíricas dos diversos conhecimentos

ancestrais, precisa ser “SANKOFA” para desvendar um passado futuro e um futuro passado na efemeridade dos tempos contemporâneos.

A cartografia social da transição agroecológica dos povos tradicionais de Arataca/Bahia, caminha pelos territórios e suas identidades através dos elementos geográficos (topografia do terreno e base documental), simbólicos (ancestralidade construída nas memórias dos que já se foram) e subjetivos (dialogam com os povos tradicionais sobre agricultura e a transição agroecológica) se apresentam em suas semelhanças, encontros e percursos que comungam entre si.

Assim, caminharemos pelos espaços geográficos, simbólicos e subjetivos buscando fazer relações humanas e dialógicas entre os seus geoespaços:

- O Ilê Axé Ijexá Omi T’Odé que caminha nas trilhas da agricultura dos povos originários, mas também, nos tempos atuais busca dialogar com a transição agroecológica para preservar seu tesouro sagrado e ambiental;
- O Assentamento Terra Vista um local de riqueza natural, repleto de uma bagagem construída na resistência e na militância do Movimento Sem Terra contra as injustiças sociais e os crimes ambientais na região;
- O Centro Estadual de Educação Profissional da Floresta, do Cacau e do Chocolate Milton Santos, um espaço de conhecimento acadêmico, edificado para formar profissionais/técnicos, encontra no assentamento ideais únicos e transformadores acerca da Educação em Agroecologia que os tornam especial, ímpar e construtor de novas mentes humanas.

Estes territórios e suas territorialidades se cruzam nas encruzilhas das falas humanas e da transição agroecológica, sonhando e concretizando caminhos dantes nunca conquistados. O ponto de partida para estes 3 espaços sagrados, sem dúvida nenhuma, é a agricultura dos povos tradicionais/originários que, por meio da ANCESTRALIDADE continua ensinando saberes e fazeres que nenhum capital pode pagar.

2.1 – ESPAÇOS GEOGRÁFICOS: Ilê Axé Ijexá Omi T’Odé

Os espaços geográficos da comunidade terreiro é destinada exclusivamente para atender as cerimônias religiosas e aos eventos da Organização Assistencial, Cultural, Educacional e Religiosa Água do Caçador, mantenedora do Ilê Axé Ijexá Omi T’Odé. A geografia dos seus espaços foi pensada para o culto ao sagrado em reverência aos orixás, portanto os espaços simbólicos são a ARKÉ que fortalecem a sua existência através de suas memórias ancestrais e os subjetivos dialogam com as relações civis ajudando no crescimento social, mental e espiritual da sociedade arataquense.

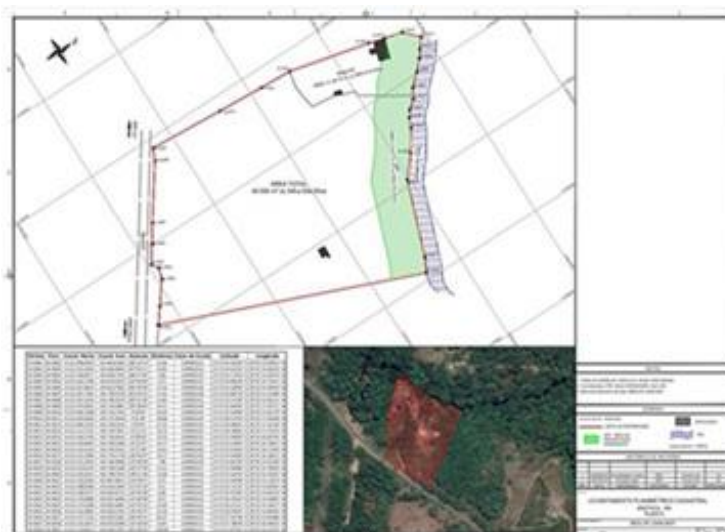
Figura 06: Ilê Axé Ijexá Omi T’Odé



Fonte: Google Maps

Assim, nasce o Ilê Axé Ijexá Omi T’Odé localizado na antiga Fazenda Arco-íris, conforme Registro de imóveis- Una/Bahia matrícula nº 1.588 de 25 de dezembro de 1983, hoje registrada em cartório como Fazenda Bom Jesus I, situado à 5 km da cidade de Arataca, no Território de Identidade Litoral Sul da Bahia – Brasil, reside às margens da BA-676 próximo à estação de água da EMBASA (Empresa Brasileira de Água e Saneamento S.A.), conforme sua localização registrada pelo Google Maps, no dia 25 de novembro de 2022, às 18h.44min. de Brasília.

Figura 07: Mapeamento do Ilê Axé Ijexá Omi T’Odé



Fonte: Arquivo do Ilê Axé Ijexá Omi T’Odé.

Na Figura acima, observa-se o levantamento planimétrico cadastral da localização do Ilê Axé Ijexá Omi t’Odé na cidade de Arataca, região Sul da Bahia. Formado por sua extensão de terra com uma diversidade em riqueza natural, recursos hídricos,

recursos florestais com árvores frutíferas, plantas ornamentais, várias espécies da fauna silvestre, principalmente uma grande variedade de répteis.

Em 2011, toda a área geográfica era ocupada por 3 hectares de extensão de terras montanhosas do bioma Mata Atlântica da zona tropical. Banhada pelo Rio Una, também chamado de Rio Aliança, de quem desfruta de suas águas para fazer uso pessoal e alimentar as plantações e os animais. Situa-se nas fronteiras do Assentamento Terra Vista, coordenado pelo MST, da reserva florestal da Fazenda Maravilha, da rodovia BA 676 e do Rio Aliança.

Nos anos de 2019 a 2021, aconteceram algumas mudanças no espaço geográfico da comunidade terreiro, entre elas, houve ampliação de mais 1 hectare, totalizando 4 hectares de terras destinadas para a preservação ambiental, para a valorização da cultura de matriz africana e essencialmente ao fortalecimento da tradição religiosa dos povos nagôs da nação Ijexá do Sul da Bahia, oriundos do Ilê Axé Ijexá Orixá Oxalá Oxalufã (Casa da força vital da nação Ijexá do orixá Oxalá Oxalufã).

O novo hectare faz parte da reserva florestal do terreiro, integrando a área considerada a Mata do orixá Oxóssi (o provedor e patrono da casa), território ambiental, ancestral e sagrado reservado aos cuidados e preceitos dos orixás caçadores (Odés), os donos da floresta. Na área mapeada abaixo é possível fazer uma leitura de todo o espaço destinado à comunidade terreiro.

Foto 13: Imagem área do Ilê Axé Ijexá Omi T'Odé



Fonte: arquivo do Ilê Axé Ijexá Omi T'Odé

Toda a área central onde fica o barração foi mapeada, observa-se ao seu redor uma vasta vegetação nativa preservada com uma diversidade de plantas e animais silvestres que enriquecem e alimentam os agroecossistemas, construído por meio da consórciação de culturas. Tem nas suas áreas vizinhas uma abundância de matas, animais silvestres, plantas exóticas e mananciais d'água.

A comunidade de matriz africana denominada Ilê Axé Ijexá Omi T'Odé (Casa da Energia da Nação Ijexá Água do Caçador) situa-se a 1 KM da cidade de Arataca. É uma região privilegiada nas questões ambientais e ancestrais, localiza-se na área entre as unidades de conservação do Parque Nacional da Serra das Lontras e Refúgio de Vida Silvestre da Serra do Baixão, fazem parte da Área de Preservação Permanente (APP), todo este cenário faz parte da área de amortecimento ambiental e de proteção da biodiversidade.

Foto 14: Ilê Axé Ijexá Omi T'Odé. Arataca/Bahia

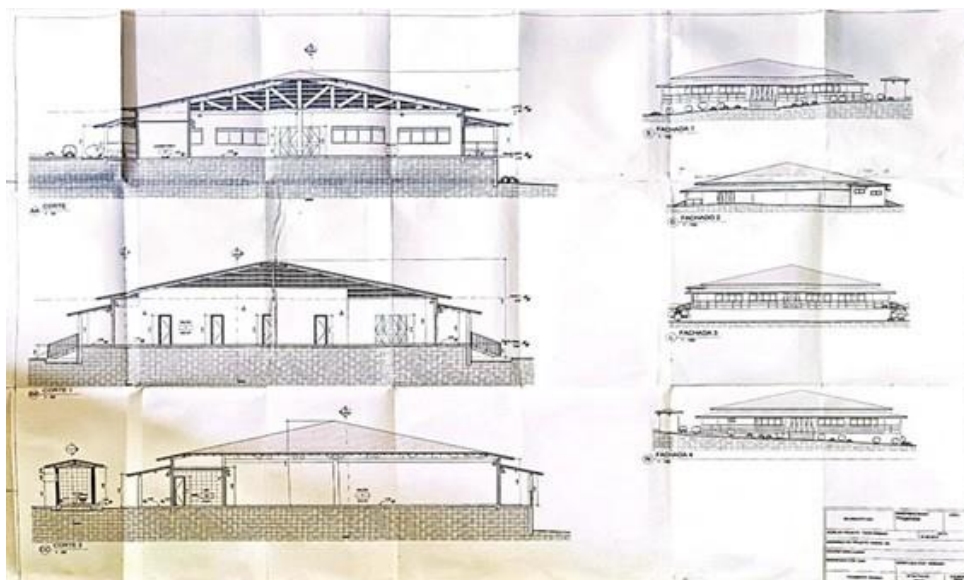


Fonte: arquivo do Ilê Axé Ijexá Omi T'Odé

A frente do barracão (Figura 08) é formada por uma porta central e quatro janelas brancas com palhas de dendê bem fininhas, chamadas de mariô – são elementos sagrados que fazem parte do ritual sagrado, colocadas na parte superior. As suas paredes são pintadas de amarelo e protegidas por uma varada composta por pilastras e telhas PVC colonial ecológica 5,25 M x 0,88M. O telhado é formado por 4 lados com telhas de cerâmica colônia. Na cumieira tem uma talha de barro branca.

Todo o espaço em que houve a intervenção humana é organizado dentro de uma estrutura agroflorestal, apresentando no seu meio uma construção do barracão para eventos religiosos, sociais, políticos e culturais com uma metragem de 15 por 15 m², contendo 8 janelas e 4 portas centrais direcionadas para os 4 pontos cardeais: leste (a reserva ambiental, ao cafezal e cidade de Arataca), oeste (Assentamento Terra Vista e a BR101), norte (Rio Una/Aliança e Parque Nacional Serra das Lontras e sul (BA 676, Fazenda Maravilha e ao lixão municipal). Dentro do barracão ainda tem 4 quartos destinados ao sagrado. Ao lado de fora encontram-se os pegis (ponto de cultos aos orixás) distribuídos por todos os espaços do terreiro.

Figura 08: Frente do Ilê Axé Ijexá Omi T'Odé

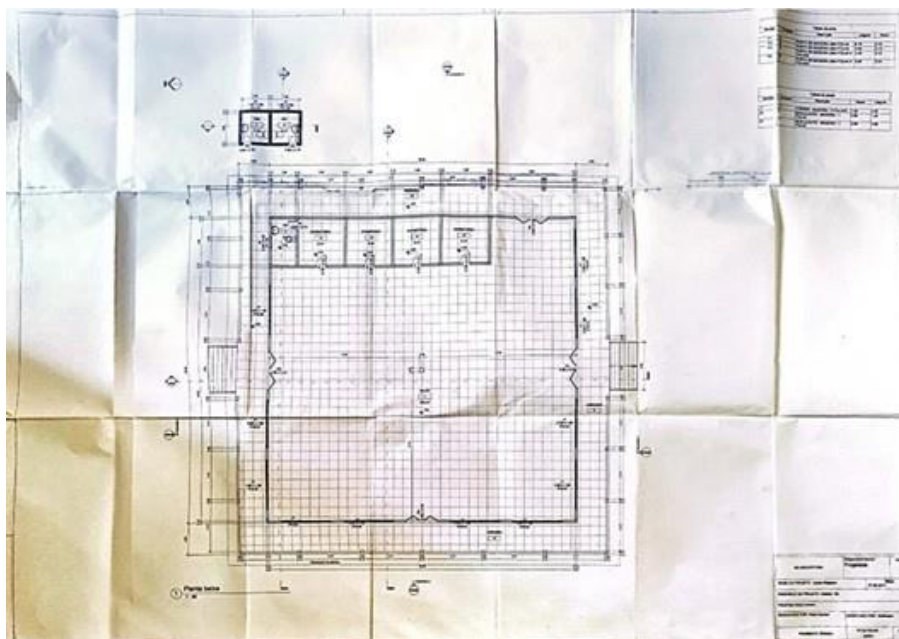


Fonte: arquivo do Ilê Axé Ijexá Omi T'Odé

A planta baixa (Figura 09) apresenta a construção interna do barracão que contempla um espaço amplo, arejado e bem ventilado, suas paredes e portas são pintadas de branco, quanto ao piso é todo de cerâmica branca. Ao olhar para cima pode-se admirar o seu telhado com uma estrutura de ferro e telhas coloniais todo branco coberto com bandeirolas de tiras brancas.

Na parte superior esquerda uma construção com cozinhas, banheiros e alojamentos destinados ao convívio diário da comunidade. Nas localidades próximas ao Rio Una/Aliança está conservada a mata ciliar e mais acima uma casa, onde moram o senhor Manoel e dona Lene, membros e cuidadores do Ilê Axé Ijexá Omi T'Odé. Logo mais abaixo estão as bombas que levam a água para abastecer toda a comunidade terreiro.

Figura 09: Planta baixa do Ilê Axé Ijexá Omi T'Odé



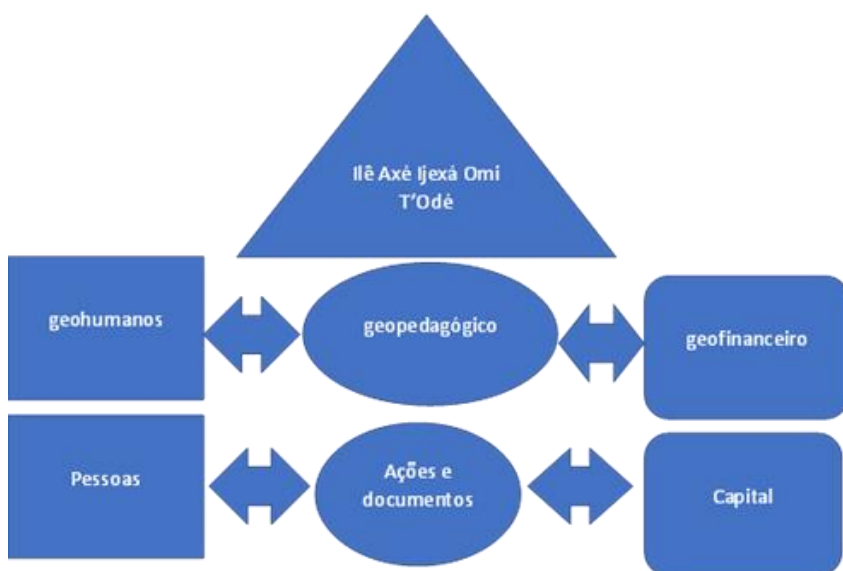
Fonte: arquivo do Ilê Axé Ijexá Omi T'Odé.

Suas edificações foram construídas com os devidos cuidados à Mata Atlântica e obedecendo às questões ambientais. Geograficamente reverenciou-se as tradições e os costumes da nação ijexá do sul da Bahia, de quem se origina e recebe a herança ancestral, seguindo os ensinamentos ancestrais da comunicação com os 4 pontos cardeais: leste, oeste, norte e sul, do diálogo com o dia e a noite, com o sol e a chuva, e a comunicação com o movimento dos mares. Todos estes símbolos, signos e elementos foram observados na sua construção.

2.1.1 Redes de Encruzilhadas: Terra, território e Territorialidade

A Rede de Encruzilhadas (Figura 10) é compreendida como um sistema vivo, complexo e organizado pelos membros das comunidades, dando vida e sustentabilidade as suas bases e estruturas, promovendo harmonia e bem-estar aos ecossistemas na sua particularidade e coletividade.

Figura 10. Redes de Encruzilhadas Ilê Axé Ijexá Omi T'Odé



O Ilê Axé Ijexá Omi T'Odé apresenta em sua organicidade uma estrutura denominada:

- geohumanos direcionando o olhar nas e para as pessoas (compreende-se essas pessoas não como funcionários ou membros, são filhos e filhas do Ilê; quando direcionados para a estrutura da organização assistencial ocupam a posição de associados.
- geopedagógico assume a construção de formação

socio pedagógico, constituindo-se como espaço de troca de saberes e fazeres nos espaços sociais, ancestrais, políticos, cultural e educacional.

- geofinanceiro organiza e executa as ações administrativas do cotidiano e da organização e preservação dos espaços geográficos, simbólicos e subjetivos.

Todos espaços formados dentro do Ilê Axé Ijexá Omi T'Odé são constituídos pelos espaços geográficos, simbólicos e subjetivos alicerçados e sustentados pelos espaços geoadministrativo, apresentados caminhos e encruzilhadas Às vezes opostos, outras seguindo na mesma direção por: o caminho Ilê Axé compõe o acervo do culto aos ancestrais de matriz africana, os orixás reverenciados pelos os humanos no baração e pegis; o outro caminho é a Organização Assistencial que mostra uma estrutura de empresa civil organizada onde sua sede é um escritório dentro do espaço geográficos do terreiro.

2.1.2 Espaços Geohumanos, Geopedagógico e Geofinanceiro: nosso ilê axé eḡbê

Nosso EḡBÊ . (Pronúncia: Ebé). Sociedade. Associação. Corporação. Partido. Ajuntamento de pessoas filiadas a uma determinada classe. Os espaços geográficos para o Ilê Axé Ijexá Omi T'Odé, vai muito além, de um pedaço de terra com limites e fronteiras imaginárias ou cercado por muros. Após a descrição da localização espacial, dos mapas desenhados com as áreas territoriais e a planta de seu espaço central, locais sagrados, registra-se os espaços geohumanos onde o ser humano passa

a ter posse e dar posse, este processo é constituído conforme a designação ancestral e da comunidade de axé.

Os postos, cargos, funções e categorias são de extrema importância para o equilíbrio e a vitalidade dos espaços geográficos numa comunidade terreiro, pois a vida humana preenche esses espaços dando sentidos e significados. Os cargos aqui devem ser compreendidos como missão dos filhos e filhas do axé. Não devem ter como sinônimos de fardo aquilo difícil de suportar, mas como uma missão que exige muita responsabilidade, sabedoria e serenidade.

O quadro 1, na página seguinte, apresenta os cargos e missões para o Ilê Axé Ijexá Omi T'Odé, seguindo a tradição da sua herança passada pelo Ilê Axé Ijexá Orixá Olufon.

Esta orquestra humana sagrada constituída pelos cargos listados acima, constrói uma comunidade terreiro, principalmente quando efetivamente atende o chamado ancestral do seu orixá cumprindo a sua missão e o seu projeto de vida, não somente colaborando, mas sendo uma partícula essencial para toda rede de construção da nação ijexá do sul da Bahia.

A composição de todos estes cargos em uma comunidade terreiro faz dela uma casa antiga, seu corpo geohumanos completo significa que a casa apresenta uma estrutura firme e com bases fortes em relação de tempo/espço. O Ilê Axé Ijexá Omi T'Odé tem apenas 10 anos de caminha ainda não tem o seu EGBÉ completo, uma casa de axé se constrói junto com o tempo, como dizem os mais velhos: “uma casa de candomblé numa está completa, nem tampouco seu EGBÉ .

Quadro 01: Cargos e Missão

Cargos	Missão
AGBANLĒ. (Pronúncia: Abanlê).	Cargo de Mãe que faz a limpeza do ilê de um Orixá.
AKOBI. (Pronúncia: Acobí).	A primeira pessoa feita num terreiro.
ALAGBĒ. (Pronúncia: Alabê).	Ogan que toca atabaque, confirmado para esse cargo.
AȘOGUN. (Pronúncia: Axogun).	Ogan que realiza o sacrifício confirmado para esse cargo
BABALASE. (Pronúncia: Babalaxé).	Pai do axé.
BABALORIȘĂ. (Pronúncia: Babalorixá.)	Pai de santo. Cargo mais elevado na categoria masculina de um terreiro.
DARAJU. (Pronúncia: Darajú)	Cargo de quem ocupa função superior para um recinto no terreiro.
EGBON-MI. (Pronúncia: Ebômi).	Pessoa mais velha considerando o tempo de iniciação.
ÍYÁ. (Pronúncia: Iá). Mãe.	De um modo geral, as mulheres que ocupam um posto, ou exercem uma função, são consideradas Iás.
IYABASĒ. (Pronúncia: Iá bassé).	Cargo feminino. Cozinheira dos axés do Orixá.
IYÁ IFARADA. (Pronúncia: Iá ifaradá).	Mãe da resistência.
IYÁLORIȘĂ. (Pronúncia: Ialorixá). Mãe de santo.	Cargo mais elevado na categoria feminina de um terreiro.
IYAWO. (Pronúncia: iaô).	Iniciados ou iniciadas
COUE, KOLABA; OJU-OBA	Cuidadores da Casa de Xangô os cargos.
YÁKEKERĒ. (Pronúncia: iaquequeré)	Mãe Pequena
OGAN. (Pronúncia: ogã).	Cargo masculino, normalmente dado a senhores de boa reputação e boa condição.
IYÁ OĪOGBŌHUN.	(Pronúncia: Iá oloborrun). Mãe Porta-voz do Senhor.
OJU-OBA. (Pronúncia: Oju-obá).	Cargo masculino na Casa de Xangô.
OLORIKO. (Pronúncia: oloricó).	Chefe da orquestra sagrada
OLOYE. (Pronúncia: oloiê).	candomblé, significa pessoa que detém um cargo.
OLUBORI. (Pronúncia: oluborí).	Cargo que indica ser a pessoa de grande importância.
OLUSŌRA. (Pronúncia: oluxora).	Uma pessoa cuidadora, que é vigilante.
OLŪTO. (Pronúncia: olutô).	Pessoa providenciadora, que é encarregada de coisas, de uma casa, de algo importante
OLŪTŌJU. (Pronúncia: olutojú).	
ONITŌJU. (Pronúncia: onitôjú).	Pessoa que exerce a função de guardiã(o).
OSI. (Pronúncia: ossi).	Assistente que ocupa a posição à esquerda do titular. Substitui o ŌTUN em suas ausências.
ŌTUN. (Pronúncia: otun).	Assistente que ocupa a posição à direita do titular.
TŌJU. (Pronúncia: tojú).	Pessoa que cuida, que toma conta. Verbo. Cuidar, tomar conta. "Toju" é um nome que se aplica a todas as pessoas que "ficam de olho", isto é, vigiam, olham, reparam, um determinado recinto ou até todo o Ilê.

Fonte: Arquivo Ilê Axé Ijexá Orixá Olufon

Os geohumanos dão vida e veracidade a todos os demais espaços dando sentidos e significados as suas existências, pois foram criados para dá melhores condições de acessibilidades aos seres humanos nos ideais de uma sociedade mais humanizada. As ações e decisões tomadas na comunidade é de extrema importância para todas e todos. A existência humana é a partícula vital, é o Bará (movimento) refletidos pelos sentimentos, sensações e memórias);

Já os espaços geopedagógico são responsáveis em tornar reais os planejamentos e ações concretizadas pela comunidade religiosa e local. Estes espaços promovem a quebra das barreiras: mentais e sólidas que separam os humanos dentro de si, do coletivo e da sociedade. Aqui, o conhecimento é gerado e a oralidade é seu maior tesouro, pois é por meio deles que é transmitido os saberes ancestrais. O conhecimento é empírico, informal e formal, transcendente e de escuta dos mais velhos e velhas (tempo e idade são postos e pilares do conhecimento ancestral). A construção da formação humana nasce a partir de 3 princípios essenciais: oralidade, memória e ancestralidade; os documentos escritos são instrumentos de registros, no entanto, a fala neste campo espacial ainda é o maior poder de força.

O geofinanceiro coordenada o capital financeiro dentro da comunidade, toda as ações que geram capital em espécie por meio de doações, jogo de búzios, eventos, venda de polpas, garrafas e hortaliças são destinados para a manutenção dos espaços: limpeza, pagamento de pessoas, conta de energia e despesas diárias, bem como nas festividades religiosas dentro do Ilê Axé Ijexá, muita das vezes ajuda pessoas com necessidades: financeira, espiritual e mental dentro do próprio terreiro.

2.2 ESPAÇO SIMBÓLICO: Existência e Resistência do Ilê

O espaço simbólico do Ilê Axé Ijexá Omi T'Odé é formado pela sua herança ancestral pertencente para além do mundo metafísico, sem ele não existiria os demais espaços: o geográfico e o subjetivo. É constituído através das memórias ligadas aos mundos das heranças: consanguínea do líder religioso, da

ancestralidade e da comunidade terreiro.

Herança Consanguínea Ancestral

O babá Omi-silé, babalorixá do Ilê Axé Ijexá Omi T'Ode, nasce com a herança consanguínea ancestral nos caminhos do seu orixá Oxóssi. Quanto à herança africana, a veia ancestral da família é Oxóssi, da nação Angola. Sua mãe consanguínea, é filha do orixá Oxóssi, revelada em conversa ao baba Omisilé, e que sua tia Estela também tinha Oxóssi, e sua avó Déa era de Oxossi.

A sua raiz ancestral é de sua tia avó Maria Estela Mendonça, herança herdada por parte da família de sua mãe genitora, Raimunda Cacilda de Santana, que aos seis meses de nascido o entregou para seus avós paternos, sendo criado pela família de seu pai Gildevaldo de Oliveira Costa.

Foto 15: Tia avó Maria Estela Mendonça



Fonte: arquivo Ilê Axé Ijexá Omi T'Odé

Segundo sua mãe conta que no ano do seu nascimento em 17 de março de 1974, sua tia Estela chegou a conhecê-lo. Fez várias visitas a ele, e em uma de suas visitas ela o recebeu

nos braços, elevou às alturas e, disse que ele seria o herdeiro da sua ancestralidade afro-ameríndia. Ela faleceu seis meses após meu nascimento, tempo este que fui morar com a família de seu pai consanguíneo.

Segundo um dos seus filhos consanguíneo, Nias, dizia que ela tinha feito seu orixá em Salvador. Sabe-se que caboclo Guerreiro era o bate folha dela. Ele falava que lembra bem do caboclo Guerreiro e quando chegava cantava assim: “Caboclo é guerreiro, caboclo tem pegi.” Ela tinha moradia no bairro Nova Itabuna, na cidade de Itabuna, onde cultuavam seus orixás juntamente com sua mãe pequena.

O culto aos orixás naquela época era perseguido pela polícia e não tinha um lugar fixo, os rituais eram realizados praticamente nos quintais de suas casas e enfeitados com palhas de coqueiro e bandeirolas. Segundo Manuela, sobrinha de Estela, relata que ela era conhecida no bairro Lomanto e atendia toda a região e que uma vez foi ao Japu, zona rural da cidade de Ilhéus para fazer um trabalho de limpeza para um fazendeiro.

Herança Ancestral do Axé

Conta o babá Omisilé que sua outra herança de axé nasce pela via da ancestralidade e do sagrado. O primeiro contato com esta herança consanguínea de axé foi com a Yalorixá Dara-bi, Alba Cristina Soares, hoje sua irmã no axé. Ela o apresentou a Manjagambi e, tempos depois ao Babá Ajalá Deré, Ruy do Carmo Póvoas, sendo a primeira pessoa a colocar as mãos sobre sua cabeça, despertando a ancestralidade no axé, pois deu o seu primeiro bori (ritual no candomblé) e oferecimentos para

sua mãe Oxum e seu pai Oxóssi.

Tempos depois já em Salvador, foi iniciado numa casa de Angola “Nzo Nkisi Dandalunda ye Tempo” pelas mãos de Tata Anselmo, conhecido no axé como Minatogy, filho de Santo de Mirinha de Portão, Lauro de Freitas, em Salvador e neto de Joãozinho da Goméia e bisneto de Jubiabá. Teve como mãe pequena de iniciação Majangambi, Lucy Smith, filha de Oxum, e do Ilê Axé Ijexá Orixá Olufon, na cidade de Itabuna.

Ao retornar para Itabuna, terras onde nasceu, foi viver em Arataca e, para sua surpresa foi o lugar o qual seus orixás escolheram para construir seu ilê (casa), e gerar seus filhos e filhas de axé. Nesta época, quem o acompanhou foi sua mãe Manjagambi, que o ajudou a fundar o Ilê Axé Ijexá Omi T’Odé, após nove anos de sua iniciação no candomblé de Angola.

No ano de 2017, retorna para o Ilê Axé Ijexá Orixá Olufon, teve a sua cumieira colocada pelas mãos de seu babalorixá Ajalá Deré, juntamente com sua mãe Manjagambi e toda a comunidade Ijexá, inaugurando Ilê Axé Ijexá Omi T’Odé na cidade de Arataca/Bahia, consagrado a Oxum Apará e a Oxóssi.

“É preciso dar comida à terra” ensinam os mais velhos no candomblé. Os espaços simbólicos e geográficos são consagrados aos orixás patronos do um ilê recebem seus fundamentos e bênçãos – ritual que representa a força vital, símbolo da continuação da vida.

O elo entre os espaços geográficos, simbólicos e subjetivos é o que os tornam sagrados. Segundo Póvoas (2002, p. 68) é um território sagrado por ser um espaço de preservação de cultura afro-brasileira e de culto de matriz africana dos povos

Ijexá vindos das terras africanas trazida por Mejigã, uma sacerdotisa africana, vítima da diáspora África/Brasil.

Foto 16: Cumeeira Ilê Axé Ijexá Omi T'Odé (2017)



Fonte: arquivo do Ilê Axé Ijexá Omi T'Odé

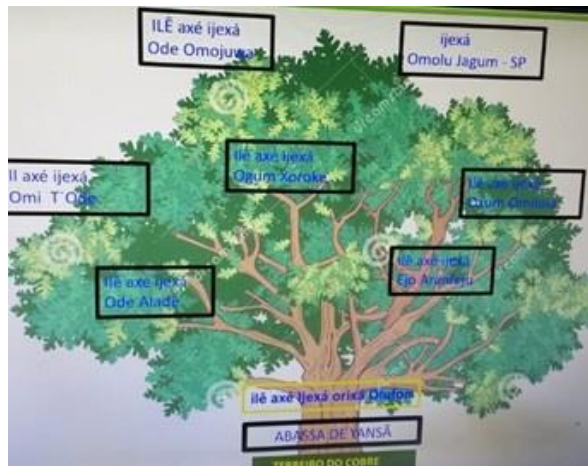
Segue, um fragmento do documento oficial de inauguração do Ilê Axé Ijexá Omi T'Odé, lido e entregue nas mãos do Babalorixá Omi-silé (Luciano Costa), por seu babalorixá, Ajalá Deré (Ruy do Carmo Póvoas) assim, fala:

“E hoje, 30 de julho de 2017, ano do meu jubileu de ouro de feitura de orixá, nesta cidade de Arataca, estamos aqui, com o senhor, para a inauguração de sua Casa de Santo, o Terreiro de Oxum. Que fique para o mundo e aqueles que nos sucederem que, neste dia 30 de julho de 2017, eu, Ajalá Alu- fã Deré, pela parte do axé, filho de santo de Maria Natividade Conceição, lalorixá do Abassá de Iansã Dewi (Mãe Mariinha de Nazaré das Farinhas), neto de Emília de Xangô, bisneto de Flaviana de Oxum, tataraneto de Margarida de Kossô; o que veio de África; e pela parte do ejé, filho de Maria Mercês do Carmo, neto de Ulisses do Carmo, bisneto de Maria Figueiredo, tataraneto de Inês Mejigã, a que veio

de Ilexá, na África, declaro a elevação e cumeeira e assentamento do axé do Ilê Axé Ijexá Omi T’Odé, nesta cidade de Arataca. (...) E que fique este Ilê para a posteridade, como herança de axé e símbolo de resistência do povo negro do Sul da Bahia.”

Esta herança ancestral foi herdada do babalorixá Ajalá Deré (Ruy do Carma Póvoas), que legitimou e concedeu a honra ao Babalorixá Omi-silé (Luciano de Oliveira Costa), em continuar preservando as suas heranças de axé: da sua família de iniciação do orixá e genética consanguínea, com a fundação e inauguração do Ilê Axé Ijexá Omi T’Ode, na cidade de Arataca - BA. Outras casas já foram fundadas, frutos desta árvore genealógica, geradas por suas filhas e filhos: Ilê Axé Ijexá Ogum Xorokê (São José da Vitória/BA), Ilê Axé Ijexá Ejó Aranfeju (Itabuna/BA), O Ilê Axé Ijexá Odé Aladê (Ilhéus/BA), Ilê Axé Ijexá Omolu Jagum (São Paulo/SP), Ilê Axé Ijexá Omilolá (Ilhéus/BA), Ilê Axé Ijexá Odé Omojuwá (Itabuna/BA). Como pode ser visto, abaixo (Figura 11):

Figura 11: Árvore genealógica do Ilê Axé Ijexá Orixá Olufon

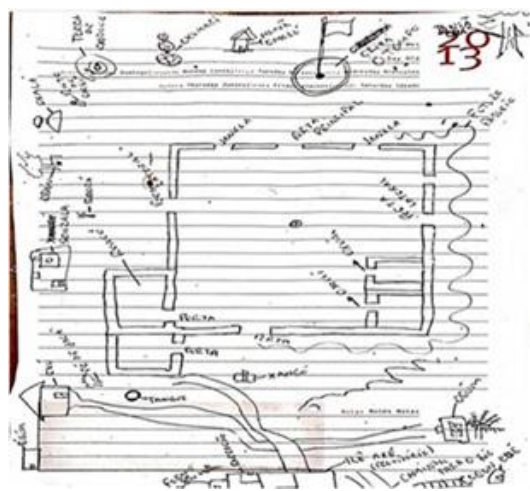


Fonte: arquivo de Oliveira Ajagunan, R. N. (2021)

do por mãe Manjagambi (Lucy Smith) e para juntos colocaram a cumieira do Ilê Axé Ijexá Omi T'Odé em Arataca Bahia.

Os seus caminhos começam a se conectar dando sentido a sua territorialidade, conceituando o seu projeto de vida como uma missão. Os espaços tornam-se sagrados e o esboço cartográfico passa ter outros significados para as questões espaciais: o barracão toma a sua forma como a casa de Oxum e Oxóssi, o Rio Aliança, local onde é a morada de Oxum (deusa das águas doces, rios e cachoeiras e, mãe criadora do ilê), como apresenta no esboço cartográfico do Ilê Axé Ijexá Omi T'Odé, 2013.

Figura 13: Esboço cartográfico do Ilê Axé Ijexá Omi T'Odé, 2013



Fonte: arquivo do Ilê Axé Ijexá Omi T'Odé

A figura 13, desenhada por Marcos Supino (Ibukerê -Ogã de Oxóssi) representa o primeiro esboço cartográfico da construção geoespacial com o olhar direcionado para religiosidade, inclui o espaço ambiental e o cultural da comunidade no ano de

2013. Ele faz uma leitura de iniciativa própria, buscando o auxílio dos seus mais velhos na comunidade, utilizando a conversa e a escuta como instrumentos fundamentais para registro das informações.

A geografia dos terreiros da Nação Ijexá no Sul da Bahia segue alguns preceitos: o barracão é construído na área central, tendo como acesso 4 portas possibilitando a comunicação com os pontos cardeais que representam significados distintos: o leste (representa o futuro “ tudo o que há de vim...desejos para coisas boas positivas e fortaleza para superar os obstáculos), oeste (a reverência aos antepassados em respeito à sua existência na Terra), norte (a força da cabeça para manter o equilíbrio e a sabedoria) e o sul (o sustento dos pés que deverão estar seguros na terra para continuar a andar com firmeza) fortalecendo a comunicação com o nascente e o poente que orquestra o dia e a noite.

Os pegis, os pontos sagrados destinados aos orixás, são uma representação geosimbólica de uma estrutura geoespacial das cidades-Estado da África e suas nações. Os itans (contos africanos) também assim, podem ser considerados por em suas narrativas descrever a localização de suas histórias e enredos. Portanto, dentro do baracão estão os pegis de Oxóssi e Oxum e na área de fora os outros orixás, conforme a figura 17 mostra.

No Ilê Axé Ijexá Omi T’Odé nada está dissociado: o sagrado se integra à natureza, que se comunica com a comunidade e interage com a sociedade da qual faz parte. Assim, há uma relação de interdependência, coletiva e cósmica para garantir a sua existência, essencialmente entre os seres que fazem parte

deste sistema. Entende-se, que a geografia de uma comunidade terreiro deva ser interpretada sob uma visão holística, correlacionada aos seus pontos de referência e suas memórias gravadas no subconsciente ancestral.

No esboço cartográfico acima, encontra-se a presença da memória ancestral nas árvores sagradas, correspondente ao seu território e ao seu orixá, observa-se que entre o local denominado de refeitório e de pegi (ponto de culto) do orixá Oxalá (o grande pai da criação) encontra-se uma juerana branca (*Mimosa verrucosa*), árvore nativa da Mata Atlântica a representação simbólica de todo arcabouço ancestral do orixá Ossãe (responsável pelas folhas e pela cura através do povo nagô Ijexá); um pouco mais abaixo entre o refeitório e a casa do orixá Exú (o senhor dos caminhos e das tecnologias de informação) encontra-se uma jaqueira (*Artocarpus heterophyllus*), árvore nativa muito comum da Mata Atlântica, para o povo nagô tem uma representação simbólica, é a senhora Apaoká (a mãe do orixá Oxóssi).

Já na parte superior direita do esboço encontra-se uma seringueira (*Hevea brasiliensis*), árvore símbolo da cidade de Arataca por representar o período áureo e de expansão comercial, onde fica o assentamento do Orixá Iansã/Oyá (deusa do fogo e do raio); encontra-se na parte inferior atrás do pegi do orixá Ogum (o senhor da agricultura e do ferro) um dendezeiro (*Elaeis guineensis*), árvore frutífera de origem africana muito comum na região, é o fruto fundamental na produção do azeite de dendê, muito utilizado na culinária brasileira.

As árvores são essenciais dentro de um terreiro, devem ser preservadas, por exemplo: para agricultura, a jaqueira (*Artocarpus heterophyllus*) é uma espécie frutífera exótica originária

do Subcontinente Indiano, introduzida na Mata Atlântica, frondosa, considerada um alimento básico para comunidades rurais; no entanto, para o povo da religião de matriz africana, no Brasil, ela passou a ser cultuada como Iyá Apaoká, uma ancestralidade africana. que representa uma árvore sagrada, feminina, a mãe do orixá Oxóssi (o grande caçador).

Outras árvores também não podem faltar em uma comunidade terreiro, como é o caso da gameleira branca (*Ficus dolaria*), que traz em sua representação simbólica o ser de uma árvore sagrada, masculina, conhecida como o orixá Tempo para os povos bantos e Iroko, para os iorubás, orixás (deuses africanos) que tudo sabe e tudo vê, é o senhor dos astros e do equilíbrio cósmico, dialoga com o dia e com a noite, a chuva e o sol. Ademais, é a testemunha das vidas terrestres, pois presencia o ontem, o hoje e o amanhã. Dentre outras estão: o akoko (*Newbouldia*), obi ou noz-de-cola (*Cola acuminata*) do orogbo (*Garcinia Kola*) e do baobá africano (*Adansonia digitata*).

Assim, entende-se que os orixás que foram trazidos para o Brasil são correlacionados à própria natureza e seus elementos, tendo o poder de se representar em diversas formas e maneiras. A interação se desenvolve em comunicação com a cosmologia dos seres, quando representados por meio das plantas.

As plantas e árvores são sagradas, tudo nelas se usa: a raiz, o caule, os frutos, o sumo, o pó, as folhas e apresentam suas inúmeras utilidades através dos rituais sagrados, como: banhos, defumação, chás, sacudimentos, harmonização de ambientes, camas de folhas e alimentação. As plantas têm hora e finalidade para serem colhidas, são remédios que trazem alívio

a saúde: física, mental e espiritual dos seres vivos que creem nesses saberes, mas quando mal utilizados ou não sabem usar trazem consequências danosas

A afetividade com a natureza produz uma relação para além da classificação como sistemas. Para o povo de herança nagô Ijexá do Sul da Bahia – herança ancestral do Ilê Axé Ije-xá Omi T’Odé a natureza é o sagrado e que “sem folha não há orixá” por isto, deve ser preservada, cuidada e manuseada de forma correta.

Diante deste desenho cartográfico mapeado pelo povo do Ilê Axé Ijexá Omi T’Odé, constata-se que as árvores e plantas trazem em seu DNA – ácido desoxirribonucleico – a sua memória ancestral, expressado na inter-relação entre o sagrado de matriz africana e o povo nagô Ijexá.

2.2.1 O espaço simbólico é o cordão umbilical ancestral do AXÉ

A sociedade religiosa é o elo de ligação entre os humanos e os orixás, é a válvula para a existência da comunidade de axé. Os rituais sagrados são realizados a partir do culto aos orixás/ nkisi ou voduns, nela tudo passa a ter sentido e significado para o sagrado como: o fogo, a água, o ar e a terra, não são apenas elementos da natureza, são divindades africanas. As cerimônias sagradas tem total representatividade para toda a comunidade, pois para além das festividades religiosas são momentos de cura, de saúde e de ligação ancestral. Cultuar seu orixá é acima de tudo vivenciar suas divindades ancestral que cuida e protege toda a família.

É constituída com base nos princípios essências proferidos por Póvoas (2010): o princípio do respeito, do segredo e do preceito a relação entre estes 3 pilares são fundamentais para a existência do axé para a religião de matriz afro-brasileira, com o respeito se cultua o sagrado, o segredo é vivenciado pelo membro que participam do ritual e o preceito é partilhado entre todos que participam e se integram aos ritos.

A sua composição hierárquica é formada pela descendência religiosa, os filhos e filhas de axé já nascem com esta missão para servir a sua divindade, a sua família e a sua sociedade civil. Os cargos são diversos cada um tem a sua função desde o babalorixá ou yalorixa, yalaxé, babalaxé, ekedys, ogãs, yaôs e abians, os cargos citados tem total relação com a sociedade familiar pois são relacionados como pais, mães, filhos e filhas.

A sociedade familiar traz na sua reconstrução simbólica ancestral a aliança dos povos escravizados e sobreviventes do período escravocrata no Brasil colônia, que perderam seus familiares de forma violenta e cruel. As comunidades de terreiros, também chamadas de comunidades de axé são constituía de membros que passam a ser partícula primordial familiar, isto fortalece ainda mais após a iniciação religiosa.

As fotos a seguir apresentam um dos braços do rio ancestral da família Ijexá do sul da Bahia, a casa matriz o Ilê Axé Ijexa Orixá Olufon, foto (17), situado em Itabuna (BA), a sua casa filha, o Ilê Axé Ijexá Omi T'Odé, foto (18), localizado em Arataca (BA) e O Ilê de Oyá, foto (19), em Petrolina no estado de Pernambuco. As imagens apresentam as ações cotidianas de cada comunidade de axé fortalecida pelos seus laços familiares, bem como sua raiz que se sustenta por meio das bases históricas, ancestrais e

pelo sagrado, principalmente da veia ancestral Ijexá.

Foto 17: Família Ilê Axé Ijexa Orixá Olufan/ Itabuna (BA)



Fonte: arquivo do Ilê Axé Ijexá Orixá Olufan

Foto 18: Família Ilê Axé Ijexá Omi T'Odé



Fonte: arquivo do Ilê Axé Ijexá Omi T'Odé

Foto 19: Família - Ilê de Oyá



Fonte: arquivo Ilê de Oyá Petrolina (PE)

2.3 ESPAÇOS SUBJETIVOS NO ILÊ: um olhar que transcende a subjetividade

A comunidade terreiro Ilê Axé Ijexá Omi T'Odé se constitui alicerçado nos 3 três pilares da sociedade: religiosa, familiar e civil organizada (Figura 14):

Figura 14: Comunidade Terreiro e seus pilares



As sociedades religiosa e familiar já foram apresentadas no espaço simbólico, nesta seção o destaque será para a sociedade civil organizada constituída no Ilê Axé: A Organização Assistencial, Educacional, Cultural e Religiosa Água do Caçador, mantenedora do Ilê Axé Ijexá Omi T'Ode. A Organização representa os espaços subjetivos desta cartografia social da transição agroecológica dos povos tradicionais. Ela foi fundada para fortalecer a cultura afro-brasileira e as religiões de matrizes africana na cidade de Arataca, construída para ajudar na formação de uma sociedade cada vez mais humana para o povo arataquense.

A sociedade civil organizada nasce com missão de ser uma partícula essencial para a sociedade da “porteira pra dentro, da porteira pra fora” (expressão utilizada nas escritas do professor Dr. Ruy do Carmo Póvoas e da Dr^a Narcimária Luz) é um espaço de construção política, de luta, de produção e de resistência em prol dos direitos humanos, ambientais e sociais. É importante destacar que estes espaços de formação política são constituídos por agricultores e/ou estudantes e/ou membros da comunidade terreiro que vivem da agricultura familiar e atuam no processo da transição agroecológica em suas territorialidades.

Atualmente, ela é composta por cerca de quarenta membros, entre filhos, filhas, amigos e amigas que participam de eventos ambientais (turismo ecológico afro-brasileiro), culturais (oficinas sobre saberes e sabores afro-brasileiro), educacionais (visitas e aulas abertas sobre a herança africana no Brasil), e sociais (encontros sobre a saúde do povo negro), também de rituais religiosos (festejos aos orixás patronos Oxóssi e Oxum).

A comunidade terreiro desde 2017 se integra a Organização Assistencial, Cultural, Educacional e Religiosa Água do Caçador, uma sociedade civil, sob a inscrição CNPJ 27.811.894/0001-56, reconhecida como bem de utilidade pública pela cidade de Arataca, através da Lei nº 198 de 21 de maio de 2021, pelos serviços prestados no âmbito social, ambiental, cultural, religioso, educacional e na saúde (Figura 15).

A Organização Assistencial, Cultural, Educacional e Religiosa Água do Caçador compreende que viver a religiosidade e a espiritualidade é estar em comunhão com o sagrado, com os ecossistemas ecológicos e, principalmente com a sociedade a qual se insere. Assim, transmite os saberes e fazeres aprendidos há milhões de anos, ensinados pelos seus descendentes, os povos tradicionais.

A comunidade, enquanto sociedade, não deve ficar inerte diante das decisões a serem tomadas, quanto as situações e injustiças existentes no território, a responsabilidade social é coletiva. A Organização Assistencial Água do Caçador tem colaborado muito para o município de Arataca acerca das questões sociais e contra (Figura 16).

Figura 15: Lei 198 Utilidade Pública a Organização



Fonte: <https://www.arataca.ba.gov.br>

Figura 16: Injustiças e Crimes Sociais

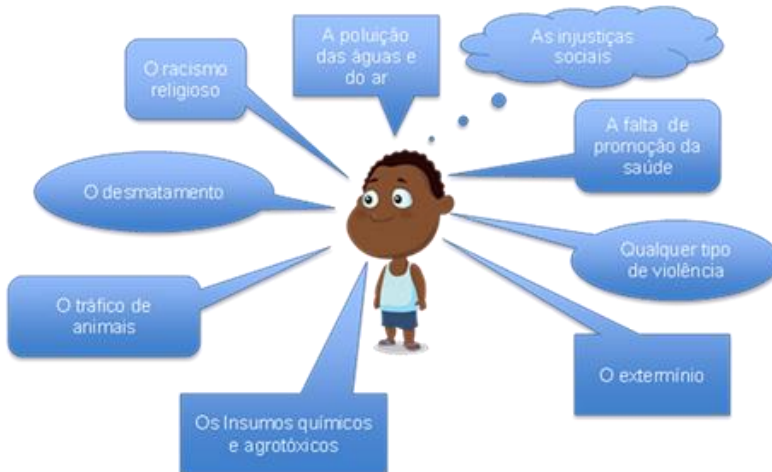


Foto: acervo do pesquisador

Como observa Bambach, Heidegger, não obstante opor-se ao racismo biológico dos ideólogos nazis, manteve, mesmo assim, uma forma de racismo. O seu racismo não é biológico, nem cultural, mas sim epistémico. Tal como acontece com todas as formas de racismo, o epistémico está relacionado com a política e a socialidade.

O racismo epistémico descarta a capacidade epistémica de certos grupos de pessoas. Pode basear-se na metafísica ou na ontologia, mas os resultados acabam por ser os mesmos: evita reconhecer os outros como seres inteiramente humanos.

Portanto, as estratégias e práticas vivenciadas pelos ancestrais devem continuar sendo símbolo de resistência como foi no período da escravidão, os ensinamentos transmitidos há anos precisam ecoar cada vez mais e, a defesa em prol da agricultura dos povos tradicionais precisam se fazer viva nas discussões sobre alimentação saudável, principalmente fora dos portões dos terreiros. Salienta-se que, foi em nome do espírito, do espírito europeu, bem entendido, que a Europa justificou os seus crimes e legitimou a escravidão em que mantém quatro quintos da humanidade. Sim, o espírito europeu teve raízes singulares.

Como mudar tradições e costumes do passado que ainda reverbera na realidade atual? No campo da agricultura as práticas de extrair, semi-escravizar e exterminar ainda persiste nos tempos atuais, as comunidades terreiras ainda são violentadas. Assim, Boff (1999) vem alertando há décadas, que:

Há um descuido e um descaso na salvaguarda de nossa casa comum, o planeta Terra. Solos são envenenados, ares são contaminados, águas são poluídas, florestas são dizimadas, espécies de seres vivos são exterminadas; um manto de injustiça e

de violência pesa sobre dois terços da humanidade. Um princípio de autodestruição está em ação, capaz de liquidar o sutil equilíbrio físico-químico e ecológico do planeta e devastar a biosfera, pondo assim em risco a continuidade do experimento da espécie homo sapiens e demens.

Em Arataca, as áreas circunvizinhas ao terreiro utilizam a cultura da agricultura convencional, em particular, com a intensiva monocultura de plantio do café da espécie conilon proporcionando um ambiente uniforme. Isto, modificando a biodiversidade da microflora do solo, com o uso intensivo desenfreado de agrotóxicos, que afetam as áreas de preservação ambiental trazidos pela corrente de ar e por meio das águas do rio Aliança causando crime ambiental, principalmente para a vida aquática. Esta ação desenfreada acaba contaminando todo o território.

Foto 20: Cultura extensiva no plantio do café conilon. Arataca (BA)



Foto: acervo do pesquisador

Ações como estas estão aumentando cada vez mais, tornando-se uma atividade comum no município, a prática do desmatamento nas áreas ambientais da mata atlântica se faz necessária para o plantio do café. Nas fotos acima mostra como os cafezais estão se expandindo “como uma onda no mar” avançando na estrada Arataca-Una e em direção ao Parque Nacional Serra das Lontras, ou seja, nas áreas de amortecimento ambiental, como também, as áreas de preservação permanente (APP)

estão sendo afetadas pelo extenso cultivo da cultura do café.

Quanto às questões legais no município ainda não foi aprovada a política Municipal de Meio Ambiente, ficando ele sob égide da política estadual. Já aconteceram iniciativas para aprovação da lei municipal motivada pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente do município, em parceria com o colegiado e o com o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA), no ano de 2018, mas não houve êxito.

Segundo informação dada pela delegacia de Arataca, denúncias anônimas são feitas à polícia ambiental envolvendo desmatamento com derrubada de árvores nativas e exóticas, caça de animais silvestres e a criação de forma ilegal de animais, principalmente pássaros em extinção. Estas ações acontecem justamente nas áreas de amortecimento ambiental, nas APPs (Área de Preservação Permanente) do Parque Nacional Serra das Lontras. Isto vem acontecendo bem antes de dezembro de 2011, ano em que se efetuou a compra do terreno do Ilê Axé Ijexá Omi T'Odé.

No ano de 2012, foram realizadas as primeiras construções da comunidade terreiro, a partir daí foram encontradas ações de degradação com a natureza, conforme pode ser observado:

Foto 21: Áreas do Ilê Axé Ijexá Omi T'Odé degradadas – 2011



Fonte: acervo do Ilê Axé Ijexá Omi T'Odé

- Árvores exóticas de jaqueira (*Artocarpus heterophyllus*) derubada pela área;
- Áreas com aplicação de herbicida sistêmico de amplo espectro à base de glifosato (Roundup);
- Matas ciliares roçadas e transformada em pastos para criação de equinos e bovinos;
- Buracos na terra feito por mãos humanas a procura de animais da família (Dasypodidae) como tatu e outras espécies, bem como, marcas de pés de caçadores.
- Presença de acidez no solo, por ter muito feto (*Pteridium aquilinum*) plantado na área.
- Desmatamento na área superior do terreno, resquícios de cortadores de lenha.

Durante o processo de construção da comunidade terreiro duas histórias acerca daquelas terras vieram à tona, uma com o foco para o olhar simbólico e a outra para o geográfico:

❖ OLHAR SIMBÓLICO:

- Seu Jaime, eletricitista e bisneto de seu Leocádio conta que há muitos anos atrás aquelas terras eram de seu bisavô, um curandeiro que cultuava um caboclo chamado Sultão das Matas, pois ali era uma fazenda de cacau e laranja. Ele fala que a casa e a barcaça ficavam, onde hoje estão construídas as instalações do refeitório e dormitório do ilê. Segundo ele, seu Leocádio tinha um baú cheio de joias e moedas e antes de morrer deixou enterado por aquelas terras.

❖ OLHAR GEOGRÁFICO:

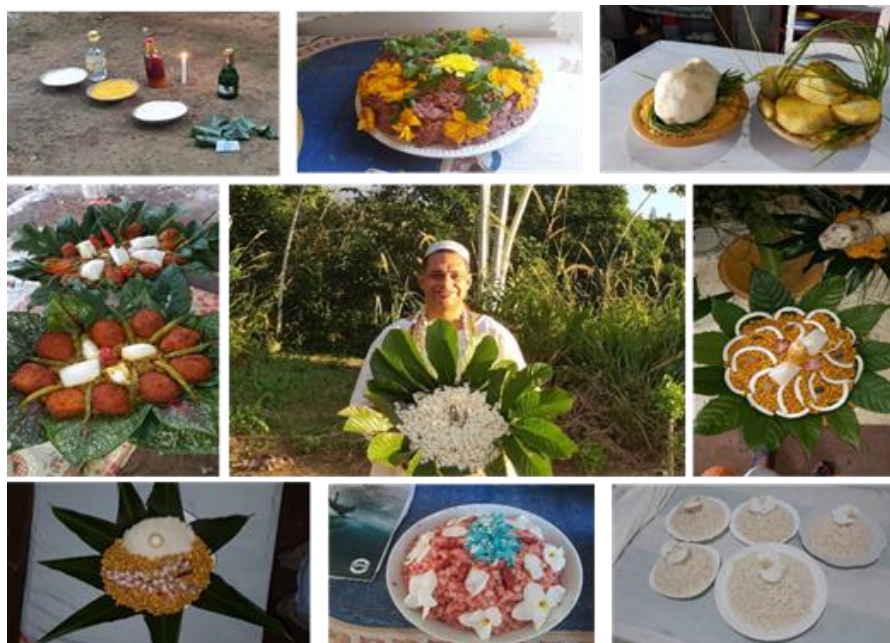
- Seu Josa, antigo dono das terras, relata que comprou 3 hectares de terra nas mãos de seu Laudelino, proprietário da atual fazenda Maravilha e dono do cafezal na entrada da cidade, circunvizinho as terras onde atualmente é o terreiro. A fazenda, na época áurea do cacau, era conhecida como Arco-íris e sua área era destinada para o cultivo do cacau; tempos depois recebeu o nome de fazenda Bom Jesus I, nome que consta ainda hoje na escritura registrada no cartório de Una.

Após a aquisição do terreno e implantação efetiva do Ilê Axé Ijexá Omi T'Odé, algumas ações foram tomadas com foco na preservação ambiental; já que, encontrou-se partes das terras usadas de forma inadequada, mesmo percebendo que já via traços de reconstrução dos ecossistemas. Não se pode esquecer que aquelas terras fora uma antiga fazenda de cacau construída e conservada no cultivo das práticas da monocultura.

É preciso preparar o solo, cuidar do solo para nascer uma comunidade terreiro que vive sob a égide na cultura da agri-

cultura dos povos tradicionais, conforme ensinamentos de seus ancestrais. Como pode-se ver, até os dias atuais o culto ao sagrado segue algumas tradições, principalmente o auto cuidado com a natureza, Segundo Mariá Anunciação – Tambalecy (yaô de Ogum) diz: “Tudo que vem da terra, volta pra ela,”

Foto 22: Afetos com a natureza: amor, beleza e proteção.



Fonte: acervo do Ilê Axé Ijexá Omi T’Odé.

As comidas e oferecimentos aos orixás, além de terem um toque de amor, beleza e proteção, é preciso confeccionar embalagens biodegradáveis, que sejam de decomposição rápida comparada aos produtos tradicionais não causando impactos ambientais, já as comidas são levadas para alimentar a vida aquática e terrestre. O Ogã Ologuibô, seu Fernando, filho do Ilê Axé Ijexá Omi T’Odé, relata:

para agricultura, nada se perde, o desperdiço é feito pelo homem, pois todo o alimento utilizado ele é reaproveitado ou volta a servir para alimentar a vida da terra e da água. Como é o caso da calda agroecológica produzida com esterco de gado e sobras das folhas que servem de banhos para a cura espiritual, nos rituais sagrados.

As folhas que servem de decoração nos pratos, no baração e nos pegis, bem como, feitas nos banhos, juntam-se as cascas de cacau e cupuaçu na compostagem e servem de adubos na horta. Isto quando não secadas para defumação. O agradecimento pela vida humana e terrestre faz parte dos ritos prestados ao sagrado e ao divino, com zelo lhe presenteando com algo que não lhe faça mal.

Os povos de terreiros compreendem que os ecossistemas são sagrados e, deve ser cuidada para continuar alimentando e preservando à vida humana. A natureza não está à disposição ou a serviço do homem, o ser humano faz parte dela. Proteger a biodiversidade é primordial para ter vida saudável na Terra, e cuidar das águas é um bem maior.

Foto 23: Mastro do Ilê Axé Ijexá Omi T'Odé



A festa das águas para os povos tradicionais de matriz africana é um dos rituais mais belos e sinônimo de renovação, festeja-se o feminino e a criação. No Ilê Axé Ijexá Omi T'Odé acontece em fevereiro, nesta ocasião comemora-se a grande mãe da criação Oxum, as mulheres organizam tudo dando seu toque feminino e preparam os balaies com flores perfume e frutas. Os preparativos para a festa são feitos com muito cuidado, muita alegria e muito banho de rio. O baração se enfeita com flores e laços e fitas para reverenciar as águas.

Fonte: acervo Ilê Axé Ijexá Omi T'Odé

Foto 24: Festa das Águas: Oxum, Yemanjá e Nanã - 2021



Foto 25: Preparação do balaio Fonte: acervo do Ilê Axé Ijexá Omi T'Odé

Durante as comemorações e festejos, há muito cuidado com os materiais que serão utilizados, pois quase tudo vai ser entregue nas águas. Os balaios são produzidos, foto 23, com fibras vegetais de bambu, decorados com papel crepom, laços de fita, forrados com folhas de bananeiras e apoiado por troncos da mesma, pode ser usado também esponja vegetal para segurar as flores e as frutas.

Neste gesto de auto cuidado e afeto com as águas os ensinamentos da agricultura dos povos originários e da agroecologia são colocados em prática, como: não poluir os rios e

salvaguardar toda vida aquática contra os dejetos químicos e plásticos. Os produtos como vidros, panos, plásticos e ferros não serão depositados no rio, retornam para o Ilê dando a eles seus devidos fins.

Diante destes ensinamentos ancestrais e seguindo a tradição deixada pelos mais velhos da comunidade, a Organização Assistencial, Educacional, Cultural e Religiosa Água do Caçador passou a ter maior responsabilidade e envolvimento com às questões sociopolíticas, educacionais e ambientais no município. Toda esta ação fez com que fossem desenvolvidas ações nos campos: político, social, cultural, religioso e ambiental.

No campo político: conquistou sua representatividade civil no âmbito local, inclusive, no biênio 2017-2019 fez parte dos componentes do COMDEMA publicado em diário oficial, conforme o decreto nº 215 de 15 de agosto de 2017 e, atualmente continua fazendo parte do COMDEMA, e também, no Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável (CMDs) – biênio 2020-2022, do Conselho Municipal de Educação de Arataca e participou na construção do plano de saneamento básico do município de arataca.

No campo educacional: as visitas à comunidade ter-reiro acontecem frequentemente por parte dos moradores de Arataca, agricultores e agricultoras, pesquisadores, estudantes e amigos; algumas parcerias envolvendo ações culturais e educacionais já foram realizadas com a participação da comunidade no Assentamento Terra Vista e algumas instituições de ensino como o Centro Estadual de Educação Profissional da Floresta, do Cacau e do Chocolate Milton Santos e o Colégio Estadual Bráulio Xavier.

No campo cultural: tem promovido atividades e eventos culturais, oficinas de comidas e saberes afro-brasileiro, como também recebe as instituições educacionais: superior, estadual e municipal. A comunidade local e externa adentra os espaços de cultura afro-brasileira para buscar conhecimento da cultura e saberes de matriz africana; atividades lúdicas como samba de roda, quebra pote e cantigas do cancionero do povo negro são realizadas no dia da criança onde se comemora o Caruru dos Ibejis.

As oficinas de ornamentação e decoração nos canteiros; confecção de adereços e contas afro-brasileiras; festejos culturais e comemorações sobre a cultura do povo negro sendo presente e fortalecida na cidade de Arataca. Produção de vídeo no canal You tube Encruzilhadas da Transição Agroecológica, 92 inscritos, apresentando a diversidade cultural e ambiental do Ilê axé Ijexá Omi T' Odé, um dos poucos espaços de matriz africana preservado no município de Arataca que cuida da preservação e da cultura do povo negro trazido escravizado do continente africano, nossos ancestrais.

No campo social: promove atividades inter-religiosas nas instituições de ensino; participação de encontro estadual da RENAFRO e da oficina sobre identidade do povo negro na Secretaria de Educação da Bahia; contribuiu na IV Jornada de Agroecologia da Bahia no Assentamento Terra Vista; promoveu estudo da água do Rio Aliança pesquisando sobre a sua qualidade e acerca de sua utilização; realizou oficina de teatro “ Como conviver com a hierarquia?”; concessão das barracas utilizadas para feira da agricultura em Arataca uma parceria com a Secretaria de Agricultura de Arataca.

No campo ambiental: a Organização Assistencial e O Ilê Axé Ijexá Omi T'Odé passaram por muitas mudanças significativas, após o ano de 2019, foi quando o babalorixá Babá Omi-Silé, Luciano Costa (líder religioso de matriz africana) tornou-se discente da 1ª turma do Programa de Doutorado em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (UNEB) em seus estudos percebeu a necessidade de dialogar sobre a transição agroecológica e a agricultura dos povos tradicionais de Arataca, acreditando ser um tema bastante relevante para todo o território e principalmente ao município.

Partindo daí, ambas as instituições: a religiosa e a civil deram início a um processo de avaliação dos espaços a partir daí, foram desenvolvidas algumas ações socioambientais para garantir o bem viver dos ecossistemas na comunidade terreiro.

Foto 26: Mata ciliar do rio Aliança



Recuperação da mata ciliar e reflorestamento da área localizada as margens do Rio Aliança, onde antes é um pasto. Atualmente encontra-se plantada uma diversidade de árvores frutíferas: abacate, jambo, mamão, fruta pão, cupuaçu, cacau, jaca, goiaba, açaí, pitanga, limão, banana, cana, junto a elas estão ervas e plantas medicinais: sabugueiro, alfazema, patchouli, mira e árvores de axé: obi

Fonte: acervo do Ilê Axé Ijexá Omi T'Odé

No entanto, hoje em dia a comunidade terreiro é constituída por uma grande extensão de Mata Atlântica recuperada:

a mata ciliar protegendo as margens do rio e uma área experimental no Sistema Agroflorestais (SAFs) com plantio de árvores frutíferas e silvestres, bem como, árvores sagradas para os povos das religiões de matriz africana: Obi (noz-de-cola), Orobô (*Garcinia kola*), Baobá (*Adansonia*), Akokô (*Newboldia Laevis*).

Foto 27: SAFs nas áreas do Ilê Axé Ijexá Omi T'Odé.



Fonte: acervo do Ilê Axé Ijexá Omi T'Odé

Sistemas Agroflorestais (SAFs) são sistemas agrícolas que misturam, no mesmo espaço e ao mesmo tempo, cultivos agrícolas com espécies arbóreas. As espécies arbóreas utilizadas podem ser nativas do bioma ou região (local) onde os SAFs serão implantados, mas também podem ser espécies vindas de fora (exóticas), desde que sejam adaptadas ao local. (<https://www.embrapa.br/>).

Foto 28: Árvore Marmixa (*Pradosia lactescens*) rara na Mata Atlântica



Fonte: acervo do Ilê Axé Ijexá Omi T'Odé

A comunidade terreiro sempre recebe visitantes, estudantes das escolas públicas e universidades, secretarias municipais, pessoas da comunidade externa em geral para conhecer os espaços: religiosos, históricos da cultura de matriz africana e ambientais. Quando conhecem a Marmixa (*Pradosia lactescens*) e seu fruto ficam encantados com tamanha beleza.

O Ilê Axé Ijexá Omi T'Odé foi incluído no projeto PAIS (Produção Agroecológica Integrada e Sustentável) com implantação de uma horta mandala, a convite de uma cooperativa local que teve o apoio da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de Arataca, em 2018. A sua produção orgânica com hortaliças: couve, cebolinha, coentro, agrião, rúcula, manjeriço e pimenta de cheiro atende as entidades públicas: o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Arataca, a Creche Municipal de Arataca, o Centro de Educação Profissional da Floresta, do Cacau e do Chocolate Milton Santos, a comunidade e o comércio local, e também as cidades de Itabuna e Camacã, em feiras livres e supermercados, gerando renda e sustentabilidade.

Foto 29: Horta Mandala gerando renda e sustentabilidade



Fonte: acervo do ilê Axé Ijexá Omi T'Odé

A horta mandala é construída em formato de círculos dando ideia de movimento e continuidade. O aviário se posiciona no centro, local reservado para criatório das galinhas, que devem ser alimentadas com sobras das hortaliças e vegetais retirados das leiras, como também, os seus estercos servem de adubos orgânicos para a horta. As leiras se posicionam ao redor do aviário em forma de espiral, formadas pela sua diversidade de hortaliças, vegetais, legumes e flores. Todo trabalho é constituído com base na agricultura dos povos tradicionais e na agroecologia, tendo como ferramenta as práticas agroecológicas.

Foto 30: Ilê Axé Ijexá Omi T'Odé- Horta Mosaico



Fonte: acervo do Ilê Axé Ijexá Omi T'Odé

As práticas agroecológicas realizadas nas áreas em transição agroecológicas na comunidade terreiro são realizadas para amenizar o desgaste do solo atingido durante o cultivo do cacau em épocas outrora, como também, colaborar no processo de revitalização da flora que a Mata Atlântica já vem realizando.

É possível perceber que os ambientes interagem entre si, formando sistemas epistemológicos de saberes complexos, construindo correlações de como se comunicar com os elementos, que compõem e completam o sistema colaborativo das plantas, dos animais e dos seres humanos. Portanto, se em um dos agroecossistemas apresentar alguma anomalia, todo o sistema de rede ambiental sofre danos, necessitando de tempo para se reestruturar. Isto acontece com aplicação de produtos químicos e inseticidas, a sua utilização compromete todo um sistema gerador de vida.

Elas (as práticas) responderam às expectativas com bons resultados: o sistema agroflorestal com base na policultura, a recuperação da mata ciliar do rio aliança garantindo a preservação dos jasmims e das diversas espécies de plantas nativas que nascem e embelezam às suas margens.

Foto 31: Prática Agroecológicas



Fonte: acervo do Ilê Axé Ijexá Omi T'Odé

A horta mandala alimentada por adubos orgânicos (humus de casca de madeira e casca de cacau), caldas agroecológicas (esterco de bovinos e caprinos), compostagem (sobra de alimentos do dia a dia) e calcário para combater a acidez do solo. Outra prática desenvolvida é o aproveitamento dos litros de cachaça e champanhe para fazer canteiros agroecológicos, preservando os princípios da sustentabilidade e do reaproveitamento.

A proposta do orquidário “a céu aberto” surgiu com os filhos e filhas de santos, trazendo flores para seus orixás como oferecimento ou em suas obrigações (ritos sagrados para as religiões de matrizes africanas). Após os rituais os filhos e as filhas levam suas orquídeas e colocam em uma árvore no terreiro, dando aquela orquídea uma memória simbólica. Há uma variedade de orquídeas de cores diversas, pois as plantas são escolhidas conforme a cor dos orixás dos filhos e filhas.

Foto 32: Orquidário “a céu aberto”



Fonte: Arquivo Ilê Axé Ijexá Omi T’Odé

A espécie das orquídeas phalaenopsis (plantas exóticas) se adaptaram ao clima do terreiro e se integraram a diversidade da Mata Atlântica, pois são introduzidas nesta região por meio das feiras livres ou das floriculturas. Com a presença delas o paisagismo do ilê fica ainda mais bonito, enquanto algumas delas estão formando o botão outras expressam a beleza com a abundância de flores em seus cachos. As orquídeas nativas da espécie pingo de ouro (*Oncidium flexuosum*) são as mais fáceis de serem encontradas, principalmente dentro das roças de cacau, por já fazerem parte do bioma.

A agroecologia defende o plantio de árvores e afirma que são plantas geradoras de ecossistemas para o equilíbrio ecológico. O site dmanapolis.com.br divulgou, no dia 28/09/2022, que o cultivo e preservação das árvores é uma preocupação mundial – Os ecossistemas das florestas são responsáveis por 80% do total de absorção do carbono na superfície terrestre. Assim,

os ecossistemas são comunidades de plantas e animais interagindo com seu ambiente físico e químico que foi modificado para produzir alimentos, fibras, combustíveis e outros produtos para consumo e utilização humana. A agroecologia é o estudo holístico dos ecossistemas, abrangendo todos os elementos ambientais e humanos. Sua atenção é voltada para a forma, a dinâmica e a função de suas inter-relações, bem como para os processos nos quais estão envolvidas (ALTIERI, 2012, p.105).

A agricultura dos povos tradicionais tem como um dos seus princípios a troca de saberes (saber semear o mundo é primordial), por isto as sementes e as mudas de plantas devem ser partilhadas mundo a fora. Para os povos de comunidade ancestral, árvores devem ser plantadas pois são purificadores de ar natural, matam a fome (tem árvores que tudo nela é comestível

e são portais ancestrais.

Foto 33: Entrega do obi (Extrato de Noz de cola)



Em 2016 o Terreiro do Cobre/ Salvador/BA traz o pé de Obi para plantar no Ilê Axé Ijexá Omi T'Odé- Arataca/BA

Fonte: acervo Ilê Axé Ijexá Omi T'Odé

Foto 34: Plantio de Árvore (saber ancestral)

Em 2017, O Ilê Axé Ijexá Orixá Olufã / Itabuna/BA, Babalorixá Ajaladeré (Ruy do Carmo Póvoas) e o Ogã Fadori plantam a muda de jandiroba no Ilê Axé Ijexá Omi T'Odé Arataca/BA . Dia que colocou a cumieira.



Fonte: acervo do Ilê Axé Ijexá Omi T'Odé

Foto 35: Semeando Mudas. Arataca/ Juazeiro

Em 2019 Ollê Axé Ijexá Omi T'Odê leva mudas de Obi (Noz-de-cola) para os terreiros de Juazeiro (BA).



Semeando mudas de Arataca à Juazeiro foi uma ação do babá Omisilé, que gerou frutos para além do plantio de árvores de Obi (noz-de-cola). As relações foram fortalecidas entre o povo de axé, bem como, a amizade foi construída nos alicerces das mudas sagradas ancestrais. Na foto (a) Ylê Axé Ayrá Onindancor, foto (b) Ylê Axé Omim Kayodé, foto (c) Terreiro Banda Lê Koongo, foto (d) Ilê Oxum.

Foto 36: Troca de Mudas



Em 2021, O Ilê Axé Ijexá Omi T'Odé leva muda de Gameleira branca para o Terreiro de Maria de Tempo Juazeiro BA



Em 2022, Mãe Ilza Mukalê, Terreiro Tombecy, dá a muda de Obi para Babá Omisile plantar em no Ilê Axé Ijexá Omi T'Odé Arataca/BA.

Fonte: acervo do Ilê Axé Ijexá Omi T'Odé

No ano de 2022, o Ilê Axé Ijexá Omi T'Odé em Arataca/BA foi campo de pesquisa da mestranda Bainca Prucino, discente do Programa de Pós-Graduação em Biosistemas, que pesquisou sobre o Perfil Etnobotânico de Terreiros de Candomblé do Sul da Bahia/Brasil. Neste trabalho ela fez a seleção de várias plantas existentes no espaço sagrado do ilê e como produto final produziu a cartilha Plantas Medicinais utilizadas no Ilê Axé Ijexá Omi T'Ode e no Ilê Axé Oyá Funké, Sul da Bahia/Brasil (Figura 17).

Figura 17: Produção de pesquisa ambiental realizada no ilê



Fonte: acervo Bianca Prucino, 2022

Assim, vem sendo realizados diálogos envolvendo engenheiros agrônomos, comunidade religiosa e moradores locais, buscando encontrar alternativas de fortalecimento para a agricultura tradicional de terreiros nos tempos atuais, bem como, fazer experimentos com as práticas de transição agroecológica, utilizadas pelos agricultores e agricultoras da região.

As experiências realizadas possibilitaram a formação e conscientização de agentes sociais transformadores para atuarem em suas comunidades, com ações e práticas agroecológicas integradas à agricultura dos povos tradicionais e ao processo de transição para agroecologia, propondo mudanças de hábitos já cristalizados da agricultura convencional e permitindo vivenciar outras formas de culturas agrícolas.

Foto 37: Produção de polpas



Outra ação desenvolvida na comunidade é a produção de polpa com as frutas do próprio terreiro. Durante o ano todo há uma diversidade de frutas, isto devido a policultura desenvolvida em suas terras. O suco de cacau, de cupuaçu, de açaí e de limão são os mais saboreados, pois o seu fruto dá o ano todo. No período de colheita é possível comercializar as polpas, gerando renda para a própria comunidade terreiro devido à grande quantidade de frutos gerados na safra. No entanto, o principal objetivo é o consumo do suco natural, orgânico e saudável dentro da própria comunidade, buscando substituí-lo pelo uso refrigerantes e das bebidas artificiais.

Fonte: acervo do Ilê Axé Ijexá Omi T'Odé

As práticas de preservação da agricultura dos povos tradicionais do Ilê Axé Ijexá Omi T'Odé apresentaram que o cuidado com a biodiversidade estimula o funcionamento de todo o sistema ecológico interagindo em forma de rede ambiental produzindo principalmente uma alimentação saudável para o corpo, para a mente e para o sagrado.

A correlação existente entre o conhecimento e a aprendizagem tem promovido diálogos interativos no campo de disputa territorial: étnica, ambiental e sagrada. Portanto a resposta vem com as ações quando um Ogã do terreiro, Iraojô, (Ismael) vem correndo da mata e disse: “vi uma cobra na mata e logo comple-

ta a sua fala não matei, ela seguiu o caminho dela e eu o meu.”

O Ogã Iroakoni, Dilmário Conceição, filho do Ilê, entrevistado no processo de construção desta cartografia social, diz: “os animais aparecem e convivem com nós, aqui é uma área de preservação, aqui o orixá é a natureza e a natureza é o orixá. Sou filho de Iroko (Deus africano), ele é uma árvore”, com base nesta fala corrobora-se que a construção da consciência do cuidado com a biodiversidade dos ecossistemas é milenar e ancestral, o processo de transição agroecológica se alicerça nestes ensinamentos da agricultura dos povos originários.

Dentro de uma comunidade terreiro, uma Organização Assistencial é de extrema importância, as ações e lições são transmitidas através da oralidade registrada nas memórias dos mais velhos, e também, nos documentos oficiais dando legitimidade jurídica a sua existência. A Carta da VI Jornada de Agroecologia da Bahia (TEIA DOS POVOS, 2019):

Hoje acreditamos que tecer o bem viver é algo que só se faz com luta, organização, resistência, autonomia, soberania. Tem sido a ancestralidade nossa grande conselheira e nos tem ensinado que “ser forte é saber por que estamos lutando”. (...) Há uma grande arquitetura da morte, eles lucram com nossos corpos em projetos do agronegócio, encarceramento de negros e indígenas, militarização e privatização do sistema de segurança pública, militarização e fechamento de escolas, megaprojetos de desenvolvimento que saqueiam nossos territórios e nos impedem de existir.

As palavras proferidas por Póvoas (2002) quando fala sobre os princípios para uma comunidade terreiro: respeito, preceito e segredo, aplica-se para qualquer organização assistencial ou associação que se propõe fazer parte do processo de comunicação estabelecida entre a práxis e a teoria existentes nos paradigmas já preestabelecidos. Assim, os alicerces construídos por ele, alimentam os ecossistemas da Mata Atlântica, dos humanos e da vida.

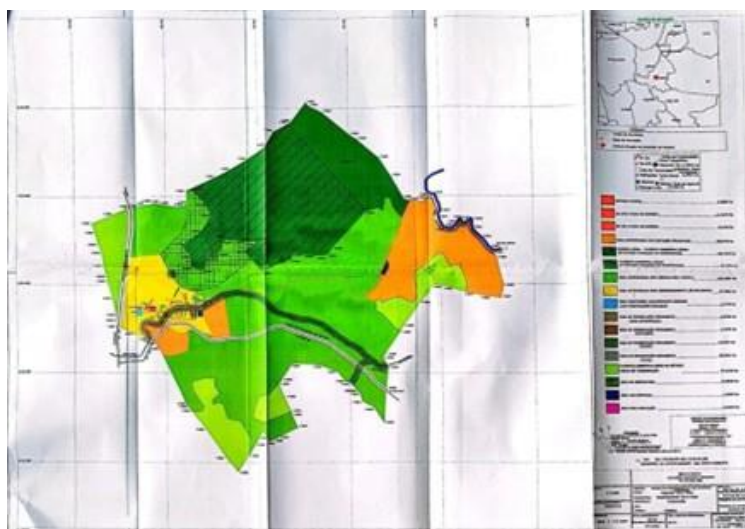
2.4 ESPAÇO GEOGRÁFICO: ATV um “CHÃO em construção”

O Assentamento Terra Vista (ATV) apresenta uma área total, aproximadamente de 913 hectare, preserva uma área de 313 há de Mata Atlântica, totalizando 40% da área de preservação, a mesma está em torno da área de amortecimento do Parque Nacional Serra das Lontras (11 mil há) e uma infinidade de plantas alimentícias não convencionais (PANCs), que a natureza vem oferecendo a milhares de anos na propriedade. Possui 300 hectares de cacau cabruca que há 16 anos as famílias vêm realizando a transição agroecológica. A outra parte da área, está dividida em 80 hectare de pasto, 7,5 hectares de lâminas 39; água para criação de peixe e as demais terras estão divididas pela força de trabalho de cada família com a produção de culturas diversificadas: hortaliças, fruticulturas e a área destinada para Agrovilas (moradia).

A figura 18, apresenta o esboço cartográfico da área do assentamento e toda a sua composição territorial muito bem distribuída entre a população de assentados, no espaço pintado de amarelo, onde estão localiza-se a área habitacional das agrovilas, escolas, dormitórios, quadras de esporte e refeitório.

O Rio Aliança é representado pela linha azul que atravessa a área populacional. Já nos espaços demarcado pela cor verde estão distribuídas as terras ocupadas pelos lotes onde situa-se a Mata Atlântica e sua extensão de fauna e flora. Possui 300 hectares de cacau- cabruca (nome de origem indígena que significa o cacau protegido na mata), e há 18 anos vem realizando a transição agroecológica. O cacau-cabruca é um sistema ecológico de cultivo agroflorestal, onde o cacau é produzido no sistema florestal, construindo uma relação entre ecossistema e a produção familiar.

Figura 18: Planta cartográfica do Assentamento Terra Vista



Fonte: acervo assentamento Terra Vista

O Assentamento Terra Vista localiza-se a 5 Km (quilômetros) da cidade de Arataca, formada por vários sistemas agroflorestais em sua biodiversidade. É considerado pela sociedade civil organizada como um espaço de cuidado e proteção am-

biental. Vive a transição agroecológica, na prática e pelas trocas de saberes acadêmicos, comunitário, sociais, políticos, ambientais e tradicionais. As parcerias são realizadas juntamente com as instituições públicas: municipais, estaduais e federais recebendo técnicos sensíveis às diversas formas de agriculturas: agricultura familiar, agroecologia, agricultura orgânica. O atendimento sempre é direcionado ao povo de luta pela terra: comunidades tradicionais, Movimento do Sem Terra, Teias dos Povos e as associações da agricultura familiar.

Foto 38: Assentamento Terra Vista - Arataca, BA



Fonte: <https://www.google.com/search?q=imagem+assentamento+terra+vista>

A sua predominância é na lavoura cacaeira, no plantio de banana, atualmente faz experimentos com o plantio do café conilon, utiliza a prática da policultura; tem atividades com piscicultura, apicultura e bovinos. Ele faz fronteira com o assentamento Rio Aliança, com BR 101, com o Ilê Axé Ijexá Omi T'Odé, com a Fazenda Verde Brás.

O Assentamento Terra Vista é um marco legal e histórico para toda região do sul da Bahia, prioritariamente para o município de Arataca. Sua existência transformou as fazendas dos coronéis do cacau, num “front” de luta em defesa da população sem horizontes por estarem desabrigados e desempregados das roças de cacau. A sua formação ideológica segue os caminhos defendidos pela reforma agrária, pela soberania alimentar, em defesa da terra e principalmente dos ecossistemas da Mata Atlântica. A sua história da fundação é narrada por Joelson Ferreira, um dos fundadores, que conta a história voltando ao ano de 1989, quando Luiz Inácio Lula da Silva perdeu as eleições

“nós estávamos numa situação muito difícil lá no extremo sul cercado pelo DE, cercado por tudo, fizemos uma avaliação que nós íamos morrer se nós não fugíssemos. Então nós começamos em 1989, 1990, 1991 nós começamos a pensar em expandir o MST (Movimento do Sem Terra) pela Bahia inteira e que nós iríamos ocupar terras produtivas perto da BR, perto dos grandes centros que era: Ilhéus, Itabuna e Camaçã e, nós mudamos a palavra de ordem que antes era OCUPAR, RESISTIR nós botamos OCUPAR, RESISTIR E PRODUZIR. Então, aqui da Bahia a primeira área com o lema mudado.”

A Fazenda Bela Vista, hoje Assentamento Terra Vista, foi ocupada no dia 8 de março de 1992. Depois de muitas lutas, resistência e cinco despejos foi decretado como um bem de interesse social; no de 1994, foi um ano prospero pois conquistou sua emissão posse. Esta vitória foi um marco legal e histórico para toda a região, e o MST na Bahia se expandiu.

Os Sem Terras ocuparam as áreas consideradas impro-

dutivas, sem nenhuma arborizadas, composto por um solo desgastado pela erosão. Não havia preocupação com os recursos hídricos, nem com o solo, bem como apresentava uma mata ciliar desgastada devido ao assoreamento do leito do rio Aliança que cortava a fazenda. Após a conquista das Terras percebeu-se que era necessário ocupar os espaços, habitá-los e povoá-los dando estrutura adequada e reconstruí-lo. Joelson Ferreira lembra que

“teve a Crise do banco Econômico, e nós aproveitou esta crise com Anjo Calmô de Sá que era dono de muita fazenda de Cacau, nós estampou uma ofensiva e tomamos muitas terras de Anjo Calmô de Sá, e aí a fama foi crescendo todo mundo começou a fazer movimento e, ai 1998 pra cá explodiu o movimento. Hoje, aqui em Arataca temos Assentamentos: Terra Vista, Rio Aliança, Deolinda Alves (a viúva), Ipiranga, São Antônio, Bem-te-vi e um outro encostado na Bem-te-vi, Nova Galícia e agora um outro mais novo. Hoje tem (seis) mil e 200 (duzentos) e poucas de famílias assentadas na região do cacau, mais ou menos famílias... 80 % de negros... São muitas famílias negras... “(JOELSON FERREIRA, 2019).

Atualmente, encontra-se 100 famílias de agricultores e integrantes do Movimento Sem Terra que vivem da agricultura familiar e do plantio do cacau e de outras culturas. Como também, desenvolvem práticas agroecológicas e ações em prol da preservação ambiental das inúmeras árvores e animais em extinção nos agroecossistemas existentes no Parque Nacional Serra das Lontras próximo à área de amortecimento ambiental.

As Agrovilas são os espaços povoados dentro do assentamento, foto 39, acolhendo as famílias, visitantes, estudantes e professores. Nos dias atuais, suas terras passam por cuidados específicos, pois em outrora teve seu solo e toda a região assolada pela crise da vassoura de bruxa (*Crinipellis perniciosa*)

entre os anos 1980 a 1990. São espaços de vivências cotidianas com ações agroecológicas, fundamentadas nas metodologias participativas acreditando não só atender as 100 famílias que vivem da agricultura familiar e do plantio do cacau e de outras frutas, mas outras comunidades locais.

Foto 39: Agrovila no Assentamento Terra Vista



Fonte: <https://teiadospovos.org/category/assentamento-terra-vista/>

Seu Capixaba e seu Louro Camacã (assentados) narram sobre os tempos árduos e difíceis que até fome passaram para conquistar aquele chão (espaço geográfico), pois a falta de alimento ainda é um dos graves problemas que faz o povo morrer de fome, considerando que a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, 2013) afirma que cerca de 870 milhões de habitantes do planeta ainda passavam fome (biênio 2010–2012), e outros bilhões sofrem com a ingestão insuficiente de alimentos.

A tecnologia avançada expulsou a população do campo. Dos 75% a 80% que viviam no campo em 1950, restaram 2% nos Estados Unidos, 6% na Europa, 20% no Brasil e 45% na Rússia e, provavelmente, também na China. O resto da população foi expulso pela mecanização e pelos herbicidas. No hemisfério Norte, foi a indústria que os recebeu de braços abertos. No hemisfério Sul, as favelas. Não que faltassem alimentos. Num mundo em que 75%

dos cereais e 80% da soja vão para a alimentação animal, não se pode acreditar que falte comida. O que falta é poder aquisitivo ou, como se diz atualmente, faltam educação e empregos para ganhar esse poder aquisitivo (PRIMAVESI, 2014, p. 288).

No entanto, este cenário se transforma a partir do ano 2000, “um divisor de água”, período em que se inicia as práticas agroecológicas, passando a serem evidenciadas e utilizadas dentro do assentamento. A Agroecologia passa a ser um projeto de vida e se constitui como uma cultura de agricultura para os todos e todas, principalmente para os mais novos. Joelson Ferreira cita-se

o cacau que ainda é na região do sul da Bahia uma moeda corrente de valor, por isto tem sua forma especial de se plantar - a cabruca considerada uma prática agroecológica de controle e preservação ambiental para todo ecossistema, como Joelson Ferreira conceitua é um sistema que tem mais de 250 anos quase 300 anos... como a mata era densa trazia o pessoal para abrir buraco na mata. Já era uma cultura indígena de plantio, então abria as cabruças... como trouxeram o cacau da Amazônia para aqui começaram a plantar o cacau e este pessoal passou a plantar o cacau... meu pai era cabruqueiro... com 12 anos meu pai e meus irmãos, mais os irmãos de meu pai já botava a cabruca. Então o que é cabruca? É de uma curritela O Zé, O Manuel venha cá abri buraco na mata vem plantar cacau.

Hoje, o Assentamento é constituído por uma área bem distribuída de horta, viveiro, mata ciliar, reflorestamento com a prática do Sistema Agroflorestal (SAF) e, formado pelo consórcio de plantas nas suas diversas variedades. Lugar de acolhimento de

animais domésticos e silvestres, bem como, território de construção de conhecimento e troca dos conhecimentos tradicionais propagados pelo povo do campo e agricultores.

Figura 19: Mapa Cartográfico Terra Vista



Fonte: Elaborado por Alejandra (2014). Acervo do ATV.

No mapa cartográfico, na figura 19, apresenta os espaços geográficos ocupados pela população do assentamento, como também, destaca-se de verde todo o percurso percorrido para se chegar aos dois Centros de Educação: Centro Integrado Florestan Fernandes, que oferece o Ensino Fundamental I e II (Educação Infantil aos anos finais - 6º ao 9ºano), atendendo mais ou menos 220 alunos dos Assentamentos do MST e comunidades circunvizinhas e o Centro Estadual de Educação Profissional da Floresta, do Cacaueira e do Chocolate Milton Santos.

Os caminhos marcados de verde são as estradas, acessí-

veis aos meios de transporte, direcionando discentes, pesquisadores e a população para os espaços de produção, de conhecimento e de assistência no Assentamento: fábrica de chocolate/doce, viveiro, posto de saúde, quadra de esporte, tanques de peixe, as agrovilas, o campo de experimento do cacau. Também, observa-se que mostra o caminho que os ônibus fazem para levar os discentes e pesquisador até seus destinos: as escolas.

O ATV é formado por um enorme espaço geográfico de riqueza natural e com projetos agrícolas que abrangem: área florestais e as águas do rio Aliança, tem uma imensidão de áreas de terras destinada ao fazer coletivo. Ocupa nos seus espaços 7,5 ha de piscicultura para engorda dos peixes, um laboratório desativado de nove a dez tanques destinados à reprodução de alevinos, um projeto organizado em parceria com a Bahia Pesca. Quanto ao cultivo e plantio do cacau foi reservado 140 há de terras orgânicas com a participação da CABRUCA (Cooperativa dos Produtores Orgânicos do Sul da Bahia).

Para o pasto destinou-se 100ha para alojar e cuidar dos animais, um espaço para viveiro com uma área para mais ou menos 80 mil mudas de árvores nativas, uma casa desativada para produção de farinha, uma fábrica desativada de doce para produção de produtos orgânico e saudável, um minhocário precário e desativado, uma casa de mel desativada, uma área com 100 ha para o plantio de bananas, 10ha de área de quintal produtivo.

A ocupação geográfica deste assentamento tem uma importância, não somente para cidade de Arataca, mas para todo território da Bahia, localizado na BR que dá acesso à cidade e sua extensão de terra com plantio de diversas árvores exóticas e

frutífera, dando destaque para policultura mudou todo o paradigma sobre uma outra forma de agricultura, levando às comunidades próximas da estrada a informação e o conhecimento acerca da Agroecologia e de suas práticas agroecológicas.

Atualmente na área da educação duas escolas foram construídas para atender a comunidade do campo e toda a região cacauieira, buscam dialogar com a pedagogia do MST e da educação do/no campo: A Escola Municipal Florestan Fernandes oferta o ensino fundamental e o Centro Estadual de Educação Profissional da Floresta, do Cacau e do Chocolate atendendo o Ensino Médio profissional e um refeitório, que promove atividades culturais e cursos de formação promovido pelas instituições e universidades do território.

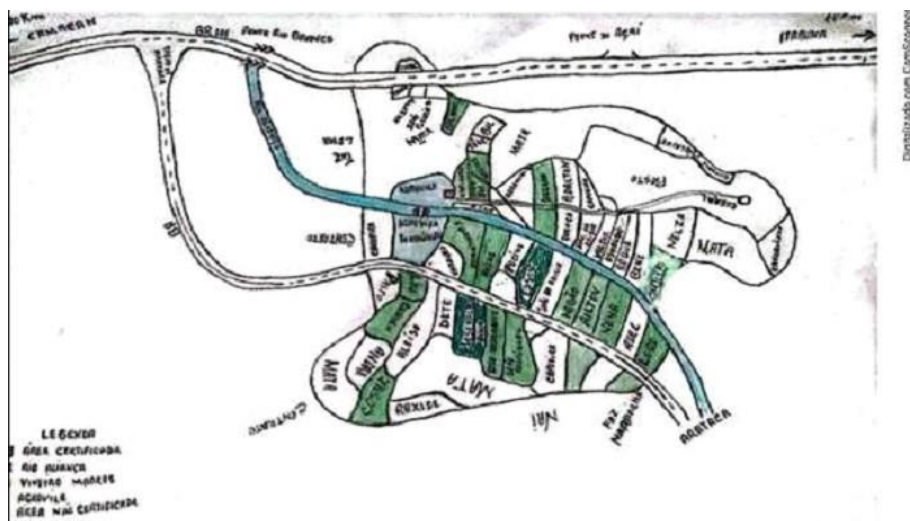
Quanto a área espacial geográfica destinada aos recursos hídricos há enorme extensão de água, o rio Aliança oferece as pessoas uma diversidade de peixes e outras espécies aquáticas para pesca, água propícia para banho e para a lavagem de louças e roupas. O rio aliança tem as suas belezas: extensa cachoeira que atravessa as agrovilas e fica ao lado a lagoa, onde no passado serviu como tanque de pesca; uma bica de água natural fornece água potável para a comunidade local.

Quanto a estrutura geofísica é formada por um centro populacional onde tem barcaças, armazéns, secadores e fábrica de chocolate, tudo disponível desde o cultivo e o plantio do cacau até a produção do chocolate orgânico. O único posto médico administrado pela prefeitura de Arataca, muito precária, tendo médico uma vez por semana, acompanhado por um enfermeiro para atender a população do assentamento.

O espaço geográfico do Assentamento Terra Vista se posiciona em uma área territorial bastante propícia não somente para o cultivo das plantas e para a criação de animais de grande e pequeno porte, mas para viver uma vida desfrutando do ar puro e da beleza natural.

A figura 20 apresenta as áreas produtivas do ATV, subdivididas em parcelas do assentamento, devidamente regulamentadas pelo INCRA. A certificação de orgânicos foi emitida pelo Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural (IBD) – IBD Certificação Orgânica, para os agricultores assentados que passaram pelo processo de certificação. O processo se deu nos anos de 2010 e 2011, passando por atualizações.

Figura 20: Áreas produtivas do ATV, subdivididas em parcelas do assentamento.

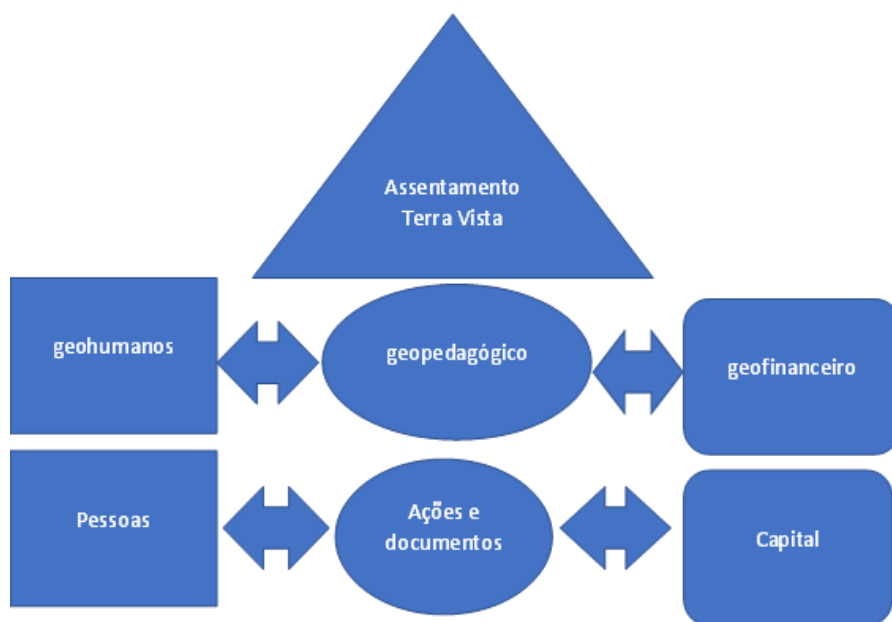


Circunvizinhos aos lotes, citados na figura 20, apresenta no seu centro populacional uma arquitetura do manuseio com

a cultura do cacau com: barcaças, armazém, secador e fábrica de chocolate. Já ao seu lado se instalou uma piscicultura desativada. Mais um pouco distante está situado um dos alojamentos para os estudantes de alternância do Centro Estadual de Educação Profissional da Floresta, do Cacau e do Chocolate Milton Santos (CEEPFCCMS).

2.4.1 Encruzilhadas de Redes: Terra, Território e Territorialidade do ATV

Figura 21: Encruzilhada de Redes ATV



O Assentamento Terra Vista apresenta em sua estrutura tecendo redes uma estrutura construída no foco geohumanos (Figura 21).

Entendendo que as pessoas devem ter seus direitos sociais garantidos. A participação geohumanos é fundamental para

as suas conquistas e vitórias, pois são militantes das causas sociais, lutam não pela individualidade, mas pelo coletivo.

A estrutura geohumana se fortalece nas formações de base histórica, política e comunitária. A rede geohumana ultrapassa os portões e muros, avança os territórios e se liga enquanto movimento MST. As funções e cargos buscam a organização e a eficiência no trabalho desenvolvido no assentamento, por isto, há uma divisão de trabalho em coordenações como na educação, no administrativo, no coletivo.

Quanto ao espaço geopedagógico a concepção ideológica é pautada na pedagogia do MST, responsável pelo planejamento educacional e pela legalidade oficial de sua existência. Os fundamentos norteadores são a educação do/no campo e a formação dos agentes sociais para construção do desenvolvimento territorial centrado na sustentabilidade e na agroecologia.

O geofinanceiro organiza e executa as ações administrativas como foco nas atividades sociopedagógicas, planeja e utiliza estratégias para sua sobrevivência captando recursos financeiros por meio de projetos elaborados pelas coordenações. Atualmente a associação da Teia dos Povos tem contribuído muito para a formação dos assentados e da comunidade em geral, gerado renda dentro do próprio assentamento.

Atualmente, o assentamento criou a cooperação simples com foco no coletivo, os assentados se reúnem e todos trabalham na roça de um companheiro, quando termina o trabalho partem para a roça de outro, até todas as roças ficarem limpas. Ao final do mês todos trabalharam conjuntamente, promovendo um sistema de colaboração técnica. Ainda, há o trabalho indivi-

dual de cada assentado/ agricultor cuidando de sua roça, para manutenção do trabalho de limpeza que foi realizado pelo grupo. No final, todos ganham em renda financeira, em tempo e em aprendizado.

2.4.2 ESPAÇO SIMBÓLICO: Existência e reexistência no Terra Vista

Os territórios simbólicos no Assentamento Terra Vista são representados pela sua história de militância quando se integram a filosofia, a ideologia, a agricultura e a prática do Movimento do Sem Terra; de resistência a partir do momento que resistem as pressões do sistema capitalista e de luta em busca dos seus direitos e de políticas públicas.

Os caminhos percorridos pela trajetória das narrativas de construção de cada espaço político, educacional, agrícola, cultural e social dentro do Assentamento Terra Vista são marcas simbólicas da história de um povo a margem da sociedade baiana e arataquense. Tudo o que foi pensado e idealizado traz um sentido para além das edificações levantadas, pois juntas a elas estão a força, o sangue, a luta, a morte, a vida e a história de cada Sem Terra, de cada ser humano abandonado a própria sorte, devido à crise cacaueteira, bem como, a cada descendente de escravos vindos da África, ou a cada indígena ou imigrante vindo de outras terras para juntos construir o país.

Não há memória simbólica sem a existência dos atores sociais com seus conflitos, suas dúvidas e suas lutas. Eles aprenderam a conviver em grupo, formando a sua família, passando a entender o seu semelhante, por meio dos saberes e fazeres,

descobrimos na comunicação uma forma de expansão territorial, cultural, socioambiental, e, até mesmo de poder, apoderando-se do outro, surgindo então às lutas de classes. Assim, aparece no cenário às disputas de poder: senhores x escravos, senhores x servos, pobre x ricos, burgueses x plebeus, patrões x empregados. Um quadro desenhado pela desigualdade social e pelos crimes contra aos princípios humanitários.

Assim, no passado muitas famílias negras do interior baiano passaram a viver a margem da sociedade sendo privadas dos seus direitos como: saúde, segurança, educação e principalmente habitação. Muitas delas foram literalmente exploradas pelos coronéis do cacau em troca de um prato de comida ou pagando uma dívida que infinitamente não é quitada. Diante deste retrato caótico tanto nos centros urbanos quanto no campo surge os movimentos sociais na Bahia que encontram as fazendas abandonadas e muitos coronéis falidos.

A igreja católica acolheu estas famílias, através das campanhas da fraternidade defendeu o discurso em defesa da reforma agrária e trouxe a este povo a esperança. No estado da Bahia o Movimento do Sem Terra toma força nas décadas de 90 (noventa), no Nordeste, o MST tem a sua representatividade negra, descendentes de africanos trazidos da África, que além de lutar por terras improdutivas traz às marcas da escravidão, mas também, estratégias de sobrevivência proveniente da construção da negação do seu povo. É a identidade da negação como Joelson Ferreira lamenta: “o povo não tem consciência, não foi ensinado a negar.”

Já, o MST do sul do Brasil apresenta suas diferenças históricas. Os sulistas brigam por terras e sonham com a reforma

agrária são oriundos de países hegemônicos: povos alemães, italianos e espanhóis chegaram ao Brasil para reforçar a teoria do branqueamento no país, vieram como imigrantes. O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais – Sem Terra) no Brasil é branco.

O sistema brasileiro dominador não tem interesse de demonstrar e assumir que a agricultura brasileira foi criada pelas mãos negras e índias, a parte da história contada relata que o branco recebe os louros da riqueza, mas em nome dela exploraram, escravizaram e exterminaram muita “gente”, quer dizer muito índio e negro (na época não eram gente - escravos e nativos).

“Até hoje, o cacau é de semiescraavidão. Essa consciência só existe do lado de nossos avós, não existe uma consciência coletiva negra e índia. Hoje já está até melhorando, hoje as aldeias que gritam, mas nosso povo negro é um povo aqui nesta região, é um povo sofrido até pela forma de resistir. Praticamente essa mistura do nosso o movimento da Bahia, o movimento do nordeste é movimento índio e negro, mas o movimento que se assumiu o movimento que comanda que tem essa coisa, toda é o movimento do sul, então o movimento do Brasil ele é branco ele é branco, na Bahia o movimento é negro, mas ele não se assume como este sujeito. O primeiro grupo era negro e índio: eu, Euides, Lucia Barbosa, o índio Fábio, índio nato, (finado Fábio) depois veio negro Jeferson - filho de dona Gelsa, Valmir Assunção, ele está no início do MST desde 1987 e eu entrei em 1988.” (Joelson Ferreira, 2018)

Nos encontros, caminhadas, abrigadas, acampamentos e marchas os sonhos e ideais de luta pela equidade movia todo o povo MST, necessária o quanto antes, pois além de conquista

de terras deve acontecer a reparação aos povos negro-nordestinos e índios (devolver as matas, as terras, a agricultura) pelas injustiças cometidas no passado.

O trabalho coletivo, até hoje tem uma representação simbólica muito forte, quando seu Edson, assentado do ATV, diz: “amanhã tem coletivo (todos juntos limpam os espaços coletivo a comunidade), a reconstrução e formação de suas identidades coletiva, ambientais, racial, social de gênero e religiosa representam o sentimento de cuidado e pertencimento local. Um grupo coeso, firme e forte parte do princípio da dignidade e da coletividade, construída pelas ações participativa e democrática. As diferenças a respeito das questões de gênero, etnia ou crença, fortalecem a construção coletiva e promovem o exercício da cidadania.

O simbolismo nas lutas de classes ora é travada pela força ora pela batalha ideológica emponderada através das palavras e pelo poder de argumentação. No ápice das ideias e na tomada de decisões aparece no cenário às políticas públicas como resultado das ações dos governos, que interferem de maneira direta na vida dos principais sujeitos - os cidadãos, por meio da reparação sejam: sócio econômico, filosófica, ambiental, ética, histórica ou religiosa.

Cabe ao Estado assegurar garantindo o cumprimento dos direitos, principalmente os direitos humanos tendo com norteadores o respeito, valores, costumes e tradições, sendo uma possibilidade de devolver ao homem aquilo que a sociedade o tirou, negando o simbolismo histórico ancestral de seu povo, o racismo epistêmico (compreende-se como a imposição de um cultivo de agricultura convencional, negando um outro intrínseco

aos modos de cultivo ancestrais).

Assim, Velásquez define: “como conjunto de sucessivas iniciativas, decisões e ações do regime político frente a situações socialmente problemáticas e que buscam a resolução das mesmas, ou pelo menos trazê-las a níveis manejáveis.” Com base nesta citação o governo municipal tem encontrado na educação e na agricultura dos povos tradicionais, um campo livre e aberto para interagir e atuar por meio das políticas públicas?

Viver fagulhas de um pós revolução verde, economicamente seguindo a todo vapor com passos velozes e na maestria do capitalismo, imperando o individualismo, descartando às questões referentes à cidadania e desprezando a concepção na formação de um ser humano inteiro, numa visão holística. É o retrato do Brasil na década de 60 e 70.

É neste cenário histórico, que a região sul da Bahia, está condenada padecer com a Crinipellis Perniciosa - vassoura de bruxa (doença que dá na plantação de cacau) afetando a bolsa de valores e conseqüentemente a economia do país, principalmente do Sul da Bahia. Com a crise veio o aumento do índice de desemprego e uma população desnutrida devido à fome, como também a falta de direitos fundamentais ao cidadão garantindo por lei.

O Movimento Sem Terra nasce na cidade de Arataca no momento em que se inicia as ações de ocupação das terras, chegando a Fazenda Bela Vista, pertencia ao Coronel Elias Cavanhaque, hoje, Assentamento Terra Vista. Os mais velhos do assentamento relatam que eram épocas difíceis e a fome se fazia presente, aconteceram muitas mortes, mas o sonho de um dia ter suas terras para criar seus filhos se tornou real.

Com a presença do Movimento Sem Terra, Arataca passa a ter um novo ritmo de vida aprendendo a conviver com protestos nas ruas cotidianamente, as brigas entre fazendeiros e Sem Terra passam a ser constantes. A zona urbana passa a temer “os bonés vermelhos” (Sem Terra), com foice, facão, enxada e bisco levantados para o alto em direção às ruas principais da cidade, podia-se ver que o conflito estava armado, o acampamento era armado na frente da prefeitura e só saía de lá quando havia uma negociação que atendesse ambos os lados.

A força simbólica está configurada na resistência e na memória, pois são o alicerce para sustentação na luta, era necessário resisti para vencer a batalha, aos registros couberam guardar às experiências e histórias contadas pelos ancestrais e ouvidas nos ideais de lutas. Joelson Ferreira conta que:

“o assentamento terra vista foi pensado... Em 1989, quando Lula perdeu as eleições nós estávamos numa situação muito difícil lá no extremo sul cercado pelo DE, cercado por tudo, fizemos uma avaliação que nós íamos morrer se nós não fugíssemos. Então nós começamos em 1991, 89, 90, nós começamos a pensar em expandir o MST pela Bahia inteira e, que nós iria ocupar terras produtivas perto da rodovia baiana, perto dos grandes centros que era ilhéus, Itabuna e Camaçã. Então, 08 de março de 1992 foi homenageada a Mulher, neste dia 360 famílias ocuparam a Fazenda Bela Vista, situada na BR 363 Arataca- Una. o Assentamento terra vis- ta... A ocupação deste assentamento foi o grande evento que teve aqui, então mudou todo o paradigma... por exemplo, antes nos tinha uma luta em Una, em canavieira de poceiro, morria muita gente. Mas, com a chegada nossa aqui e a mudança de tática que nós já tinha mudado em Corubal... de RESISTÊNCIA de grupo, de RESISTÊNCIA de massa para enfrentar a polícia, enfrentar os pisto-

leiro enfrentar a UDE. Nós conseguimos conquistar e ocupar o assentamento depois de tomar 5 (cinco) despejos... É o marco de 1994 foi declarado e, julho de 1994 nós conseguimos a emissão de posse, com esta vitória aqui nós desafiou tudo a imprensa, desafiou os meios de comunicação desafiou o poder judiciário, desafiou um dos maiores escritórios de advocacia, que era do advogado Carlos Burgos; enfrentamos e resistimos a polícia aqui. Tomamos vários despejos e voltamos... Esta conquista foi um marco histórico para esta região. Os movimentos começaram a acreditar e o MST expandiu e, todo mundo expandiu a partir daqui do Assentamento Terra Vista. Depois teve a Crise do Banco Econômico nós aproveitamos esta crise com Anjo Calmo de Sá era dono de muita fazenda de Cacau. Nós estampamos uma ofensiva e, nós tomamos muitas terras de Anjo Calmo de Sá. E, aí a fama foi crescendo todo mundo começou a fazer movimento. Em 1998 para cá explodiu o movimento MST. Hoje aqui em Arataca temos 8 (oito) Assentamentos: Terra Vista, Rio Aliança, Diolinda Alves (a viúva), Ipiranga, Santo Antônio, Bem ti vi e um outro encostado na Bem ti vi, Nova Galícia e agora um outro mais novo. Hoje tem uns seis mil e duzentos e poucas famílias assentadas na região do cacau. Mais ou menos 80% destas famílias são negros... São muitas famílias negras..."

Após a conquista das Terras percebeu-se que era necessário ocupar os espaços, habitá-los e povoá-los dando estrutura adequada. Para o Movimento Sem Terra a conquista é alcançada quando o povo é contemplado com os direitos essenciais à vida: habitação, segurança, saúde e educação, direitos garantidos na lei maior do Estado – a Constituição Federal em 1988.

Assim, a contextualização histórica ao aborda as suas análises territoriais de quaisquer grupos, em detrimento de cada território possui suas particularidades socioculturais, mesmo eles sendo resultados históricos dos processos políticos e so-

ciais no decorrer de tempo. O emprego a cosmografia, conceituando como “os saberes ambientais, ideologias e identidades - coletivamente criados e historicamente situados - que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território” (LITTLE, 2002, p. 254).

O assentamento Terra Vista inicia sua luta em prol dos direitos sociais e, futuramente, em defesa da agroecologia na formação de seu povo quando ocupa a fazenda Bela Vista, com 360 famílias, neste período de crise cacauera muitos coronéis entram em total falência, deixando a região em crise financeira. A população da região do território baiano, em torno de 250 mil trabalhadores rurais migram para os grandes centros após perderam seus empregos, principalmente o pessoal que secava, roçava e cuidava do cacau, toda essa riqueza que mantinha os trabalhadores, com a crise do cacau eles foram embora.

A ocupação do assentamento Terra Vista resultou em um processo árduo, no entanto, gerou uma média de 6000 famílias assentadas na região do cacau, segundo dados apresentados pelo INCRA, oriundos dos povos indígenas e afrodescendentes. As famílias que atualmente ocupam o Assentamento Terra Vista vieram dos 30 municípios circunvizinhos, como: Una, Canavieiras, Camacã, Pau Brasil, nós fomos até Rio de Contas que é Ubaitaba e Aurelino Leal. Segundo Joelson Ferreira diz:

“resgatamos o pessoal nas periferias destas cidades e a periferia é toda negra e índia, por exemplo, aqui temos um Camacã Louro, Camacã é indígena, tinha outras pessoas aqui que foram para outro assentamento que era indígena, tem outro pessoal que quando saiu a terra de pau Brasil voltou para aldeia por que era indígena.”

O Assentamento Terra Vista foi pensado nos anos 90, quando o MST começou a se expandir pela Bahia inteira com o propósito de ocupar às terras produtivas perto dos grandes centros que eram: Ilhéus, Itabuna e Camacã.

Foi com o lema “Ocupar, resistir e produzir” que as famílias seguiram com o plano e estratégias de ocupação das terras e montaram acampamento na antiga fazenda Bela Vista, de forma a identificar um local estratégico próximo à rodovia, visando, futuramente, levar alimentos da reforma agrária para outras regiões. Além disso, essa ocupação teve papel importante para visibilizar o MST, ao expandi-lo para o extremo Sul da Bahia e propor questões que considerassem a ação coletiva em relação à propriedade das terras improdutivas. Após dois anos de ocupação e vários enfrentamentos policiais (que decorreram em cinco despejos das famílias), conquistaram legalmente a posse da terra em 1994. Então, pela primeira vez, tiveram a oportunidade de cumprir a sua função social, ou seja, a capacidade do espaço em abrigar as famílias, ocupar e produzir em terras antes improdutivas (MARQUES; SANTOS, 2020).

Assim, numa data bastante simbólica 08 de março de 1992, o dia de homenagem à Mulher, o assentamento Terra Vista teve a sua ocupação. Esta vitória mudou todo o paradigma, pois antes tinha uma luta em Una, outra em canavieiras com os poceiros, morria muita gente. Com esta ocupação muita coisa mudou e novos grupos de resistência passaram a enfrentar a polícia e os pistoleiros com mais força.

No entanto, somente em julho de 1994 saiu a emissão de posse, uma vitória para o MST da Bahia bastante simbólica que

subjetivamente desafiou a imprensa, os meios de comunicação, o poder judiciário, um dos maiores escritórios de advocacia que era de Carlos Burgos. Seu Louro Camacan fala que “enfrentamos e resistimos a polícia, aqui tomamos vários despejos e voltamos.”

[...] No final de 91 a direção do MST manda vários militantes para ir pra Itabuna, onde a gente montou a nossa a segunda regional nossa, que é a regional Sul. A primeira era a do Extremo Sul. Nós começamos a dividir o Estado por região. E montamos uma casa lá na Avenida Ilhéus, em Itabuna e passamos a fazer trabalho de base, onde a gente começou a trabalhar. Nós já tínhamos uma celulazinha em Camacan. Então, nós fizemos Camacan, Paraíso, Ubaitaba, Itabuna, Arataca. Nós fizemos mais de 20 municípios o trabalho de base. Então nós passamos 90 dias montando um grupo. E o grupo voltou. E passamos 90 dias fazendo o trabalho de base que coincidiu também com outra estratégia que a gente tinha que era também a questão das mulheres. Então dia 8 de março de 1992 consolida a ocupação do Assentamento Terra Vista, onde 360 famílias vindo de vários municípios daqui do Sul, que eu já falei: Ubaitaba, Camacan, Itajuípe, Itabuna, Ilhéus, toda essa região aqui do Sul. Nós balançamos a região com a ocupação e mais, a terra foi criteriosamente escolhida, porque foi a primeira terra no coração do cacau a ser ocupada por sem-terra. Perto de uma rodovia, a BR 101, que dava acesso a tudo, próximo de dois grandes centros importantes, Camacan e Itabuna tinha água e terra boa (Joelson Ferreira de Oliveira, entrevista em 25 de julho de 2016) (CARVALHO, 2018, p. 184).

Esta conquista foi um marco histórico e simbólico para esta região, pois os movimentos sociais passaram a ter força e o MST expandiu a partir da vitória do Assentamento Terra Vista. Com isto, veio a crise do banco Econômico, as fazendas de Anjo

Calmon de Sá e muitas outras foram ocupadas, fazendo o movimento Sem Terra crescer em 1998.

Hoje, em Arataca tem 8 Assentamentos: Terra Vista, Rio Aliança, Deolinda Alves (a viúva), Ipiranga, São Antônio, Bem-te-vi e um outro encostado na Bem-te-vi, Nova Galícia e agora um outro mais novo. Hoje tem 6 (seis) mil e 200 (duzentos) e poucas de famílias assentadas na região do cacau, mais ou menos famílias destas 80 % de negros.

Os campos de representação cultural, social e ambiental são constituídos nos arquétipos representados pelos mais velhos dos assentamentos, bem como, em suas memórias ancestrais composta nas territorialidades, todos tem uma história envolvendo a agricultura e as roças de cacau. Como exemplo: a Jornada de Agroecologia, as representações simbólicas do plantio, colheita e da secagem do cacau, a produção do chocolate Milton Santos e a Teia dos Povos.

A desconstrução e construção do imaginário representativo simbólico do Sem Terra para a sociedade de Arataca, que para um grupo os enxergavam como baderneiros, agressores e preguiçosos, já para outros é um movimento social que promovem novos olhares para a agricultura e ao homem e a mulher do campo.

A mudança de paradigma promove novas estruturações principalmente no seio das famílias que foram formadas a partir de sua memória sob a égide do modelo de produção convencional, tendo em vista que as mesmas traziam essa ideia do período em que trabalhavam para os latifundiários ou como meeiros de terras. Através dessas parcerias, o assentamento buscou novas técnicas para o melhoramento do plantio, deixando de lado a

monocultura e trazendo para seu cotidiano o sistema agroflorestal. Essas iniciativas possibilitaram o aumento da renda familiar.

Compreende-se que o elemento simbólico da militância perpassa as bases dos muros do assentamento, mas o arsenal de entendimento da transição agroecológica com algo que transcende às questões puramente ambientais estão intrínsecos nas redes de informações e para além delas. Quanto à respeito da concepção da terra e do território outros conceitos são construídos para os povos tradicionais, bem como, e a sua compreensão que vai além do capital avassalador, a cosmovisão citada é ancestral e sua relação é com o sagrado, com a histórica, com os povos e principalmente com a territorialidade que traz traços simbólicos e impressões na memória e na oralidade.

2.4.3 ESPAÇO SUBJETIVO: no Assentamento Terra Vista - um olhar que transcende a subjetividade

Segundo Joelson Ferreira (2022, p.136) fala sobre a experiência da transição agroecológica realizado no assentamento Terra Vista teve como ponto de partida e inspiração o conhecimento da doutora Ana Primavesi, relata que segue seus ensinamentos sobre a regeneração do solo quando falava “Solo sadio, planta sadia, gente sadia.”

As fotos de 1997 e a de 2022 a seguir, indicam que a história revela dois espaços, dois territórios e duas territorialidade bem diferentes. Enquanto a Fazenda Bela Vista apresenta-se com terras degradadas por uma agricultura convencional centrada na monocultura; o Assentamento Terra Vista, demonstram a

sua caminhada alicerçada nas práticas da transição agroecológica buscando por novas direções, principalmente em melhores condições financeiras para a concretude da soberania alimentar. As imagens nos revela ser o mesmo lugar em tempos e práticas diferentes, o cuidado com o solo, o sentimento com a terra, com a territorialidade não é a mesma.

Foto 40: Fazenda Bela Vista

Foto 41: Assentamento Terra Vista

1997

2000

2022



Fonte: acervo do assentamento Terra Vista

No ano de 2000 o assentamento Terra Vista tomou uma decisão crucial que transformou todo o seu território, passando a conviver com a transição agroecológica colocando na prática, um projeto de vida desafiador – em ser o primeiro território de natureza agroecológico em Arataca. A primeira ação executada para esta transformação foi trabalhar com o coletivo dentro do assentamento, prática que dura até hoje em dia. O planejamento estratégico e a contextualização dos territórios foram estradas percorridas para concretude e realizações desta proposta real.

Quando se fala de Agroecologia, está se tratando de uma orientação cujas contribuições vão muito além de aspectos meramente tecnológicos ou agrônômicos da produção, incorporando dimensões mais amplas e complexas, que incluem tanto variáveis econômicas, sociais e ambientais, como variáveis culturais, políticas e éticas da sustentabilidade (CAPORAL E COSTABEBER, 2004).

Sem este entendimento e compreensão, não existiria mudança significativa na consciência e nem na mesa das famílias assentadas, como não houve inicialmente. Os alimentos industrializados transgênicos continuavam fazendo parte dos costumes alimentares dos assentados, desconstruindo as bases da segurança e da soberania propagada ao coletivo do assentamento. O processo de transição era lento, por isto se fazer ser desacreditado.

Segundo Brito (2019, p. 12) a primeira estratégia foi investir no trabalho coletivo da reserva destinada para o cultivo e plantio do cacau por meio da cultura da cabruca. Ela afirma que esta ação gerou resultados positivos com acréscimo de mais ou menos 12 arrobas por hectares para mais ou menos 93 arrobas por hectares, isto serviu de modelo para plantações futuras, apesar da ameaça dos fungos da *Crinipellis Perniciosa* (vassoura de bruxa). Esta ação significou para o assentamento o marco da transição agroecológica. Outras ações como esta foram realizadas rendendo aos assentados agricultores uma produção de mais ou menos 50 arroba por hectares/média em um plantio em apenas 4 hectares.

Assim, o fruto do cacau passou a ser cultivado nos moldes da prática milenar da Cabruca, bem como se adequou ao sistema de consórcio de demais culturas e da policultura: a banana, o café, a pimenta do reino, o mamão. As práticas agroecológicas

tem contribuído muito para as propostas de sua transição, de forma efetiva: a investigação e cobertura do solo, a aplicação de adubação orgânica e a instalação do consórcio de plantas juntamente com a existência dos SAFs (Sistema Agroflorestais), ao mesmo tempo foi possível fazer as hortas coletivas, cuidar dos viveiros, limpar as roças de cacau e principalmente planejar os projetos socioambientais.

Foto 42: Área experimental do cacau



Fonte: acervo do assentamento Terra Vista

O alicerce teórico foi outra ação de fortalecimento para a transição agroecológica foram feitas as trocas de diálogo e as parcerias realizadas com a participação de Ernest Gueixa, pelo intermédio do Instituto FASAMA (Faculdade de São Lourenço), o Instituto de Gestão das águas e Clima – INGÁ, Instituto Preserva e o Instituto Cabruca. Devido ao processo de conscientização dos assentados as práticas de conservação do solo, tanto propagada por Ana Primavesi passaram a fazer parte do cotidiano do agricultor/assentado.

A sua visita no assentamento em 2012, na 1ª Jornada de Agroecologia foi um divisor de água para todos e todas do ATV.

Em 2002, o assentamento Terra Vista avaliou suas ações coletivamente e percebeu mudanças bastante significativas quanto às novas práticas agroecológicas utilizadas, assim incentivou ainda mais a realização de experimentos e pesquisas nos 913 hectares de Mata.

Além das atividades coletivas também foram feitos planos de transição agroecológica no assentamento com a participação da comunidade local, Instituto Cabruca, a Teia dos Povos e do Centro Estadual de Educação Profissional da Floresta, do Cacau e do Chocolate Milton Santos com o objetivo de reflorestamento do território ocupado, utilizando essencialmente as práticas utilizadas nas metodologias participativas que também foram ferramentas nas experiências como o “Projeto Cultivando Saberes” desenvolvido no Território de Cidadania Chapada Diamantina, também na Bahia por meio da parceria da EBDA com o DATER/SAF/MDA.

Uma transição agroecológica estrategicamente bem orquestrada, os novos olhares para os conceitos de terra e território, e também, a construção de planos que fortaleçam a soberania alimentar passaram a fazer parte do planejamento do assentamento e dos mutirões criado pelo coletivo. Portanto, o desejo da Reforma Agrária é uma forma de reestruturar a sociedade de uma forma mais igualitária. Contudo, justifica-se que as famílias assentadas tenham maior aceite ao sistema semicoletivo tendo domínio de sua terra.

Desta forma, com a concepção de um modelo de cooperação agrícola, o assentamento Terra Vista cria a Cooperativa de Produção Agropecuária Construindo o Sul – COOPRASUL, em 21 de junho de 1994, com atividade empresarial, com capacida-

de de adquirir recursos, empréstimos e firmar convênios (COUTO, 2005, p.38). No entanto não teve bom êxito a sua existência, devido a forma de administração e os interesses gerado sob a cooperativa. Atualmente não se ouvi falar mais dela, atualmente encontra-se desativada.

Em 2012, foi criada a 1ª Jornada de Agroecologia da Bahia em parceria com o assentamento Terra Vista e o CEEP Milton Santos, uma proposta que teve o apoio de várias instituições principalmente do governo estadual. Um dos momentos mais significativos foi a visita de Ana Primavesi que falou sobre a importância e o cuidado com os solos. Sua presença foi registrada conforme fotografia a seguir; marca de sua visita para a posteridade.

Foto 43: Registro da visita de Ana Primavesi



Foto: assentamento Terra Vista

O seu sucesso propagou ainda mais os princípios da agroecologia, dando motivação e dinamismo as práticas da transição agroecológica, dando ao assentamento visibilidade para às questões sobre a Agroecologia. Depois da primeira outras jornadas foram realizadas e somente em 2015 ela pegou estra-

da, acontecendo em vários territórios a cada ano. A jornada de agroecologia ganhou o mundo, conquistou as terras baianas e para além delas.

Na 1ª Jornada foi realizado o plantio do Baobá no assentamento Terra Vista, trazido pelo líder cultural Jorge Rasta de Itacaré. Segundo ele, em visita à África ganhou sementes da árvore sagrada, fez algumas mudas e resolveu presentear com um dos símbolos vivo africano. Ao plantar todos cantaram: “Estou trazendo de volta o meu pé de Baobá...”

Foto 44: Baobá plantado no Assentamento Terra Vista



Foto: acervo do pesquisador

A perspectiva de construir uma nova história para a vida do/no campo por meio de um novo sistema de produção era preciso galgar caminhos que fortalecesse as bases da alimentação saudável e nutricional para a população e dos propósitos da agricultura familiar. Era primordial aos assentados continuar sendo agricultores e agricultoras e protetores da fauna e da flora

que cerca todo os espaços do território.

A troca de saberes ancestrais e tradicionais devem continuar sendo evidenciados, principalmente com a distribuição de sementes crioulas e a divulgação de sua variedade espalhada por todo o Brasil. No assentamento tem surtido o efeito de uni os agricultores e os povos indígenas e quilombolas.

Ao fazer essa transição, o Assentamento Terra Vista está dialogando com vários setores da sociedade e recebe pessoas vindas de outras partes do país e do mundo, além de estabelecer parcerias com estudantes e professores de Universidades – UESC, UFBA, UNEB, UFRB, UFSB e Instituições regionais e estaduais. Isso vem recuperando na comunidade o reconhecimento dos saberes ancestrais (BRITO, 2019)

Foto 45: Práticas Agroecológicas



Fonte: acervo do Assentamento Terra Vista

Assim, pode-se ver, na foto 45, dois exemplos de práticas realizadas pelo assentamento e sociedade externa: a casa idealizada na bioconstrução e uma ação de sinalização dos espaços do assentamento realizado no Jornada de Agroecologia. Ambos utilizando técnicas de cuidado e afeto com o solo e a biodiversidade da Mata Atlântica.

Durante as oficinas e discussões realizadas na 1ª Jornada de Agroecologia da Bahia foi idealizada a Teia dos Povos, evento este que teve total apoio e parceria do CEEP Milton Santos e do Assentamento Terra Vista. A união entre comunidade e escola fortaleceu para o processo de transição agroecológica no Assentamento Terra Vista. Parcerias e realizações de eventos em prol da agroecologia promoveram a troca de saber ancestral, ambiental científico e popular.

Ações de promoção e construção em um pensar agroecológico do/no campo promovem uma educação ambiental voltados a novos olhares direcionados às questões da soberania alimentar, bem como, o autocuidado ambiental, com as mulheres e com os jovens negros e negras, com os agricultores e agricultoras. As relações territoriais, de identidade, de gênero e de classe fazem parte do processo de transição agroecológica, não se deve esquecer que todo ato de mudança é realizado por seres humanos. Reconhecer a sua história e suas impressões são essenciais, falar em agroecologia é compreender o agricultor e a relação com seus meios

precisamos fazer uma sociedade que nos faça ser melhores; que nos dê função social e política; que nos permita amar intensamente e cultivar a dignidade como parte da cultura e da nova identidade. Se utopia é a abertura para o futuro, se impõe a necessidade de novas práticas que significarão um novo existir. A opressão tem seus limites, ela tropeça nos seus próprios passos e chegará o momento em que o rompimento será inevitável (BOGO, 2010, p. 25).

Num processo de transição agroecológica os elementos passam a ter novo sentido: a vida passa a construir novos sen-

tidos, a natureza e os alimentos são sagrados, a visão passa por outra perspectiva e por diversas questões de compreender e indagar a própria existência. Para se fazer uma horta não é somente cavar, semear e plantar, sua realização aguça outros sentidos para além do tato. Devido as práticas agroecológicas suas hortas sempre foram pensadas na policultura de ervas medicinais, hortaliças e legumes.

Foto 46: Horta de Seu Isac



Foto 47: Colheita coentro em família



Fonte: acervo do pesquisador

A agroecologia tem sido um papel fundamental na casa das famílias agricultoras no assentamento. Estas famílias têm aderido e abraçado o modo de vida da agroecologia, como é visto no assentamento Terra Vista, por exemplo: a família do agricultor Isac possui uma horta construída nas práticas agroecológica, ele e sua mulher e suas 2 filhas cuidam de todas as etapas de cultivo desde da produção de leiras, plantio, colheita até a comercialização dos produtos na feira da cidade, no dia de sábado.

Eles produzem o alimento saudável, orgânico e além de servi a sua mesa, vendem para seus vizinhos, para os assentados, para os eventos e fornecedores de cidades vizinhas, bem como alimentam a cidade com produtos produzidos de qualida-

de e bom para saúde. A agroecologia faz gerar a renda da família e produz saúde para toda a população.

A agricultura dos povos originários está presente no calendário de plantio e colheita, que tem como ponto de referência o tempo e a lua, serve como base de estudo e pesquisa para agricultores e para a agricultura familiar. Estes saberes tradicionais são registros catalogados das conversas dos mais velhos que vivem no assentamento. Este acervo faz parte das práticas agroecológica realizada no Terra Vista (Figura 22).

Figura 22: Calendário Agrícola de Cultivo



Fonte: acervo do assentamento Terra Vista

Seguindo este calendário também estão a arte do fazer e do produzir realizado pelo grupo de mulheres do assentamento que compreendem a ação do plantio das plantas medicinais, da colher das ervas na horta construída no sistema de mandala e da produção dos óleos essenciais como interligação do processo de sistema da agricultura dos povos tradicionais essenciais para a transição agroecológica por meio dos ensinamentos, da

pesquisa e da comunidade.

Foto 48: Hortas Agroecológicas



Fonte: arquivo do Assentamento Terra Vista

As hortas, foto 47, apresentam locais e técnicas diferentes, a primeira foto mostra uma horta construída ao lado do muro do Centro Estadual de Educação Profissional, formada por leiras horizontais e sustentadas pelos troncos de árvores secas, já a foto seguinte é organizada no sistema PAIS (horta mandala) com o plantio de plantas medicinais, localizada ao lado da piscicultura. Esta horta foi e é responsabilidade das mulheres do assentamento que produzem os óleos essenciais, pomadas e aromas.

Quanto ao seu viveiro disponibiliza as mudas de múltiplas árvores silvestres, nativas e frutíferas cuidando da natureza e sendo responsável pelo reflorestamento de inúmeras áreas degradadas, que contribui para a extinção da mata ciliar. Este espaço é um campo de produção científica onde recebe discentes e docentes de todos os lugares, que buscam dialogar com o saber comunitário e as suas relações para além da responsabilidade social. Várias mudas já foram distribuídas para o plantio na Mata Atlântica e fortalecimento do pequeno agricultor.

Foto 49: Viveiro



Fonte: acervo do assentamento Terra Vista

O Assentamento é um laboratório vivo para a extensão e pesquisa da fauna e flora da mata atlântica devido a diversidade de árvores, fungos. A área de preservação ambiental é formada por espécies em extinção: sapucaia, jequitibá, jacarandá, jussara. Todo o processo de organização e administração é realizado por assentados, desde ensacar as mudas com terra orgânica a distribuição das diversas e variadas árvores.

O chocolate Artesanal Terra Vista é uma produção de jovens do assentamento Terra Vista, eles administram a fábrica de chocolate e organizam todo o processo de produção desde a recepção das amêndoas até a distribuição do chocolate 56% cacau orgânico seguindo ao seu destino: feiras e encontros nacionais e internacionais.

Foto 50: Chocolate Terra Vista



Fonte: arquivo assentamento Terra Vista

A Fábrica Escola do Chocolate Litoral Sul é um laboratório de produção de chocolate com foco na tecnologia social e na inovação. Ela agrega a comunidade local e as duas escolas: Florestan Fernandes e o Centro de Educação Profissional da Floresta, do Cacau e do Chocolate Milton Santos. A sua existência contribui para a formação de território em desenvolvimento agroecológico, não somente preocupado com uma fonte geradora de renda familiar, mas dando aos jovens ferramentas para a sua formação como profissional e agente transformador.

As águas do assentamento Terra Vista: o rio Aliança é um recurso hídrico, não comercial, de grande importância para a comunidade, nele se pesca, toma banho e promove o lazer, como também, seu principal papel umidifica todos o ecossistema e o ar, a sua mata ciliar fortalece e protege as suas margens; a bebedouro/bica de água potável é uma riqueza natural não somente para o ATV, mas sacia a sede de todo o território da cidade de Arataca.

Foto 51: As águas do Assentamento Terra Vista.



Fonte: acervo do assentamento Terra Vista

Diversas outras atividades, encontros e visitas técnicas são realizadas cotidianamente no ATV envolvendo as práticas agroecológicas unindo a teoria e práxis, nos caminhos das pedagogias: do MST e da construída no assentamento Terra Vista por meio das rodas de conversa, das vivências e “no meter a mão na terra.” A agroecologia não é a panaceia, mas é um caminho para se encontrar a saúde e o bem viver, isto só acontece se percorre nas estradas da transição agroecológica.

2.5 ESPAÇO GEOGRÁFICO: um Ceep Milton Santos em construção

Campo é território onde convivem as diversas forças; classe é gente organizada e em luta”; assim, não se pode relacionar luta de classes, nem “educação do campo” sem considerar que os objetivos e olhares dos camponeses são contrários dos latifundiários e principalmente dos empresários do agronegócio (BOGO, 2010, p.140).

Figura 23: CEEP Milton Santos



Fonte: Google Maps

O Centro Estadual de Educação Profissional da Floresta, do Cacau e do Chocolate Milton Santos (CEEPFCCMS), localizado no município de Arataca/Bahia, dentro do Assentamento Terra Vista, próxima da região denominada Rio Branco. O Centro de Educação Estadual de Educação Profissional (CEEP) situa-se entre a Rodovia Governador Mário Covas e a BA – 676, banhado pelas águas do Rio Una, também conhecido como Rio Aliança.

Em 1987 acontece a primeira ocupação de terra na Bahia sob a liderança do MST, e o movimento se articula para as outras regiões como o Sul do estado, a Chapada Diamantina e, gradativamente, para ocupar terras improdutivas em todo o estado. Em 1989, o MST já tinha feito dois grandes ciclos de ocupações no Extremo Sul e avançou em outras seis ocupações em 3 regiões do litoral da Bahia; nesse momento, lideranças como Ademar Bogo e Jaime Amorim partiram para outros estados e militantes formados na Bahia como Valmir Assunção, Joelson, Lucinha e Adenilza ficaram à frente da organização dando sustento para a

expansão do movimento (SANTOS, 2004).

É sob a articulação e liderança de Joelson Ferreira que o MST expande para o Sul da Bahia, na região cacauzeira de Itabuna-Camacan, e organiza junto a outras/os companheiras/os a ocupação da Fazenda Bela Vista, que viria a ser o Assentamento Terra Vista, onde hoje está localizado o CEEP Milton Santos (ALMEIDA, 2020).

A formação da educação no assentamento é formada a partir da necessidade de educar as crianças. Já no acampamento há a preocupação com a formação das crianças e jovens que escola. No ano de 24 de dezembro de 1993 se inicia a idealizar o espaço educacional fundamental receber as crianças ajudando no seu crescimento socioeducacional.

A regulamentação do Milton Santos saiu em 17 de fevereiro de 2006, publicada no Diário Oficial do Estado da Bahia sob a governabilidade de Jaques Wagner, na portaria no 1962, que institui o Centro de Educação Profissional Milton Santos. Segundo o Projeto Político Pedagógico, o Milton Santos é instituído enquanto escola técnica do Estado da Bahia, mantida atualmente pela Secretaria de Educação e pela Superintendência de Educação Profissional (SUPROF), e tem por objetivo a formação profissional de pessoas nas áreas das ciências ambientais, agrárias e tecnológicas, com uma proposta de formação de profissionais técnicos hábeis nas suas áreas de formação e afins, sob as bases legais da educação profissional e educação do campo (ALMEIDA, 2020).

Foto 52: Frente do CEEP da Floresta, do Cacau e do Chocolate Milton Santos



Fonte: Paixão (2019)

O Centro Estadual de Educação Profissional da Floresta do Cacau e do Chocolate Milton Santos, foto 43, foi criado no Governo de Paulo Souto para atender às necessidades e reivindicações do Assentamento Terra Vista e do setor de Educação do MST e é inaugurado no Governo de Jaques Wagner, através da Portaria nº1962, publicada no Diário Oficial de 17/02/2006 e tem como código 78142. (Essas informações podem ser encontradas em: www.teiadospovos.org.br)

O Centro de Educação Profissional faz parte do Assentamento Terra Vista (Figura 24) que ocupa mais de 4 hectares de suas terras é um rico campo de estudo e saberes diversos formado por inúmeros agroecossistemas disponíveis em todos os espaços para a pesquisa e contemplação da sua biodiversidade. Estão a sua disposição a forte presença do cultivo e plantio do cacau orgânico, bem como, na utilização das práticas agroeco-

lógicas com o olhar para a policultura e para consórcio de plantas, aos cuidados com o solo e na preservação dos sistemas agroflorestais.

Figura 24: Imagem aérea do CEEP Milton Santos no ATV



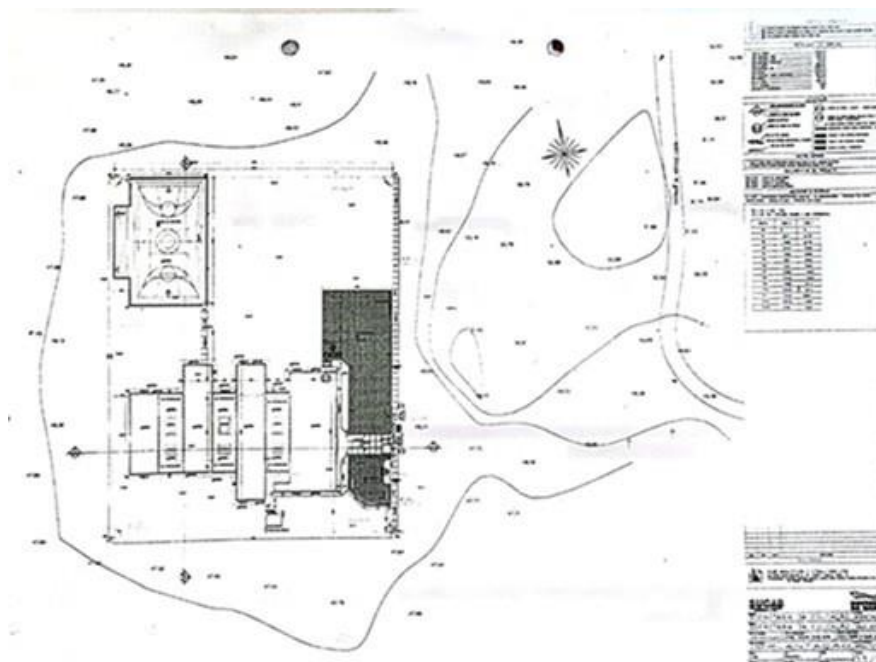
Fonte: Google maps satélite (2020)

O Centro Estadual de Educação Profissional do Campo Milton Santos é uma conquista dos trabalhadores Rurais da região sul do Estado. Propõe funcionar nos turnos matutino, vespertino e noturno, em regime regular e ou de alternância, atendendo educandos no ensino profissional integrado e a educação de jovens e adultos com o olhar para o ensino profissional com os cursos técnicos com o foco para agroecologia e um laboratório natural de plantas exóticas, árvores nativas e animais silvestres existentes na Mata Atlântica do Sul da Bahia.

Na área interna do Milton Santos é composta por um cam-

po agroecológico, quatro banheiros (dois direcionados para o uso das/dos discentes e dois para o uso das/dos funcionários), uma cozinha, uma secretaria, uma sala de coordenação, uma sala de direção; duas salas de depósitos e um laboratório de informática que também é utilizado como sala de aula no turno noturno.

Figura 25: Planta do CEEP Milton Santos



Fonte: SUCAB

No mapa cartográfico, figura 25, cedido pela SUCAB (Escritório do Governo do Estado Salvador) apresenta a localização e as coordenadas do CEEP Milton Santos dentro do assentamento, rodeada por muros dos 4 cantos, delimitando seu terreno, como também a sua estrutura física onde possui 8 salas para aulas. Em 2018, havia o funcionamento total de 18 turmas, sendo 5 turmas no turno matutino e 13 turmas no turno notur-

no. No entanto, nos anos até 2019, para atender a demanda do turno noturno, foi concedido o uso de 4 salas do Centro Integrado Florestan Fernandes, conhecido entre as/os educandas/os como “anexo”. No entanto, no ano de 2022 o anexo não está mais na ativa devido ao baixo número de alunos/as em consequência da pandemia

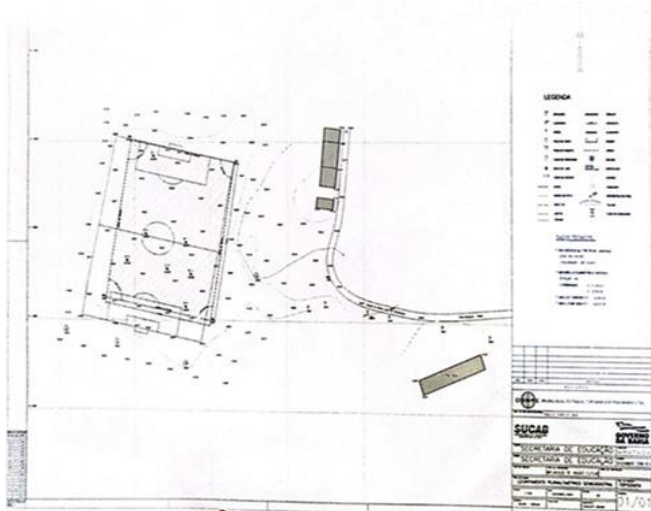
O CEEP Milton Santos não tem um refeitório nem auditório, muito menos sala de vídeo sala de vídeo, nem biblioteca. Os intervalos são realizados no pátio da entrada juntamente com a distribuição dos alimentos na hora do recreio, no entorno da escola acontece as atividades extra classe; os momentos da realização das atividades culturais acontecem no salão. O CEEP Milton Santos ultrapassa seus muros disponibilizando da Fábrica-escola do Chocolate e dois alojamentos (feminino e masculino) localizados nas agrovilas do assentamento.

A quadra de esporte (Figura 26) está localizada ao lado de fora dos dois pavilhões, apesar de atualmente necessitar de reforma, é um espaço de lazer, interatividade e diversão para os alunos e assentados da comunidade, além das aulas de educação física ministradas pelo CEEP. Devido a sua localização e por ter uma boa extensão de piso já foi palco de duas formaturas que envolveu todo o território do litoral sul da Bahia e atividades comemorativas relacionada ao Assentamento Terra Vista.

O Centro Estadual de Educação Profissional do Campo Milton Santos, hoje, Centro Estadual de Educação Profissional da Floresta, do Cacau e do Chocolate tem à sua disposição os 913 hectares, os espaços geográficos, do Assentamento Terra Vista para visitas técnicas, experimentos, pesquisas, encontros, jornadas, passeios e toda atividade pedagógica nos espaços de

construção dos saberes científicos, empíricos e ancestrais.

Figura 26: Planta da quadra do CEEP Milton Santos



Fonte: SUCAB

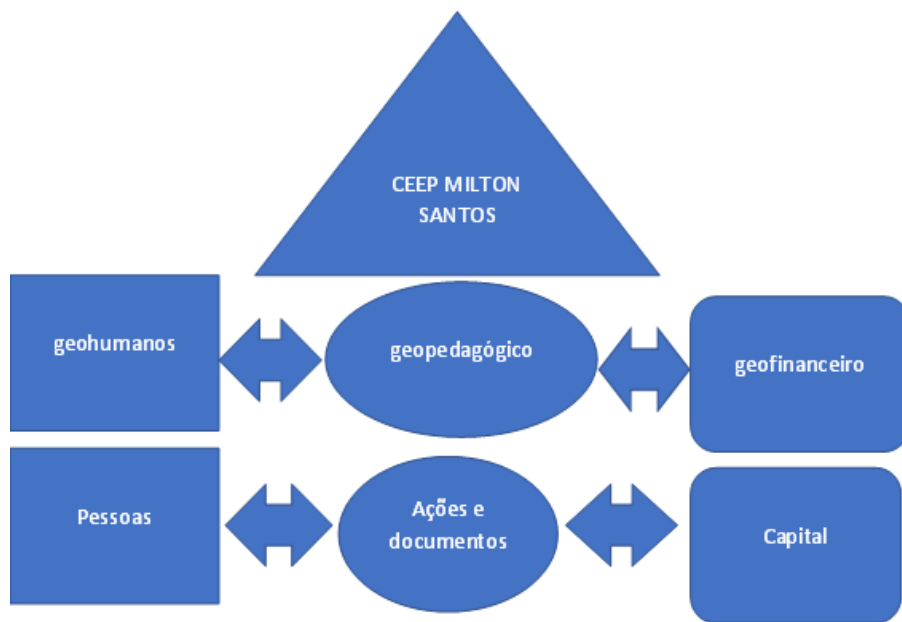
2.5.1 Encruzilhadas de Redes: Terra, Território e Territorialidade do CEEPFCC Milton Santos

O Centro Estadual de Educação Profissional da Floresta, do Cacau e do Chocolate tem a sua estrutura tecendo redes organizada formada por uma estrutura denominada: geohumanos direcionando o olhar nas e para as pessoas (compreende-se essas pessoas não somente como funcionários ou discentes, constroem uma vida, escrevem uma história dentro da escola repleta de sentimentos, sensações e memórias); geopedagógico responsável pelo planejamento educacional e pela legalidade oficial de sua existência (é o “coração” e a “vida” da unidade escolar) e o geofinanceiro organiza e executa as ações pedagógicas e administrativos para o bom andamento do Centro (investe

na qualidade de vida e no conforto da instituição para um melhor aprendizado.), portanto:

- ✓ Todo o território escolar do CEEP Milton Santos é formado pelos espaços geográficos apresentados nesta cartografia construídos por: direção, secretaria, sala de professores, salas de aula, cozinha, área de alimentação, banheiros, dormitórios, quadra de esporte e toda a área da Mata Atlântica que existe no Assentamento Terra Vista fora dos muros do Centro.
- ✓ Já os espaços geopedagógico e o geofinanceiro são responsáveis em tornar reais os planejamentos e ações concretizadas dentro de escola. Estes espaços promovem a quebra dos muros mentais, concretos e estratégicos que dividem o CEEP Milton Santos da comunidade externa.
- ✓ Os geohumanos dão vida e veracidade a todos os demais espaços dando sentidos e significados as suas existências, pois foram criados para dá melhores condições de acessibilidades aos seres humanos nos ideais de uma sociedade mais humanizada.

Figura 27: Encruzilhada de Redes do CCEP Milton Santos



As categorias desenhadas, na figura 27, são uma forma de organização geoespacial para melhor compreensão, entretanto sabe-se que o sistema de educação em um Centro de Educação Profissional permite o dinamismo dos agentes sociais educacionais por todos os campos de formação e discussão:

2.5.1.1 Espaço Geohumanos

- **MODELOS DE GESTÃO E CRIAÇÃO DE CONSELHOS**

O espaço geohumanos de uma unidade de ensino é formado por uma pirâmide hierárquica de pessoas e funções (gestor, vice gestor, coordenador, secretária, funcionários, docentes, discentes, pais e comunidades), todos e todas constroem esta

rede educacional do CEEP Milton Santos.

A construção da pirâmide (Figura 28) mostra o modelo de educação profissional formada dentro dos Centros da Educação Profissional da Bahia (EPB), no entanto, as relações devem ser pautadas nos princípios da participação democrática e no trabalho como princípio educativo direcionado o olhar para o horizonte e não verticalizado sob a ótica do poder.

Figura 28: Pirâmide



Quando à gestão escolar da Educação Profissional propõe um modelo de gestão dialogada entre seus pares e com toda a comunidade educacional.

A equipe gestora é constituída pela composição de:

- Gestor educacional
- Vices gestores
- Coordenadores Pedagógicos
- Secretária Escolar

A equipe de gestão educacional deve buscar o autocuidado na e com a gestão, precisa se reunir e dialogar com os vices planejando suas ações. São considerados vices da escola e de turno (matutino, vespertino ou noturno). Desde 2012, as novas

políticas educacionais do governo do Estado da Bahia concebem a gestão participativa e o exercício da democracia na rede Estadual de Ensino com princípios fundamentais para uma boa gestão escolar.

Os gestores do CEEP Milton Santos além de contar com a unidade escolar tem seus conselheiros, que são o conselho escolar e o grêmio estudantil. Uma boa relação de convivência entre estes pares faz o centro progredi. Para ajudar no gerenciamento dos Centros estaduais e territoriais a SUPROT criou os CONSELHOS ESCOLARES constituídos por eleição e formados por membros da comunidade escola e local, como também, da toda a sociedade.

A gestão, ao se colocar enquanto participativa e democrática, se dispõe a pensar uma educação humanizada, pautada na responsabilidade coletiva, buscando ao mesmo tempo discutir sobre a escola que queremos e a sociedade que desejamos construir. A maior participação é das/os professoras/es, já que as decisões são discutidas nos tempos de acompanhamento pedagógico (AC) de forma quinzenal; entretanto, é colocado ainda que estão em busca de caminhos para que a gestão seja cada vez mais participativa e democrática, que é essa a escola que se pretende construir, uma escola comprometida com um projeto pedagógico emancipatório (ALMEIDA, 2020).

Os 23 docentes estão distribuídos em categorias: 07 professores da Educação Básica efetivos e 16 professores técnicos em Regime Especial de Direito Administrativo (REDA) para atender exclusivamente o ensino da Educação Profissional. Destes profissionais da educação todos são graduados e especialistas, no entanto, apenas 04 são mestres em educação e 01 doutoran-

do em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial pela UNEB/ Juazeiro/Bahia. Diante desta situação o entrave maior é a rotatividade dos docentes, pois o Centro fica localizado na zona rural e mais da maioria vivem em cidades circunvizinhas de Arataca, dentre elas: Itabuna, Ilhéus, Itapé, São José da Vitória.

Os professores cumprem uma carga horária de 20 a 40 horas semanais conforme a sua contratação de trabalho. São funcionários de carga horária por isto tem flexibilidade quando ao turno que irão lecionar, no entanto que estão disponíveis e presentes para cumprir sua função que é ministrar suas aulas ou orientar os discentes de acordo o componente curricular que esteja ofertado.

Os funcionários (técnicos da secretaria, merendeiras, porteiros e serviços gerais) estão presentes em todos os espaços geoespacial do centro, sua contribuição no trabalho é fundamental para a engrenagem e que a rede escolar realize suas atividades com sucesso e êxito. Eles cumprem uma carga horária de 08 horas diárias, organizadas em 5 dias semanais, nos seus respectivos turnos.

Atualmente, o Centro Estadual de Educação Profissional da Floresta do Cacau e do Chocolate Milton Santos, atende em regime regular totalizando cerca de 758 educandos entre eles: negros, negras e indígenas que vivem no campo, e também, atendem aos discentes oriundos da zona urbana com o objetivo de ter uma formação técnica no ensino profissional integrado e na educação de jovens e adultos, ofertados pelo ensino médio e fundamental nos cursos técnicos em: Meio Ambiente, Agroecologia, Informática, Zootecnia, Alimentos e Segurança do Trabalho. Hoje, muitos municípios: Camacã, Pau Brasil, Una, Canavieiras,

Os estudantes que estudam na modalidade de alternância passam muito 15 dias em tempo comunitário em suas comunidades e 15 no Centro, neste período fazem as três refeições e têm acesso as instalações do CEEP Milton Santos, assistem aulas e participam de visitas técnicas, ajudam na cozinha, cuidam, limpa os dormitórios, participam de atividades esportivas, jornadas e eventos, ações e projetos realizados no ATV.

2.5.1.2 Espaço Geopedagógico

O Espaço Geopedagógico é visto como um território de produção de saberes e fazeres científicos, empíricos e ancestrais, sim ancestrais, quando se comemora os momentos históricos dentro da instituição de ensino está reverenciando a ancestralidade brasileira, baiana e arataquense. A junção destes pilares transforma o Centro de Educação em um espaço de transcendência geosocial.

A educação no CEEP do Campo Milton Santos deve ser constituída como um processo permanente de formação humana e visa preparar os estudantes para a ação e transformação da realidade. A tarefa no trabalho pedagógico, é consolidar uma internalização de conhecimentos, valores e atitudes pautados na solidariedade na busca da emancipação humana (BAHIA, 2012).

Portanto, este território tem a responsabilidade de realizar os planejamentos diários acerca da aprendizagem do conhecimento que navega no ambiente educacional, como também, legitimar os documentos oficiais que sustentam as bases não somente do centro, mas da Educação Baiana (o Projeto Políti-

co Pedagógico, o Regimento Escolar, as Trilhas Pedagógica, os Projetos Educacionais.) Tudo isto, costurando as modalidades e cursos em questão, conforme Saviani (2007) diz

a narrativa histórica está atrelada à concepção de que EPI: Ensino Profissional Integrada ao Ensino Médio. PROSUB: Educação Profissional Subsequente ao Ensino Médio. PROEJA: Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos são os alicerces de sustentáculos da EP.

A base do conhecimento científico se constitui na modalidade da EP, bem como nos seus segmentos, dentre eles os cursos em Regime de Alternância (regulamentado pela Portaria n. 4.369/2018). Os projetos pedagógicos são realizados com foco na contextualização dos territórios dos discentes e no enriquecimento cognitivo dos discentes, ou seja, o conhecimento é direcionado as necessidades de aprendizagem da turma, bem como, de suas escolas com são os casos das trilhas pedagógicas.

No Campo do Milton Santos a interdisciplinaridade serve como base em todos seus projetos, pois a Agroecologia, a Transição Agroecológica e o Meio Ambiente são temas dialogados em todos os componentes curriculares e nas atividades extraclasses. A avaliação realizada para a progressão dos discentes é utilizada de forma processual levando em consideração os conhecimentos formadores da cidadania: saberes e fazeres tradicionais, os empíricos, os científicos, os ancestrais e os valores éticos.

A participação, a coletividade e a parceria de todas e todos é de grande valia para o sucesso de cada avaliação. No CEEP Milton Santos o processo avaliativo acontece em todos os geoespaço seja na sala de aula, na visita técnica, no tempo comunidade ou nas visitas de campo. Quanto aos documentos oficiais pedagógicos são construídos com a participação de toda a comunidade escolar e local, PPP, Regimento Escolar, Planejamentos Escolar, os projetos educacionais e outros são organizados em etapas e grupos conforme a função institucional de cada pessoa.

Estes documentos não são escritos no tempo da rapidez, passam por um processo de construção coletiva, participativa e dialógica. Eles não são eternos, são efêmeros devido a isto necessitam de sempre serem revisados. O espaço geopedagógico é essencial para a concretude do Centro Educacional, ele constrói redes de conhecimento e produz a partilha dos saberes e fazeres. A estrutura física, pedagógica e profissional deste ambiente deve ser prioritária, os investimentos educacionais, humanos e financeiros são essenciais para a realização de um bom trabalho, com sucesso garantido a longo prazo.

2.5.1.3 Espaço Geofinanceiro

O Espaço geofinanceiro é de grande importância para toda comunidade escolar, no entanto, somente sua existência não vai gerar resultados satisfatório. Este espaço precisa dialogar com os demais, é necessário escutar o geohumanos e principalmente o geopedagógico para desenvolver ações e projetos que possam verdadeiramente alcançar os objetivos.

Segundo Almeida (2020) relata que o setor financeiro (2019) e os dados disponíveis na transparência da escola, foram coletados acerca dos recursos oriundos do governo Estadual e/ou Federal destinado a subsidiar o funcionamento da Escola:

No Artigo 1º estabelece a destinação dos recursos: I – dotações orçamentárias; II - recursos financeiros que lhe sejam transferidos; III - recursos de origem interna decorrentes de financiamento ou doações; IV - parcela do salário educação e no Artigo 2º destina: I – à manutenção das atividades didáticas, conservação e reequipamento dos estabelecimentos de ensino; II – a assistência ao estudante; III – ao programa de estímulo aos Centros Cívico. A gestora do financeiro nos conta que esse fundo permite um manuseio da verba de forma menos burocrática que os demais, e é destinado para compra de materiais que subsidiem a manutenção do espaço físico e pagamento de mão de obra para tais serviços (pintura e pequenas reformas), além das compras de recarga de botijão, materiais de livreria e materiais de limpeza (ALMEIDA, 2020).

- Fundo de Assistência Educacional (FAED), Decreto nº 137 de 26 de junho de 1991.

São recursos que deverão atender os 200 dias letivos, de acordo com o número das matrículas nas escolas, os recursos são pagos em 10 parcelas, iniciando no mês de fevereiro e a última parcela no novembro. A sociedade civil é parceira das unidades de ensino por meio das empresas que fornecem os alimentos, no entanto a agricultura familiar precisa ser mais aten-

dida no CEEP Milton Santos, atendendo a obrigatoriedade de comprar o percentual de no mínimo 30% da Agricultura familiar, conforme a Lei 11.947/2009, no artigo 14 e Resolução do FNDE nº 02/2020. Segundo Nayara Santana, vice-diretora justificou a ausência dos agricultores do assentamento Terra Vista por não participarem ter comparecido a chamada pública.

Uma situação difícil é a falta de compreensão dos estudantes sobre o valor insignificante de R\$ 0,53 centavos por estudante, este valor aumenta para R\$ 5,0 destinado aos discentes em regime integral, segundo Almeida (2020) o que dificulta em manter uma alimentação nutritiva, como a indicada pela nutricionista, pois acontece falta de alimentos que, por vezes, são doados por funcionárias, professoras/es, gestão e comunidade para conseguir cumprir o ano letivo ofertando as refeições.

• Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), é o repasse financeiro do governo federal às unidades escolares das esferas estaduais, municipais e federais para alimentação escolar da educação básica.

A máxima deste projeto é dá oportunidade a agricultura familiar no Centros Educacionais e nas escolas. Esta ação gera renda para as famílias de baixa renda e fortalecem os agricultores e agricultoras, movimentando a economia da cidade. As unidades de ensino ganham muito em ofertar aos discentes uma diversidade farta de alimentos e produtos orgânicos, incluindo no seu cardápio escolar valores nutricionais e vitaminas imprescindível à saúde humana.

Programa de Aquisições de Alimentos (PAA): criado pelo artigo 19 da Lei nº 10696, de 02 de julho de 2003, possui 2 finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. (mds.gov.br)

Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), na modalidade estrutura para escolas do campo, é regulamentado pela Resolução no 6, de 27 de fevereiro de 2018, que destina recursos do governo Federal para as escolas do Estado e municípios para manutenção e melhoria da infraestrutura física e pedagógica da escola

Este programa atende as estâncias municipais, estaduais e federais, dando autonomia aos centros de educação e as escolas para a sua execução, o dinheiro é repassado diretamente na conta da instituição escolar em duas parcelas anuais com base no número de discentes matriculados, conforme o censo escolar do ano anterior.

O PDDE transfere para as instituições de ensino e para as escolas a responsabilidade de realizar ações necessárias ao melhor desempenho dos discentes e da comunidade escolar, bem como, promove o exercício do trabalho participativo e democrático permitindo a arte do diálogo e da escuta.

2.6 ESPAÇOS SIMBÓLICOS: Existência e reexistência do CEEPFCC Milton Santos

Tudo isto fez com que a educação do campo seja mais uma maneira de defesa, além das armas, da foice e do facão contra a opressão e o trabalho escravo ordenado pela classe dominante, que às vezes é o próprio Estado, agindo como cúmplice das atrocidades e injustiças cometidas ao povo. As ações afirmativas devem ser almejadas e construídas coletivamente para despertar o sentimento de pertencimento nos estudantes que vivem no e do campo, mais precisamente, no Assentamento Terra vista, localizado na cidade de Arataca, no Sul da Bahia, no Território Sul, onde funciona o Centro Estadual de Educação Profissional do Campo Milton Santos (COSTA, 2019).

Sem educação o povo vai embora, assegurar terras ainda sem muita construção só com promessa e migalhas o grupo desintegra. A necessidade de construir uma escola para atender a todos independente de idade, do sexo e da cor e até mesmo cuidar da terra precisa de formação, primeiro passo educar o povo.

Tempos depois chegava ao Assentamento Terra Vista todo o material necessário para construção de uma escola. Inicialmente foi vista uma construção de uma escola de ensino da educação básica bem no meio da Mata Atlântica, só tinha água, mata e poucos moradores. Em 2009, o colégio já estava construído e era preciso ser inaugurado pelo governador Paulo Souza, no entanto nunca foi inaugurado oficialmente. Ele precisava ser uma unidade escolar, ter discente para efetivamente cumprir sua missão.

Foto 53: Fachada do Colégio Milton Santos



<https://mst.org.br/2017/10/24/a-luta-pela-educacao-no-assentamento-terra-vista/>

Uma educação profissional do/no campo construída nos alicerces da militância do MST, da resistência e no sonho dos assentados e em respeito aos seus ancestrais. Assim, nasce a Escola Municipal Florestan Fernandes e, o Colégio Estadual

Milton Santos no assentamento Terra Vista. Eles nascem bem antes de suas edificações, mas nas discussões do MST que sempre pautou a educação como prioridade.

Segundo Joelson Ferreira, assentado, revela que quando começou a ocupação do Terra Vista era preciso ter escola para manter as famílias acampadas no assentamento, não era possível dispersar as famílias para cidade, não podia perder as famílias, tinha que garantir que as famílias ficassem, por isto tinha que fazer o acampamento hoje, no outro dia construir a escola. A escola mantém as famílias assentados no acampamento e no assentamento, isto é prioridade do MST como no assentamento Terra Vista foi colocado como prioridade produzir educação desde o princípio.

A história do Florestan Fernandes e do Milton Santos começa em dezembro de 1993 quando os Sem Terra tomam o quinto despejo prometem que além de garantir e conquistar esta terra iriam construir uma escola para os seus filhos e vê-los como doutores para nunca mais passar pela humilhação que passavam com despejo, sofrimento. Era necessário avançar na produção, conquistar terra, construir uma educação do/no para alavancar o conhecimento.

Joelson Ferreira narra que no período da ocupação teve um senhor conhecido como “cabelinho” era um companheiro aposentado que morreu três meses depois da conquista de terra, ele tinha um filho que morava em Buerarema, cidade vizinha de Arataca. O sonho dele era seu filho estudar na escola do assentamento. Antigamente o MST tinha essa premissa que as escolas nos assentamentos eram para ensinar os filhos dos assentados e dos acampados, os filhos dos pequenos agricultores

da região, mas não era para abrir a escola para cidade.

Quando o filho de “cabelinho” procurou a escola, ela passou a servir também a cidade. Então, foi fundada primeiro, em 1997, o Florestan Fernandes que é a escola de base, a escola fundamental. Outras atividades foram realizadas como: realização de cursos de capacitação, cursos de organização do processo produtivo e, veio a necessidade de formação técnica com o Colégio Milton Santos, depois foi transformada em Centro Estadual de Educação Profissional do Campo Milton Santos e, agora Centro Estadual Profissional da Floresta, do Cacau e do Chocolate Milton Santos.

A história da fundação do Milton Santos tem uma representação simbólica às vidas dos assentados do Terra Vista, representa a força da resistência e luta pela persistência da realização do sonho almejado. Assim, relata Joelson Ferreira que foi um dia de lua cheia e fazia muito frio, por isto acenderam uma fogueira, com fome não tinha nada para comer, apenas um olho de feto da banana verde, um mamão verde e também, uma cobra pico de jaca que tinham matado numa queimada realizada. O jeito foi cozinhar a cobra pico de jaca. Esta foi a nossa ceia: o pico de jaca, olho de feto, mamão verde, banana verde e 5 (cinco) litros de “fubuia” era uma cachaça tão boa que pra tomar precisava de 5 (cinco) limões. Eles prometeram que construiriam escolas para seus filhos e filhas.

Hoje, O Centro de Educação Profissional acolhe alunos da região toda dentre eles 11 (onze) municípios: Camacã, Pau Brasil, Una, Canavieira, Arataca, Jussari, São José da Vitória, Mascote. Seus alunos são: índios, negros e o povo da periferia das cidades. Todo este povo é de uma região semiescrava, até

hoje, o agronegócio da venda do cacau é de semiescravidão. Essa consciência só existe do lado de nossos avós, não existe uma consciência coletiva negra e índia, hoje já está até melhorando muito hoje nas aldeias. Mas, neste território é um povo sofrido até pela forma de resistir.

A união, a coletividade e a resistência são símbolos de fortalecimento para existência do CEEPP Milton Santos, isto se expressa com a força de uma diretora, dos discentes, os docentes e da comunidade quando decidiram em 2009, não fechar uma escola. Roseni Gentil, considerada a diretora sem alunos, os discentes ávidos para os estudos, os docentes queriam trabalhar e a comunidade externa apoiou todo o empenho e se juntou a causa. O sucesso do CEEP Milton Santos foi o sonho se tornar realidade. A memória histórica da fundação desta unidade escolar se faz presente na persistência de um povo que vive num território onde a vontade da vitória supera a derrota.

a primeira escola é a Escola Municipal Florestan Fernandes, logo depois foi construído o Centro Estadual de Educação Profissional do Campo Milton Santos, os dois nascem da discussão do MST da Bahia iniciadas em 1993, o movimento sempre pautou a educação como prioridade. Quando começou a ocupação, nós logo pautamos a educação para manter as famílias acampadas no assentamento, nós defendia, não era possível dispersar as famílias para cidade, nós não podia perder as famílias, tinha que garanti que as famílias ficassem, para isto era precisa ter escola. O acampamento tinha que ser feito hoje e, no outro dia construir a escola (COSTA, 2018, p.75).

Para além da saga do MST do Sul da Bahia, cobrando

aos poderes públicos a efetivação das políticas públicas educacionais para o campo. Efetivamente a vitória da construção do colégio chega, quando a comunidade local, toma a causa para si, mostrando a sua preocupação com a educação de seu povo. Era preciso manter as famílias acampadas no assentamento, não era possível dispersar as famílias para cidade. Conquistar a terra e construir a escola. Segundo Joelson Ferreira diz

“a escola mantém as famílias assentados no acampamento e no assentamento, isto é prioridade do MST como aqui no assentamento Terra Vista colocamos como prioridade produzir desde o princípio. Isto foi muito importante. Mas, a história do Florestan Fernandes e do Milton Santos começa em 93, dezembro de 1993 quando a gente toma o quinto despejo, que volta do quinto despejo nos dissemos: “vamos garantir esta terra, vamos conquistar esta terra e quando conquistar esta terra vai construir uma escola para os nossos filhos se tornar doutores para nós não passamos esta humilhação que estamos passando aqui hoje, que era despejo, sofrimento, muito sofrimento...” (COSTA, 2018)

Segundo Caldart (2012, p. 260) faz algumas indagações sobre as questões das políticas públicas convidando-nos a reflexão a partir do contexto de luta e resistência em prol da educação do campo: “Como pensar em políticas de educação no campo ao mesmo tempo em que se projeta um campo com cada vez menos gente?

E ainda, como admitir como sujeitos propositores de políticas públicas movimentos sociais criminalizados pelo mesmo Estado que deve instruir essas políticas?” Com base nestas reflexões feitas por Caldart, verifica-se que as ações coletivas de-

vam ser cada vez mais intensificadas no movimento, ademais a luta não pode ser individualizada, nem tão pouco invisibilizada.

Assim, às questões propostas nas pautas do Movimento sem Terra se completam e são agregadas a outras lutas: evasão escolar do campo, êxodo rural, morte de jovens negros e negras do campo, o analfabetismo, carência na formação de docentes para a Educação do campo e da Educação em Agroecologia. Esta luta tem sido vitoriosa, pois o CEEP já tem mais de 5 mil alunos matriculados desde 2009.

Depois de muito sacrifício, resistência e luta, o Estado da Bahia, no governo de Paulo Souto autorizou a construção do Colégio Estadual Milton Santos, assim, em 2008 suas portas foram abertas para atender o ensino médio, dentro do Assentamento Terra Vista, mas seu funcionamento só foi possível em 12 de abril em 2009, com a oferta dos cursos técnicos em Agroecologia e Informática.

Atualmente ações e projetos têm sido implantados em parceria com o assentamento e o CEEP, construindo caminhos ideológicos de concepções da agroecologia como prática, movimento e ciência, um projeto de vida que valoriza o ser do campo e as suas relações com o ecossistema. A partir daí, a comunidade passou a conviver com novas técnicas e práticas propagadas dentro da transição agroecológica, convivendo com o sistema agroecológico.

Outras parcerias têm sido realizadas entre o MST e pela sociedade civil organizada, bem como dos órgãos públicos: EBDA (Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola), INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), CEPLAC (Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira), UNEB

(Universidade do Estado da Bahia) e a UESC (Universidade Estadual de Santa Cruz), todo este trabalho tem sido fomentado por meio das práticas educacionais realizadas no CEEP da Floresta, do Cacau e do Chocolate Milton Santos.

Estas parcerias têm total importante para formação dos agricultores e agricultoras que cultivavam e manuseavam com a terra, como na realização de projeto realizado em 2019: Recuperação das Cabruças com o plantio do cacau orgânico; a construção da fábrica de chocolate; a área experimental no plantio do cacau; o reconhecimento do selo orgânico e o plantio de 400 mil mudas para reflorestamento da mata atlântica e recuperação das matas ciliar do rio aliança (COSTA, ROCHA, SANTANA p. 309, 2022).

Este território ecoeducacional vem sendo utilizado para formação de crianças, jovens e adultos, também na fomentação de estudos, pesquisas, vivências e visitas de campo dos discentes e pesquisadores do mundo. Nayara Santana Silva (Vice gestora e fundadora do Centro Estadual de Educação Profissional da Floresta, do Cacau e do Chocolate Milton Santos) relatou que as atividades e as aulas são ministradas com o foco na transição agroecológica, principalmente aos cursos técnicos de Agroecologia e Meio Ambiente.

O CEEP (Centro de Educação Profissional) já formou mais de 700 profissionais técnicos no campo das ciências agrárias, bem como, suas ações têm sido realizadas com foco na diminuição da proteção da biodiversidade, em oferecer uma vida saudável aos assentados e principalmente diminuir e evasão escolar e o êxodo rural.

No ano de 2010, o Colégio Estadual Milton Santos pas-

sa para categoria de Centro Estadual de Educação Profissional do Campo Milton Santos, com a autorização do superintendente da Educação Profissional da Bahia, professor Antônio Almerico Biond, nomeando a primeira diretora foi Rosani Gentil que relata: “o colégio deu os seus primeiros passos com muitas dificuldades, pois faltava alimentação, material escolar e principalmente discentes, mas a perseverança e a força de vencer prevaleceram.

Foi então que surgiu a primeira iniciativa da gestora juntamente com sua equipe iniciando uma campanha de matrícula pelo assentamento, pela zona rural e pela cidade de Arataca Mesmo assim, houve um baixo número de matrículas. Nesta época, a carência de tudo era visível sobrevivendo por um bom tempo por meio de gincana e doações arrecadada pelos próprios alunos e alunas (COSTA, ROCHA, SANTANA, p. 309, 2022).

Assim, Rosemary Costa (2015, p.18) diz que “a educação profissional (EP) integrada ao ensino médio incorpora o sentido ontológico do trabalho em sua gênese.” Por isto, a educação profissional se integra ao cotidiano do ATV. O CEEPFCC Milton Santos agrega uma nova realidade para educação do campo trazendo novas reflexões ao conceito da Educação Profissional do/no Campo que se integra ao trabalho como princípio educativo.

O Centro de Educação Profissional do Campo passa a receber jovens e a população circunvizinha de outros assentamentos, e demais cidades como: Camacã e Pau Brasil passam a levar discentes para estudar no centro de educação profissional, elevando o número de matriculados e futuros técnicos na região. Principalmente por ter um curso de Agroecologia possibilitando

novos olhares de agricultura e cultivo do cacau para a região do sul da Bahia.

Nesta época a gestão, os professores, os alunos e assentados conseguiram desenvolver ações de grande importância ao território se destacando nos períodos festivos durante as festas da cidade de Camacã e de Arataca com apresentação de “stands” para divulgar os cursos técnicos e mostrar os trabalhos realizados no Centro levando principalmente as práticas agroecológicas e disseminando o saber e as relações que a agroecologia pode promover no território, bem como, ser mais uma forma de fazer agricultura sem agredir o solo, os agroecossistemas e o ser humano.

Portanto, tendo como resultado positivo destas ações foi oportunizada a participação dos alunos do curso de Agroecologia no Congresso Nacional de Agroecologia em Fortaleza experiência ímpar aos discentes e docentes, que retornaram com novos conhecimentos a serem aplicadas em suas comunidades, autorizada e custeada pela Superintendência de Educação Profissional da Bahia/ Secretaria de Educação do Estado da Bahia.

No ano de 2012, o professor Luciano de Oliveira Costa torna-se o novo gestor do Centro de Educação Profissional durante sua gestão realiza a primeira formatura dos técnicos matriculados em 2009, com a presença de autoridades: prefeitos, prefeitas, gestores da antiga Diretoria de Educação Regional (DIREC), representantes da Superintendência da Educação Profissional, políticos, deputados, a presença da reitora da Universidade Federal de Santa Cruz (UESC), professores, alunos, assentados, representantes do MST e convidados da comunidade local.

Depois da formatura aconteceu a ampliação do atendi-

mento de alunos e alunas no território de identidade litoral do sul da Bahia, o Centro de Educação Profissional passou a atender os municípios de Santa Luzia, Jussari e São José da Vitória. O Centro intensifica sua atuação na sociedade ao participar das Feiras locais com exposição em “stands” e oficinas levando os princípios da Agroecologia através da Educação do Campo em todas as regiões.

O Centro juntamente com o Assentamento Terra vista promovem a 1ª Jornada de Agroecologia da Bahia, neste evento diversos temas são abordados entre eles a identidade negra e a participação da Casa de Bonecos vindos da cidade de Itaca- ré-BA, que se apresenta com danças e ritos africanos. A comunidade escolar e do Assentamento Terra Vista passa a ter uma nova dinâmica em relação as questões étnico raciais para além de uma simples apresentação no dia 20 de novembro, dia da consciência negra.

A memória do colégio é registrada com a inauguração da galeria da história do Centro em que apresenta os seguintes quadros: a bandeira do Movimento sem Terra (MST), lembrando a importância do MST na construção do Assentamento e do Centro Estadual, a foto e a bibliografia de Milton Santos, a foto de Joelson Ferreira responsável pela construção do Colégio Milton Santos e futuro Centro Estadual de Educação Profissional do Campo Milton Santos, quadro da foto da primeira diretora Rosani Gentil e um quadro homenageando os primeiros professores desbravadores (COSTA, 2018).

Foto 54: Bandeira do MST e Milton Santos



Fonte: acervo do CEEPFCCMilton Santos

O trabalho artístico do aluno Ronison Rodrigues pintado nos muros do CEEP é um marco histórico, descreve sobre a luta do Sem Terra e os fatos reais acontecidos no território sul da Bahia. Destaca o cacau como a fruto da riqueza ora símbolo de muita alegria, ora como marco de muita tristeza e sofrimento, do êxodo ao regresso com novo olhar de produção, em que atualmente se inserem os saberes dos profissionais técnicos e dos agricultores familiares. No referido trabalho, o artista apresenta os povos que aqui fizeram deste solo uma terra rica e próspera para construir uma sociedade cacauceira- Os Sem Terras.

Foto 55: Paineis Contando a saga dos povos do território Litoral Sul da Bahia



Fonte: arquivo do CEEPFCCMilton Santos

No ano de 2014, o professor Artur de Oliveira Neto assumiu a gestão escolar do CEEPCMS promovendo ações importantes como: a aprovação do curso de Agroecologia no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado da Bahia, a 1ª Formação de docentes para Educação do Campo com a realização da Capacitação ministrada Drª Nalva Araújo Bogo e Drª Luzeni Carvalho, ambas militantes do MST e professoras da Universidade Estadual da Bahia (UNEB).

A premiação do Festival de Arte e Cultural Estadual (FACE) do aluno Kennedy Silva Santos (III Módulo do Curso Técnico em Informática) cantando uma música com o tema: PRECONCEITO NÃO; o Projeto Pintando o 7, estimulava os alunos a desenvolver suas habilidades e competências para a cultura e experiências científicas. Para os alunos do Curso Técnico em Agroextrativismo foi realizada a oficina: Receitas de sabores e aromas de saberes populares (COSTA, 2018).

No ano de 2016 o professor Luiz Carlos Santos assumiu a gestão escolar realizando os Projetos Estruturantes, Participação da Feiras Agroecológicas, Implantação do Curso de Agroecologia em regime de Alternância, Requalificação dos Alojamentos e Implantação da Fábrica Escola do Chocolate, Recuperação de áreas degradadas com implantação do Sistema Agroflorestais (SAF), Oficina sobre Empoderamento Negro (UNEB- Gestec) e o Plantio de Mudanças Frutíferas para implantação do pomar.

Segundo o atual diretor Luiz Carlos houve uma consulta pública por parte da comunidade escolar considerando a necessidade de abarcar às discussões no âmbito de um marco na história da unidade, com a mudança do nome da escola, Centro Estadual de Educação Profissional do Campo Milton Santos para

Centro Estadual de Educação Profissional da Floresta do Cacau e do Chocolate Milton Santos, traduzindo as ações e realizações já conquistadas através dos princípios da educação do Campo. Um dos pontos principais abordados foi a valorização da Mata Atlântica, da história do cacau na região em consonância com as novas perspectivas em relação a produção do chocolate orgânico no território. Vale ressaltar, que a unidade dispõe de uma Fábrica -Escola do chocolate Litoral Sul, em parceria com o assentamento Terra vista.

Tudo isto faz com que a educação do/no campo fosse mais uma maneira de defesa, além das armas, da foice e do facão contra a opressão e o trabalho escravo ordenado pela classe dominante, que às vezes é o próprio Estado, agindo como cúmplice das atrocidades e injustiças cometidas ao povo. As ações afirmativas devem ser almejadas e construídas coletivamente para despertar o sentimento de pertencimento nos estudantes que vivem no e do campo.

Além disso, cabe ressaltar esse movimento da cidade para o campo, ao reconfigurar o preconceito que era fortalecido na concepção das escolas rurais como desqualificadas, tendo o camponês que se deslocar para os centros urbanos em busca de escolarização, assim reafirma a premissa de que com Educação e Agroecologia o homem permanece no campo.

Desse modo o centro surge em uma perspectiva de contribuir na formação do cidadão aproveitando o conhecimento empírico e informal, como também, considerar todo aprendizado que o homem e a mulher campezina trazem por meio da formação da militância do Movimento Sem Terra “como a educação e a formação estão sempre em relação com a sociedade e / ou o

projeto de sociedade em que se inserem, para o MST, educar é fundamentalmente formar para transformar a sociedade” (DALMAGRO, 2011, p. 45)

As marcas de resistências feitas pelo povo Sem Terra na cidade de Arataca apresentam em sua narrativa histórica contextualizadas na vivência de suas conquistas, nas memórias e nas lutas presentes nos marcos de sua militância, principalmente quando se fala sobre Educação do Campo e na Agroecologia. Assim, estes saberes são alicerçados em uma pedagogia construída nos ideais e nas lições transmitidas pelo mais velhos que disseminaram a partilha, a alteridade e a luta identitária como pilares na construção dos saberes e fazeres tradicionais, na soberania alimentar e na valorização do campo.

Outro ponto é a questão da extensão entre escola, família e comunidade numa perspectiva de parceria no processo de construção do discurso acerca da diversidade e do respeito humano, pois a comunidade externa como aliada e colaboradora para realização das investigações fortalece a concepção democrática e participativa. O poder público precisa realizar mais políticas públicas para desenvolver as ações afirmativas com foco nas questões étnicas, nos Centros Estaduais de ensino, isto promove a igualdade, o respeito mútuo e a tolerância entre os povos.

O Centro Estadual tem reconhecido que é preciso estar voltado para uma agroecologia como ciência, prática e movimento, voltando seu olhar para a transição agroecológica e não apenas para a formação técnica construída a partir dos cursos técnicos em Agroecologia, Zootecnia, Meio Ambiente, Agroindústria e Informática. É necessário formar o povo da agricultura

para uma agricultura que valorize a vida humana, fortalecidos contra as desigualdades sociais existentes na sociedade civil, capazes arquitetar novos mundos do trabalho com uma visão profissional e humana.

A proposta do centro ora apresentada objetiva atender aos alunos das comunidades ofertando o ensino médio integrado à educação profissional e a educação de jovens e adultos. O assentamento conta com uma diversidade em riqueza natural, cultural e projetos agrícolas como: recursos florestais, represas, rios que passam por dentro da agrovila, vastas áreas de terras coletivas e individuais, como também, formações de educadores do campo, jornada de agroecologia e atividades socioeducativas.

Portas abertas de diálogo dos conhecimentos da academia e empírico. O CEEP Milton Santos busca dialogar sobre as relações e o convívio das memórias e resistências do povo do campo e suas práticas de agricultura dentro e fora do Assentamento Terra Vista, acredita-se que são instrumentos para o fortalecimento da agricultura familiar e da agroecologia no território do sul da Bahia.

A vivência em comunidade promove constantemente uma prática construída no princípio da coletividade, almejando melhores condições de vida, pois a conquista pela terra é mais um meio de sobrevivência, devendo ser assegurada com educação, saúde, habitação e segurança. Nesta perspectiva, nasce o Centro Estadual de Educação Profissional do Campo Milton Santos com a preocupação e a necessidade de formar e profissionalizar o homem e a mulher do campo que ali se encontrava carente de uma formação acadêmica.

O Projeto Político Pedagógico construído coletivamente dentro da escola destaca para uma formação holística pontuando que a educação profissional tem um princípio educativo e deve ser conversado em todos os espaços educacionais, principalmente para as pessoas que habitam no campo, nas áreas de maior concentração agrícola e nas comunidades tradicionais.

Quanto o currículo deve haver uma distribuição no conhecimento que colabore inteiramente na construção e formação dos estudantes para além do Centro de Educação; o foco tem que ser na parte das disciplinas diversificadas que atendem e contribuam no crescimento do homem e da mulher campo. Sua concepção deve ser formulada partindo do Norte em que sejam correlacionados os temas transversais abordando a temática da cultura do povo negro tanto dialogado na sala de aula, quanto no ambiente escolar, como também, nos documentos legais da instituição de ensino.

2.7 ESPAÇO SUBJETIVO NO CEEPFCC MILTON SANTOS: um olhar que transcende a subjetividade

O pró-reitor de Extensão da Universidade Estadual de Santa Cruz, Alessandro Santana, afirmou que

“aquela terra que produzia apenas cacau, agora produz conhecimento. Podemos afirmar com orgulho que o filho de um trabalhador rural pode se tornar doutor”. Para a professora Maria Renilda Daltro Moura, da Superintendência de Desenvolvimento da Educação Profissional “o governo assumiu um compromisso com a educação profissional, num processo de inserção da juventude. Por isso, este é um momento especial. Os estudantes estão sendo formados para uma inserção cidadã no mundo do trabalho, tendo a chance de permanecer nos seus locais de origem” (Blog do Thame, 2013).

O CEEP Milton Santos busca dialogar com as suas ações e as práticas educacionais para o olhar na preservação da Mata Atlântica, na proteção e no cuidado ambiental do Parque Nacional Serra das Lontras e na regeneração da cultura do cacau (plantio e cultivo) nas roças ocupadas assegurando o desenvolvimento territorial através da agricultura familiar no território.

A educação que confere significados a aprendizagem: é preciso assimilar, processar, interpretar e não apenas decorar; já não se tem espaço para o processo de avaliação pautado no professor que transmite, estudante/receptor, essa educação bancária. Paulo Freire lembra que coloca o homem como um espectador e não recriador do mundo. Portanto, a concepção filosófica, ética, militante deste CEEP devem conceber em seus territórios de discussão, para além dos prejuízos da inserção dos agrotóxicos, dos adubos sintéticos e das sementes geneticamente modificadas na revolução verde.

De acordo com Emma (2015), em decorrência da Revolução Verde que se disseminou em todo o mundo a partir da década de 1960, este fenômeno se configurou enquanto um projeto de expropriação violenta dos camponeses, promovendo assim

a:

“Concentração de terra e de renda; êxodo rural; desestruturção de comunidades rurais; erosão, salinização e perda de fertilidade dos solos; desmatamento e perda da biodiversidade; contaminação dos solos, água, animais, seres humanos, alimentos; maior resistência de doenças e pragas na agricultura; aumento da dependência tecnológica dos agricultores em relação a grandes empresas de produtos químicos, de sementes, etc.” (EMMA, 2015, p. 82).

O caminho de fortalecimento da agricultura moderna através da Revolução Verde foi retirar dos agricultores o controle sobre as sementes e sobre a produção, reprodução e permanência no campo, em detrimento dos benefícios lucrativos das grandes corporações transnacionais, as quais constituem peça fundamental no regime de acumulação financeira e expropriação dos trabalhadores, que caracteriza a mundialização do capital.

Em contrapartida a esse modelo perverso de desenvolvimento, nos anos 90 o conceito da agroecologia começa a ser disseminado como um modelo de desenvolvimento que prima a produção e a preservação do meio ambiente numa relação dialógica entre homem-natureza. De acordo com Gliessman (2000), o termo agroecologia já vinha sendo abordado desde a década de 1930, como sinônimo de ecologia aplicada à agricultura, mas foi somente a partir de 1989 que o termo agroecologia começou a ser utilizado no Brasil, com a publicação do livro “Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa”, de Miguel Altieri (1989). Miguel Altieri e Stephen Gliessman são autores considerados pioneiros e maiores divulgadores da agroecologia.

Estes teóricos são os alicerces dos estudos realizados

no Centro, bem como o conhecimento tradicional por meio da educação informal. Já os caminhos conquistados nos espaços subjetivos do CEEP Milton Santos é a partir dos princípios da agroecologia propagada no Curso Técnico em Agroecologia e nas suas relações contextualizada por meio da interdisciplinaridade.

Foto 56: Produção com raízes e frutas colhidas da Mata Atlântica



Fonte: acervo CEEPCCMilton Santos

A escola e o estudo permitiram que as famílias assentadas entendessem a necessidade da nutrição das plantas. Foi a partir daí que começaram a utilizar práticas orgânicas e a selecionar plantas mais produtivas adaptadas ao solo. E com isso foi possível realizar uma transição agroecológica no assentamento. (BRITO, 2019), elas passaram por um processo de conscientização e foi possível obter possíveis soluções para os seus reais problemas, principalmente na questão da agricultura.

Embora a agroecologia tenha sido inicialmente concebida como uma disciplina específica que estudava os agroecossistemas, nas décadas seguintes, outras contribuições foram se somando a essa concepção para dar-lhe sua conformação atual: o ambientalismo, a sociologia, a antropologia, a geografia e o

desenvolvimento rural, e o estudo de sistemas tradicionais de produção – indígenas e camponeses – de países da periferia do capitalismo (GUHUR; TONÁ, 2012, p. 60-61).

Assim, o Milton Santos discute a agroecologia enquanto uma ciência e um resgate ancestral dos saberes tradicionais dos povos que permeiam o território onde a escola se encontra, assegurando por meio da atividade produtiva as bases para a segurança e soberania alimentar dos seus, preocupadas sobretudo com um futuro socialmente justo e sustentável. A proposta de desenvolver o Ensino Médio Integrado à educação Profissional vem atender a necessidade de educação formal aos trabalhadores do campo e outras categorias; à continuidade de escolarização das crianças, jovens e adultos é dever do estado garantir a todos independente de localidade de moradia.

A importância de fundamentá-los para o exercício profissional no sentido de que sejam capazes de viver e contribuir na organização e desenvolvimento social, político e econômico dos povos e das comunidades; orientar as práticas agrícolas em relação às técnicas agropecuárias que sejam poupadoras de insumos externos e conservadoras e/ou preservadoras dos recursos disponíveis nas comunidades, garantindo seu uso para as gerações atuais e futuras.

O domínio de conteúdos significativos e de habilidades técnicas em agropecuárias agroecológicas, informática, zootécnica, agroindustriais e ambientais, possibilitará uma melhor inserção dos sujeitos desses cursos na realidade onde vivem e contribuirá para que qualquer indivíduo vença suas dificuldades no que diz respeito às inovações no mundo do trabalho, a interdisciplinaridade e transdisciplinaridade. Com metodologias

específicas e inovadoras, este Centro de Educação Profissional visa adequar-se às necessidades, dos jovens e adultos que aqui chegam para assumir o papel de construtor de sua identidade com criticidade e criatividade integrando-se à sociedade a qual pertence, interferindo de forma eficaz para as transformações necessárias.

Segundo a vice-diretora Nayara Santana Silva uma das fundadoras do Centro Estadual de Educação Profissional da Floresta, do Cacau e do Chocolate Milton Santos localizado no Assentamento Terra Vista, onde atualmente acontecem as aulas dos cursos técnicos de Agroecologia e Meio Ambiente, já formou mais de 500 técnicos na área das ciências agrárias, assim, ela relata que desde o início da ocupação do MST na fazenda o discurso era proteger a natureza, oferecer uma vida digna ao povo do campo para ter seu “pedaço” de terra e principalmente educar seus filhos e filhas para que eles não fujam para cidade “grande”.

Foto 57: Laboratórios Aviário e viveiro



Fonte: acervo do CEEPFCC Milton Santos

No ano de 2022 foram realizadas ações, foto 56, no CEEPFCC Milton Santos instigando os discentes a pensar na agroecologia como prática, movimento e ciência, uma concepção de vida que valoriza o ser do campo e as suas relações com o ecos-

sistema. A partir daí, provocou os discentes a refletir sobre novas técnicas e práticas propagadas dentro da transição agroecológica, convivendo com o sistema agroecológico.

Foto 58: Práticas agroecológicas no CEEPFCC Milton Santos



Fonte: acervo do CEEPFCC Milton Santos

A foto 57, traz práticas agroecológicas, sendo também, práticas educacionais, realizadas como atividades no CEEP, com a participação dos discentes e docentes. Essas ações são essenciais para toda a comunidade escolar, principalmente para os agricultores e agricultoras que cultivavam e manuseavam com a terra na comunidade local. Os processos educacionais foram direcionados para a preservação da Mata Atlântica, a proteção ambiental com a flora e a fauna do Parque Nacional Serra das Lontras e a regeneração do plantio e do fruto do cacau nas roças ocupadas para garantir a sustentabilidade e a agricultura familiar no território.

Para de transição agroecológica a parceria é fundamental, por isto, já foram realizados no assentamento com a participação da comunidade local e do Centro Estadual de Educação Profissional da Floresta, do Cacau e do Chocolate Milton Santos. As práticas agroecológicas: cobertura do solo, adubação orgânica e a instalação do consórcio de plantas e o SAFS foram implantadas juntamente com as instalações de hortas

comunitárias, viveiros, recuperação de roças de cacau e projetos socioambientais sustentam o lema do MST da Bahia, como Joelson Ferreira, coordenador e assentado do Assentamento, questiona que como ocupar, resistir sem alimentar o povo? Só alimenta a população se PRODUZIR.

Foto 59: Fábrica de chocolate



Fonte: acervo do CEEPFCCMilton Santos

Para nascer a 1ª Jornada de Agroecologia da Bahia no assentamento Terra Vista, o CEEP Milton Santos realizou duas atividades pedagógica: a ida dos discentes do Curso Técnico em Agroecologia para o Seminário de Agroecologia em Fortaleza e a visita técnica ao Quilombo do Oiti em Itacaré/BA, nesta visita Jorge Rasta e o grupo cultural de preservação da cultura afro-brasileira foram convidados a conhecer o assentamento. A visita aconteceu na 1ª Jornada de Agroecologia da Bahia e o grupo cultural se fez presente, levando para o assentamento toda a cultura negra e a sua religiosidade através da apresentação dos orixás.

A Teia dos Povos foi criada a partir das rodas de conversas na I Jornada de Agroecologia da Bahia, realizada em 2012, no Assentamento Terra Vista. Em formato de rede, a Teia tem

o papel de motivar a unidade entre os povos tradicionais (indígenas, ribeirinhos, pescadores e quilombolas), extrativistas, assentados, operários, periferias das cidades, povos de favela, estudantes/jovens, atingidos por barragens, atingidos por mineração, atingidos por empreendimento dos governos e das grandes corporações e comunidades rurais não organizadas, na perspectiva de traçar agenda de ações que auxiliam no desenvolvimento, empoderamento e emancipação das comunidades e elos que a integram.

O viveiro é um laboratório que precisa ser o território de encantamento para as pessoas e o manuseio das sementes e a seleção das sementes crioulas devem fazer parte do currículo. Os conhecimentos ancestrais são essenciais na sala de aula do CEEP pois os saberes e fazerem são a base do conhecimento do campo, os notórios saberes cada dia mais tem feito parte da escola do campo.

O Milton Santos, juntamente com o Florestan Fernandes, ofertaram, em forma de parcerias com outras instituições e programas do Estado, cursos de nível médio e/ou técnico em outras modalidades e superior em momentos pontuais. Os Centros formaram a 1ª turma do Curso Técnico em Agropecuária, pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Prone-ra), em 2010, com 35 técnicos para atender a demanda dos assentamentos no estado da Bahia. A partir dos resultados dessa experiência, formou também a 1ª turma de Bacharelado em Engenharia Agrônômica, com ênfase em Agroecologia. O curso foi uma parceria com a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), com o Pronera, em 2013. Em 2014, o centro formou a 1ª turma de Pós-Graduação da Especialização em Agroecologia Aplicada

a Agricultura Familiar, no modelo de residência agrária.

As duas escolas caminham juntas, cada uma no seu movimento dinâmico, atendendo o movimento da complexidade de seu sistema. Elas estão aprendendo a serem diferentes das escolas urbanas, pois a comunidade local anseia por outros mundos e descobertas para além dos sistemas preestabelecidos. Para os educadores a grande dificuldade é desconstruir e reconstruir novos olhares para questões sobre as cosmovisões dos diversos povos e mundos. O CEEP Milton Santos busca colaborar com a educação básica que é aprender a leitura da floresta, das águas e dos ecossistemas, acoplado aos estudos científicos e cotidiano.

2.8 OLHARES E CAMINHOS QUE SE CRUZAM E SE OLHAM NOS ESPAÇOS DA CSTAPT

ESPAÇOS GEOGRÁFICOS



A representação espacial e estrutural deste ciclo expressa a visão de que dentro dos territórios apresentam vidas e marcas humanas; portanto, são traçadas por meio da demarcação territorial e delimitadas por cada grupo identitário onde habita a singularidade e a pluralidade, que se comunicam entre si ao ultrapassar suas fronteiras. No caso do ilê as cercas de arrame delimita as suas áreas com o assentamento, já no assentamento a separação com o CEEP são muros edificados justificados como instrumento de proteção do patrimônio público (o colégio).

A singularidade é vista a partir da harmonia territorial de cada lugar, pois em suas particularidades são universos de riqueza ambiental nas coisas mais simples e ímpares, como os cantos dos pássaros, o florescer e as inúmeras variedades de flores que brotam nos galhos das árvores, desde as nativas como as produzidas em viveiros. O elemento singular está na ocupação dos solos, na sua contextualização e vê-los como sagrados, bem como na junção dos conhecimentos e na sua complexidade.

Quanto a pluralidade concentra-se no universo múltiplo, não é somente na extensão de terra e de solo, mas na imensidão da riqueza ambiental, espacial e de vidas terrestres contida nos territórios. O plural consiste na complexidade dos espaços e de suas possíveis variantes pertencentes aos ecossistemas.

A comunicação é a ferramenta integradora contida neste sistema geográfica criado não apenas para delimitar espaços, mas para ultrapassar as barreiras, cercas e arames que promove a separação dos seres vivos. Entretanto, a comunicação uni e faz transcender para novos espaços geoespaciais os seres vivos por meio da simbologia e da subjetividade, dando sentido

ao insignificado.

A demarcação do espaço geográfico se faz presente na área a ser demarcada conforme a metragem do terreno adquirido realizado pela ação humana, e também nas escrituras ou documentos reconhecidos pelo cartório de ofício, como é o exemplo do Ilê Axé Ijexá Omi T’Odé, no acordo escrito estão demarcados os pontos principais que ligam o terreno e a quantidade de terra pertencente ao proprietário.

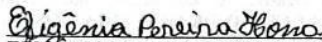
ESCRITURA DE COMPRA E VENDA POR INSTRUMENTO PARTICULAR, DE CONFORMIDADE COM O ART. 108 DA LEI Nº10.406/02 DE 10.01.02 DO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO E ART. 221 DA LEI Nº 6.015 DE REGISTROS PÚBLICOS, NA FORMA ABAIXO:

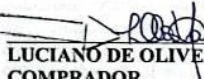
SAIBAM quantos esta escritura por instrumento particular de compra e venda virem, que aos 25 vinte e cinco) dias do mês de novembro do ano de 2017 (dois mil e dezessete), nesta cidade de Arataca, Estado da Bahia. Em que são partes de um lado como **OUTORGANTES VENDEDORES: LAUDELINO HONORATO FILHO**, brasileiro, agricultor, portador da cédula de identidade de nº 2.560.129 SSP/BA e CPF nº 186.289.905-34, e sua esposa, casados sob o regime de comunhão de bens com **EFIGÊNIA PEREIRA HONORATO**, brasileira, agricultora, portadora da cédula de identidade de nº 0365902403 SSP/BA, CPF nº 348.512.405-20, residentes e domiciliados na cidade de Arataca-Ba; e do outro lado como **OUTORGADO COMPRADOR: LUCIANO DE OLIVEIRA COSTA**, brasileiro, solteiro, funcionário público, portador da cédula de identidade de nº 478440204 SSP/BA, CPF nº 656.174.015-72, residente e domiciliado na cidade de Itabuna-Bahia. E na presença das testemunhas abaixo assinadas, pelos outorgantes vendedores/cedentes foi dito que são possuidores, em mansa e pacífica posse de uma área de 4,0006ha de terras a ser desmembrada da área maior de 58,00ha, 87a e 56ca, objeto do título de domínio de nº 7.499 no Cartório de Registro de Imóveis da cidade de Una-Ba, do imóvel rural denominado Bom Jesus I, situado na Zona “Corre Calado”, Município de Arataca-Ba, limitando-se com o Rio Aliança, Br 676, associação Territorial de agroecologia dos Povos da Cabruca e da Mata Atlântica, Fazenda Boa Sorte. Adquirido por força do registro 024/matricula nº 1.588 no CRI da Comarca de Uma-Ba, com cadastro no INCRA de nº 324.310.005.150-9. Que pelo presente instrumento de compra e venda com cessão de direitos de posse, e na melhor forma de direito, estão ajustados e contratados com o outorgado comprador para lhe vender a área acima descrita, livre e desembaraçada de ônus de qualquer natureza, pelo preço e quantia certa de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), valor este pago anteriormente e este ato, em moeda legal e corrente do país, dando desse recebimento, plena, geral e irrevogável quitação para nunca mais repetir, ao tempo em que cede e transfere desde já, toda posse, domínio, ação e servidão que tinha sobre o

imóvel ora vendido, para que o comprador use, goze e livremente disponham como seu que fica sendo de hoje para sempre por força deste instrumento de compra e venda. Obrigando-se por si, seus herdeiros e sucessores, pela validade permanente do negócio, para que o outorgado comprador/cessionário não sofra qualquer restrição no exercício material de seu direito, respondendo pela evicção de direito na forma da lei. A seguir pelo outorgado comprador/cessionário, foi dito que aceitava este instrumento nos termos em que foi feito, para que produza os seus efeitos legais e jurídicos, dispensando as certidões exigidas pela Lei nº. 7.433 de 18/12/1985. Que o Imposto de Transmissão de Bens Imóveis – ITVI deverá ser pago na época do registro. E por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento os outorgantes vendedores/cedentes, o outorgado comprador/cessionário, juntamente com duas testemunhas. //

Itabuna-Ba, 25 de Novembro de 2017.


LAUDELINO HONORATO FILHO
VENDEDOR


EFIGÊNIA PEREIRA HONORATO
VENDEDORA


LUCIANO DE OLIVEIRA COSTA
COMPRADOR

TESTEMUNHAS:


Iatiana Santa Damolho

REGISTRO CIVIL COM FUNÇÕES NOTARIAS DE ARATACAÇA BA
Castro Alves, S/N, Centro, ARATACAÇA-BA, TEL: 73 3673-5078

Recampo por semelhança ao(s) nome(s) de LUCIANO DE OLIVEIRA COSTA

Em instrumento de venda de Laysa Sales Souza
Escritura Autorizada À escritura nº 101 - aratacaça
acompanhada do QR Code Aratacaça - BA: 64/2022
Valor do Atº R\$ 6.00 Emol: R\$ 2.90 Taxa: R\$ 3.10

RECEBIMOS
Data: 25/11/2017
Valor: R\$ 6.00



REGISTRO CIVIL COM FUNÇÕES NOTARIAS DE ARATACAÇA BA
Castro Alves, S/N, Centro, ARATACAÇA-BA, TEL: 73 3673-5078

Recampo por semelhança ao(s) nome(s) de LAUDELINO HONORATO FILHO E EFIGÊNIA PEREIRA HONORATO

Em instrumento de venda de Laysa Sales Souza
Escritura Autorizada À escritura nº 101 - aratacaça
acompanhada do QR Code Aratacaça - BA: 64/2022
Valor do Atº R\$ 12.00 Emol: R\$ 5.80 Taxa: R\$ 6.20

RECEBIMOS
Data: 25/11/2017
Valor: R\$ 12.00

Os espaços da natureza também fazem parte da demarcação territorial geográfica, como o corredor ecológico como é o caso do Ilê Axé Ijexá Omi T'Odé e a reserva floresta e o cafezal de seu Laudelino, o rio Una separa as terras de seu Armindo e do ilê. Os espaços geográficos, aqui, fazem parte do bioma Mata Atlântico que forma o território Litoral Sul

da Bahia traz em sua característica uma enorme extensão de terras composta por uma riqueza natural de plantas e árvores adaptável as condições climáticas, bem como, espécies raras de animais e plantas silvestres existentes nesta região.

Outro fator preponderante são os mapas cartográficos traçados e desenhados conforme as suas territorialidade e contextualizações, ricos na sua representação delimitada com construções e arquiteturas bastante significativas para os ambientes existentes sejam sagrados, de educação ou de militância.

As águas do Rio Una/Aliança não separam nem tampouco dividem os lugares, mas unem seus povos e toda a vida terrestres e aquática na prática da preservação ambiental, do auto cuidado com a natureza, na prática da pesca e nos momentos de higiene pessoal e lazer que integra as comunidades. Nos espaços geográficos estão a terra e o solo, o grande produtor de alimentos para o mundo. Cabe saber como cuidá-lo segundo Ana Primavesi. Para o manuseio e a prática para utilização do solo e da terra é preciso dialogar e entender a sua dinâmica, a conversa como os astros é um bom caminho.

Estamos diante de territórios geográficos, que são tratados de forma diferentes, dos demais existentes na cidade de Arataca. A diferença está no olhar e no trato e na concepção que é enxergada, percebida e sentido pelo ser humano. Os territórios são solos, águas e agroecossistemas, são seres vivos e vidas humanas, eles respondem ao tratamento dado a eles. A geografia também é simbólica e subjetiva na sua plenitude.

2.9 ESPAÇOS SIMBÓLICOS – A complexidade da continuidade

A descolonização não se resume a alcançar a libertação nacional, antes implica a criação de uma nova ordem material e simbólica que leva em consideração o espectro completo da história humana, incluindo as suas conquistas e fracassos. (FANON 2013, p. 98)



Nos espaços simbólicos percorridos dos territórios em discussão, encontra-se no movimento cíclico a dimensão esférica de movimento e continuidade. As palavras representadas nos círculos trazem significados e símbolos que transcendem o sentido real dos vocábulos e conceitos. Portanto, evidencia as relações pré-estabelecidas entre a ancestralidade presente na memória, fortalece a história dando sentido à vida construída pelos saberes dos povos tradicionais.

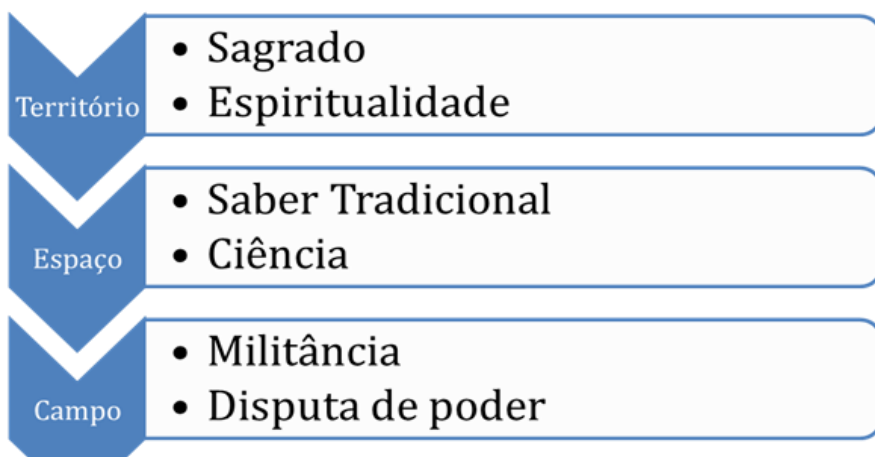
Le Goff (1990, p. 68) traz à tona reflexões sobre a história e as memórias sendo definidas através dos tempos. A história é estática cheia de acontecimentos e ações, já as memórias caminham com seus nuances interferindo nas relações

individuais, sociais e coletivas. Ela reconstrói uma história dando um novo sentido e significado mais próximo da verossimilhança.

A concepção simbólica dá sentido para além de um espaço quanto a sua geografia concebida por delimitação, fronteiras e limites sejam imaginários ou concretos. Os elementos e toda sua simbologia transforma o ambiente dando vida, sentimento e arqué os traços e marcas simbólicas ultrapassam as linhas geográficas e escrevem novas histórias, memórias ao arsenal de saberes e fazeres construídos dentro da temporalidade e da atemporalidade numa territorialidade.

A existência dos seres, dos elementos e das coisas adquirem novos sentidos e significados no campo simbólico, seja no espaço de educação, sagrado, civil, político ou de militância como acontece nos territórios: Ilê Axé Ijexá Omi T 'Odé, no Assentamento Terra Vista e no Centro Estadual de Educação da Floresta, do Cacau e do Chocolate Milton Santos.

Os seus encontros, semelhanças e sentidos ficam aparentes no campo do simbolismo quando todos os três territórios existentes trazem em si, as mesmas características:



O território sagrado e a espiritualidade fazem parte da memória ancestral e da construção de cada lugar, observa-se no Ilê Axé Ijexá Omi T’Odé que os elementos sacros ocupam os ambientes e os transformam como Deuses e Deusas, já o Assentamento Terra Vista traz a sua história como um elemento sagrado e sua espiritualidade com símbolo de respeitar e preservar a natureza por ela ser a natureza, quanto ao CEEP da Floresta, do Cacau e do Chocolate Milton Santos concebe que sua relação com a espiritualidade está na sua própria construção histórica e na referência ao seu nome com a floresta, um lugar “encantado” para os povos da floresta e da Teia dos povos. Segundo Joelson Ferreira: “O Terra Vista é a floresta e a floresta é o Terra Vista, O Milton Santos é a floresta e a floresta é o Milton Santos.”

Para além dos espaços construídos, Milton Santos (1998, p. 24) lembra que o território não pode ser desassociado da ideia de pertencimento, porém valoriza os espaços geográficos com seus contextos culturais, ancestrais, ambientais, sociais e históricos nas memórias. A discussão proposta sobre territorialidade ultrapassa as barreiras de fronteiras e limites ordenadas pelo imaginário humano. Assim, Moraes (2003, p.38) traz em seus relatos a distinção entre território e territorialidade, quando fala sobre Milton Santos, corroborando que os agentes sociais são compreendidos como parte na construção de seus espaços ocupados por eles, dando sentido e significado durante a sua existência.

Nos espaços dos saberes tradicionais e nas ciências a construção do conhecimento nasce da formação dos seres e sua inter-relação com si e com os outros (seres vivos, encantados

e ancestrais.) A agricultura dos povos tradicionais dão sentido ao saberes tradicionais dialogando com os astros (lua, sol e o tempo), bem como o seu manuseio dependem das mudanças climáticas. No ambiente das ciências o simbolismo tem o seu lugar demarcando um território a ser pesquisado para sua comprovação científica ou não, devendo ficar apenas no campo do respeito.

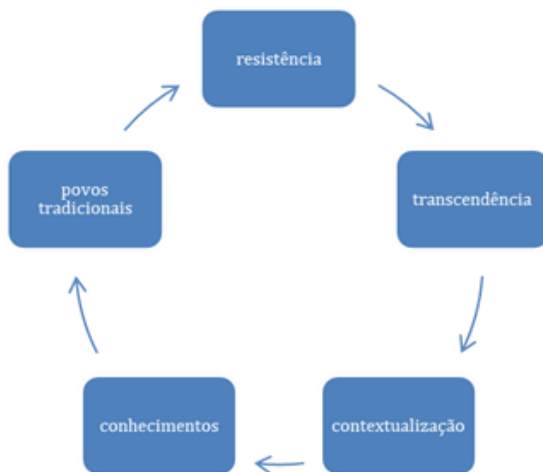
Para os três espaços desta pesquisa os saberes tradicionais dialogam entre si e tem total representatividade para a sua existência. Tal qual o Ilê reconhece nos saberes dos mais velhos e nas tradições, o Terra Vista investe no fortalecimento ancestral por meio dos seus conhecimentos ancestrais e o CEEP Milton Santos já traz a experiência de diálogo entre os saberes e os fazer tradicionais e científicos quando acolhe todos para troca do conhecimento. A militância e a disputa de poder devem ser compreendidas como armas de construção ideológica e política principalmente dentro dos campos de formação de agentes sociais.

A militância traz símbolos de luta e conquistas para os habitares percorridos, sua formação deve ser desde criança para entender o real significado da batalha travada todos os dias contra o sistema corrupto, racista e desigual, A disputa de poder busca evidenciar a importância de posse, tornando-se donos e autores de suas próprias vidas, ações e consequências. O CEEP Milton Santos traz em seu nome o grande Milton Santos que ocupou seus “fronts” e se posicionou nos diversos território ocupados por ele, que trouxe o sentido de territorialidade.

O próprio nome dado aos 3 espaços geográficos traz em seus nomes: Ilê Axé Ijexá Omi T’Odé (Casa da energia vital

da nação Ijexá Água do Caçador), Assentamento Terra Vista (Fazenda Bela Vista) e Colégio Milton Santos, depois, Centro Estadual de Educação Profissional do Campo Milton Santos, e atualmente, Centro Estadual de Educação Profissional da Floresta, do Cacau e do Chocolate Milton Santos. Todos trazem um acervo histórico geográfico simbólico: do sagrado, da resistência e do pertencimento. Não se pode negar são espaços historicamente de descendência de matriz africana no seu DNA simbólico.

2.10 ESPAÇOS SUBJETIVOS



Os espaços subjetivos seguem o mesmo movimento dos espaços simbólicos de forma cíclica, assim, o Ilê, o Assentamento e o Centro de Educação são espaços representativos de resistência contra as injustiças sociais: fome, desigualdade sociais, agronegócio, capitalismo e racismo; eles resistem mesmo tendo seus espaços geográficos, simbólicos e até mesmo subjetivos ameaçados pelos poderes civis.

A transcendência busca conceber aos espaços enxergar outros conceitos e concepções para além das interpretações reais, é preciso conceber outros mundos e alternativas diversas. A ideia de transformação dos chãos geográficos já caracteriza instrumentos de transcendência e de simbologia ímpar, com transformam espaços e dão sentidos à vida de pessoas. Os espaços foram transformados em solos em transição agroecológica e que buscam defender os ecossistemas alimentando seus povos e municípios.

A contextualização é imprescindível para a construção e formação dos territórios e de sua territorialidade, pois conhecê-los promove o entendimento dos ambientes detectando suas forças e suas fraquezas, suas necessidades e suas carências, como também suas principais qualidades. Quanto aos povos tradicionais são molas propícias para dar sentido aos espaços subjetivos, ora são espaços de transformação agrícola, social e educacional. Eles são responsáveis pela transmissão dos conhecimentos e saberes ancestrais como acontece no Ilê Axé Omi T'Odé passando informações preciosas relativas à saúde, educação e segurança.

Para o Sociólogo francês Émile Durkheim (1858-1917), a sociedade prevalece sobre o indivíduo. A sociedade é, para esse autor, um conjunto de normas de ação, pensamento e sentimento que não existem apenas na consciência dos indivíduos, mas que são construídas exteriormente, isto é, fora das consciências individuais.

Em outras palavras, na vida em sociedade o homem defronta com regras de conduta que não foram diretamente criadas por eles, mas que existem e são aceitas na vida em

sociedade, devendo ser seguidas por todos. Sem essas regras, a sociedade não existiria, e é por isso que os indivíduos devem obedecer a elas (TOMAZI, 2000, p.17).

Para Durkheim a sociedade é um conjunto que se faz superior ao indivíduo, ou seja, diferente da ideia Marxista, Durkheim não considera que as opiniões ou formas de pensamento de cada componente da sociedade deve ser considerada separadamente, mas sim os ideais do meio em que o indivíduo vive, ou seja a sociedade, onde a mesma deve ser soberana, e toda e qualquer intervenção individualista, seja em quaisquer aspecto é considerado por Durkheim uma anomalia, ou desordem, além de se preocupar em estabelecer uma metodologia onde é analisada a estrutura tanto nos aspectos do conhecimento como da religião e conseqüentemente cabe a sociologia o conceito de analisar e estudar os fatos.

CAPÍTULO 3

O verde da voz: narrativas dos agentes sociais sobre o processo da transformação agroecológica na cidade, na comunidade e em suas vidas

vozes na invisibilidade

O Ilê Axé Ijexá Omi T'Odé



Sou Babá Funfum do Ilê Axé Ijexá Omi T'Odé, tenho três anos de iniciado, com profundas transformações vivenciadas durante todo este tempo, os 2 anos que vivi como abiã foram períodos que produziram impactos positivos na minha vida. Atualmente, vejo que além do olhar agrônômico que tenho com a natureza, a concebo como sagrado, o verdadeiro significado qual sua utilidade e importância dentro dos rituais, cura para o tratamento de doenças e males espirituais. Portanto, o Candomblé, o fim é o recomeço.

Augusto Araújo Santos (Alagbin)

No mundo civil, sou Engenheiro Agrônomo (2008), mestre (2015) e doutor em Produção Vegetal (2019) pela Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, BA. Foi Professor visitante das Escolas Técnicas na Bahia: Centro Estadual de Educação Pro-

fissional, Arataca, do Centro Estadual de Educação Profissional em Biotecnologia e Saúde, Itabuna (2009 a 2015). Professor Visitante da Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus (2014 e 2015) no curso de Agronomia. Sou professor do Instituto Federal de Alagoas - Campus Santana do Ipanema (2017 a atualmente). Ministra disciplinas de Agricultura II, III, Silvicultura e Sistemas Agroflorestais.

Atualmente coordeno projetos de Extensão e pesquisa. Ocupo uma cadeira como membro de colegiados, comissões institucionais. Coordenador de Gestão em Agropecuária - Fazenda do IFAL (2018 a 2021). Coordenador do Curso Técnico em Agropecuária (2021 a atualmente). Atuação profissional em produção, beneficiamento, pesquisa, extensão, agroecologia, agricultura orgânica, melhoramento genético vegetal e fitopatologia aplicada.

Mas, para que todo este percurso profissional fosse real iniciei minha caminhada no Assentamento Terra Vista (ATV) através da Organização Não governamental (ONG) conhecida como Instituto Cabruca que oportuniza o desenvolvimento da região cacauzeira do Sul da Bahia, valorizando e conservando o sistema de produção cacau-cabruca e a Mata Atlântica.

Através desse Instituto iniciei trabalhando com agricultura orgânica e agroecologia nos assentamentos, especificamente o Assentamento Terra Vista. Foram aproximadamente 4 anos de dedicação aos agricultores, contribuindo e colaborando com a agricultura local e regional. Durante essa vivência no ATV, surge em 2009 a oportunidade para lecionar no Colégio Milton Santos (carinhosamente que chamo Miltão), atualmente, Centro Estadual de Educação Profissional da Floresta do Cacau do Choco-

late Milton Santos, o referido colégio estava iniciando com dois cursos técnicos (agroecologia e Informática), necessitando de professores, fui convidado a fazer parte do quadro do colégio pois a mesma precisava funcionar.

Posteriormente o colégio tornou-se Centro, e vieram outros cursos como Zootecnia, Meio Ambiente e Agroindústria. Durante aproximadamente 5 anos lecionando no Centro Estadual de Educação Profissional da Floresta do Cacau e do Chocolate Milton Santos foram realizados vários trabalhos através das parcerias com colegas, amigos de profissão e outras instituições públicas e privadas sempre com agroecologia e agricultura orgânica.

Nesta oportunidade, fui apresentado ao Professor Luciano de Oliveira Costa que estava chegando ao Centro Estadual Milton Santos em 2011, para ocupar a função de vice diretor, tornando colega e amigo. Foi através dele que conheci a religião de Matriz Africana (Candomblé) participei da escolha da área do terreiro e antes de ser filho da casa, presenciei a entrega do deká (é um cargo que outorga por um sacerdote do candomblé).

Acompanhando o crescimento da casa e os rituais fui gostando e apreendendo muito sobre o sagrado, como por exemplo, meu olhar para as plantas, água, solo era mais agrônomo, tudo relacionado à agricultura, claro com viés sempre de preservação, por que fez parte da minha formação. Dentro de uma comunidade terreiro tudo passa ter um outro sentido, principalmente as plantas, vejo que o sagrado faz parte do dia a dia e toda a Mata Atlântica é um ecossistema sagrado. As plantas são vistas como orixás, tomando forma e significados diferentes do mundo acadêmico.

Hoje sou o Babá Funfun e a minha transformação como ser humano teve como finalidade o crescimento que direciona o sujeito para dentro de si mesmo, a fim de conectá-lo com a sua ancestralidade, buscando a minha conexão com o que mais importa: a essência humana. Com relação as plantas é uma troca de saberes que perpassa pelos povos tradicionais com a compreensão da relação entre a saúde e a espiritualidade.



Sou do Ilê Axé Ijexá Omi T’Odé e filha de Logun Edé com muito orgulho e tenho muito orgulho de ser filha da casa. Tenho 23 anos e sou moradora do Assentamento Terra Vista há oito anos. Sou chocolatier desde que eu tenho 15 anos de idade. A gente faz do Chama “Trip Bar” que é desde o solo ao chocolate, e toda essa, desde a produção externa, que é o plantio e o manejo do solo, manejo do cacau e até a barra de chocolate para a venda. Temos uma equipe de sete jovens. A fábrica é totalmente comandada por juventude e eu sou uma delas. Eu faço parte da gestão geral junto com Solano. Faço, preparo chocolate e faço vendas. Atualmente, estudo no Centro Estadual de Educação Profissional da Floresta, do Cacau e do Chocolate Milton Santos no curso técnico em Agroindústria.

Ingrid de Assunção Santos (Abiã)

A minha relação com o Ilê Axé Ijexá Omi T’Odé veio através da ancestralidade da minha família, mas quem me trouxe foi minha irmã Emilly, queria muito conhecer este lugar. Hoje faço parte desta comunidade e posso dizer que tudo o que a gente faz aqui é cultivar a natureza. Aqui não tem lugar para maldade. Toda vez que a gente pedi é sempre pedindo o bem das pessoas, pra quem tá aqui, pra quem não tá. É triste saber e vê que tem muitas famílias que não aceitam nem seus filhos, nem seus esposos, enfim, aqui é tudo feito indo até a natureza e conversando com ela pedindo e, eles nos agradecem permitindo cada

dia mais e mais sermos um ser humano melhor.

Hoje em dia vejo que a natureza é um elemento sagrado para a minha vida. O cuidado com ela é na limpeza e no olhar. É preciso ver como ela está e onde deve ter e ser um cuidado maior, tem árvore que a gente olhar pra ver como ela está sendo cuidada. O cuidar da natureza começa ensinado as crianças a não jogar o lixo aqui dentro, olhando quando o outro suja e chamar: “fulano vem, ajuda a gente aqui a limpar.” As crianças devem ser introduzidas neste processo também. É mais fácil quando a gente já é adulto que é só falar a gente vai lá, cata e joga fora. Mas criança que estar aprendendo. E aqui tem esse processo. A educação de terreiro é assim, a gente pede, limpa, traz as crianças, elas brincam com os bichos, com as plantas, com as árvores, isto é uma parte muito importante não cortar as plantas, não podam aleatoriamente. As crianças e os adultos sabem que não podem derrubar árvores e nem matar os animais da mata Atlântica e os quais vivem dentro do Terreiro. A natureza está aqui para cuidar da gente.

O terreiro é um espaço de cultivo de agricultura dos povos tradicionais, mesmo dialogando com a transição agroecológica que vem de outra base – da agroecologia, é uma base que você vai entender seu território, da mesma forma que vai na cultura dos povos. Mas aqui a gente, por exemplo, vamos falar de comida, fazemos comida para um orixá com as coisas que nós temos aqui dentro do terreiro, que é ir buscar uma flor, ir buscar uma folha que tem aqui. Então, para mim isso vem muito do uso da cultura tradicional, de buscar, de ir atrás, de ver, entender a tal coisa para tal remédio. Quem trouxe essa informação para a gente não é de agora, é de ancestral. Então, entender como que

funciona.

Nós temos aqui no terreiro com uma horta que é cuidada por seu Manuel e pelo meu pai (Babá). Aqui a gente tem a Mata Atlântica, o entorno todo é Mata Atlântica que ninguém faz derrubada, tem o rio ali embaixo que ninguém joga lixo, joga sempre flor alguma coisa que seja para alimentação do rio e do sagrado.

Hoje vejo que minha vivência e o meu trabalho no Assentamento Terra Vista tem algo bastante comum com o que se vive no terreiro, no Ilê Axé Ijexá Omi T'Odé, observo e sinto o quanto as práticas agroecológicas estão sendo utilizadas no Assentamento Terra Vista e ensinadas no Centro Milton Santos, a principal é o não uso dos agrotóxicos, em nenhum destes 3 lugares devem usar agrotóxico, não faz derrubada de madeira e nem tem plantação de café, nem eucalipto na base da monocultura.

Eu vivo há oito anos no assentamento, já sai e voltei esse ano, assim, conta oito anos que eu voltei. Desde que eu tinha 11 anos foi quando eu cheguei no assentamento, desde a minha infância, a adolescência e a pré adolescência presenciei e participei do trabalhando em conjunto com agroecologia, foram realizados cursos quanto a prática de ir fazer plantio, de entender como que é feito e o assentamento começou a fazer a transição agroecológica.

Quando o pessoal chegou em 92 e, teve a reintegração de posse em 1994, o assentamento era totalmente devastado e seco não tinha árvore, não tinha nada. A partir de 2000 começaram a implantar a agroecologia, assim, temos esse assentamento hoje, lindo, cheio de árvore, cheio de produto totalmente orgânico de todos os assentados, lá só é produto orgânico mesmo. Não existe veneno, não existe nada.

A transição agroecológica dentro do assentamento está na integração de uma comunidade em comunidade. Tanto de ir em uma comunidade e trazer daquele alimento, trazer daquelas sementes, plantar em seu território e, entender que aquilo ali faz parte. A gente é parte da natureza também, como a gente vive com ela se muita gente está acostumada a jogar lixo, a sujar, a desmatar. No assentamento não pode não mata bicho, não desmata, só poda onde que tem que podar pra não pegar nos fios. É questão de plantio, toda a área e manejo tem o manejo total da área, da forma correta, para que não tenha nenhum tipo de agrotóxico e a terra esteja 100% limpa.

Eu também sou aluna do Centro Estadual de Educação Profissional da Floresta, do Cacau e do Chocolate Milton Santos do curso técnico em Agroindústria estou cursando o primeiro módulo e indo para o segundo módulo. Entrei nesse curso justamente por conta da fábrica, porque meu curso tem muito de criação de novos produtos de marketing, é uma força também para a fábrica.

O Colégio Milton Santos também é um espaço em transição agroecológica, porque eles estão tendo parceria com o assentamento, tanto em questão de alimentação que é comprado dos assentados, quanto questão de tudo o que é feito dentro do colégio é apresentado também para a comunidade. A integração dos alunos de alternância foi feita em parceria com os assentados porque eles precisam saber quem tá caminhando ali dentro, como quem é aquelas pessoas novas que estão ali. Então é tudo feito em parceria com a comunidade.

A agroecologia não é somente um curso de agroecologia, tanto durante o turno de turno integral quanto à noite ele existe

se comunicando com o técnico em Meio Ambiente, técnico em Agroindústria, técnico em Zootecnia, técnico em Informática e o técnico em Agropecuária. Os cursos se correlacionam dentro do processo de transição agroecológica, a maior parte dos cursos toda e tudo o que é prática é feito dentro do assentamento, principalmente nas áreas e na área experimental, na área que tem os computadores e como que o curso de informática, por exemplo, que é o que mais parece ser distante da agroecologia, ele está na base de como que a gente pode usar essa nova tecnologia que nós temos aí na nossa mão para agregar valor ao nosso território. Por fim, nunca me esquecerei que tenho o prazer de dizer que sou neta de assentada e encaminhando para ser assentada também.



filha de Cláudio e de Maria d'Ajuda. Sou do assentamento de reforma agrária do MST, que é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e conheci o Ilê Axé através do meu companheiro, que já frequentava, mas eu tinha uma repulsa e um preconceito com a religião, com o candomblé pela forma que foi apresentada a mim durante toda a minha vida, assim de forma negativa. Com o passar dos tempos, eu pude ver que não era o que eu que eu pensava. Eu fui conhecer o que era o candomblé. E aí assim eu me encontrei nessa religião porque fui entender que não era só uma religião que vinha, fazia parte de mim, de quem eu sou, dos meus antepassados, dos meus ancestrais. E aí tudo ligava, fez tudo uma ligação.

Rafaela Oliveira de Jesus (Abiã)

Sou uma mulher preta, filha de mãe lansã que é uma mu-

lher guerreira, forte. Então, a aceitação só fez me fortalecer mais ainda em pensar que sou filha de Iansã com Xangô. Viver sendo filha de uma comunidade de terreiro aqui dentro da cidade Arataca. Vejo que preciso estar sempre fortalecida, principalmente por ser de cor preta, isso aqui é um desafio porque você dizer que é de candomblé e ainda Sem Terra e preta é um desafio, mas também de outro lado, é um fortalecimento enquanto pessoa.

Eu sou do extremo sul da Bahia, nasci em Eunápolis, toda minha família é de lá. Só que minha mãe era daqui do sul da Bahia foi quando a gente veio pra cá na minha adolescência. Eu acho que eu me encontrei na outra parte, pois eu sou do extremo sul, mas hoje me encontro como do sul da Bahia. Essa minha ligação ficou mais forte com tudo, com a mata sempre tive essa ligação, mas aqui parece que eu me encontrei.

O Ilê Axé Ijexá Omi T'Odé é a minha casa, é minha outra casa onde eu me encontro, busco a paz. Eu esqueço do mundo de fora. Eu preciso de me liga mais assim com os orixás, quando eu vou para o terreiro, sempre foi assim, é a paz. Sinto falta dele quando estou em casa. Minha mãe Iansã é o vento, quando eu estou em casa que bate aquela brisa que me refresca eu sei que ela tá ali e meu pai Xangô está anunciando nos trovões, nos raios.

Os orixás tem uma relação direta com a natureza, eles são a natureza, assim como as águas que é mãe Oxum, a mata que é meu pai Oxóssi, Ossãe as folhas, em todos os elementos eles estão presentes. A minha filha é meu presente precioso que os orixás me deram, hoje eu sei que Mariá, que é a minha pequena, ela é um presente de Mãe Oxum pra mim.

É importante falar que a comunidade terreiro de candomblé de axé tem uma conexão com a agricultura. Ela vem desde presente dos povos tradicionais e, o terreiro é isso, traz essa ligação, essa relação da gente de terreiro com os nossos antepassados. Então isso, vem ali com a agricultura de modo tradicional mesmo, além de não usar os insumos de ter essa relação do homem e a terra sem prejudicar a natureza. A natureza é sagrada e o sagrado está no campo porque, por exemplo, tenho até uma frase eu aprendi no candomblé que é “sem folhas não há orixá” é a mesma coisa sem um rio, sem a mata, sem nada, nada dos elementos não tem orixá, assim não existe também a gente, não existe o ser humano. Se a gente não cuidar não tem essa troca.

Por isto que acredito que dentro do terreiro também se pratica agroecologia e se pratica a transição agroecológica, porque se a gente não cuida no dia a dia acaba. A agroecologia, além de cuidar da terra, também está na relação com as pessoas. Então, se a gente não viver isso, não vai ter o dia a dia pra viver saudável e isso vai com as pequenas práticas, por exemplo: de cuidar da parte do pomar e tomar o suco natural do cupuaçu que está ali no terreiro, ali que foi plantado. Tudo isso faz parte da prática da agroecologia, também, dessa transição enquanto na terra, enquanto pessoa como nas pequenas coisas.

Uma das funções do terreiro é o cuidar poiso terreiro nos ensina que não pode matar os animais silvestres da Mata Atlântica, nem pode derrubar as árvores. A fala dentro do terreiro em relação aos animais silvestres e com as plantas nativas é a preservação. Por exemplo, a gente não vai caçar desenfreadamente porque isso é contra os nossos princípios, o nosso pai Oxossi

não ia gostar nada disso em vê a gente caçar por esporte. Muita gente faz isso por esporte, mas eu acredito que se eu não tenho nenhum alimento não vai ser mal nenhum eu pegar um bicho para me alimentar e alimentar a minha família. Mas, desde quando eu faço isso por vaidade minha, aí sim já é contra as leis. Isto sempre é falado no terreiro que aí vai não é bom e que não se deve caçar, deve-se buscar outros meios.

O terreiro tem um discurso de preservação ambiental e de cuidado com os animais e de cuidado com as plantas. No nosso dia a dia a gente vai vendo que a gente precisa da mata, dos rios a importância de ter essa mata na beira do rio, é uma ligação um com o outro. Naturalmente, isso vai ocorrendo dentro do terreiro. A ligação que tem dentro do terreiro é natural fica bem entendido que a preservação é fundamental em cuidar, entre a relação quanto pessoa e com o orixá .

No ilê, é natural que se veja um bicho passando e a gente não ter aquele espírito de matar, porque não tem necessidade. É o convívio que vem dos nossos antepassados de ter esse convívio com a natureza. É preciso acabar com esse preconceito que o candomblé é algo ruim. A gente tem que está aberto pra conhecer o novo, conhecer o outro, as outras coisas quando você fica muito preso a uma ideia de preconceito você fica preso e não vive.

Assentamento Terra Vista



Ayrton Borges Baltazar “Capixaba”

Nasci em 21 de fevereiro de 1940, tenho 82 anos de idade, eu sou lavrador, trabalhei na estrada 6 anos, sem minha carteira de motorista. Sou da 4ª geração indígena guarani Anchieta do Espírito Santo. O povo me chama capixaba mas sou espírito-santense, por que capixaba quem nasce na capital e espírito-santense que nasce no Estado. Meu apelido aqui no assentamento é capixaba. Sou assentado do Assentamento Terra Vista desde 2006, onde vivo até hoje. Estou aqui desde 20 de setembro de 2001, vim para estas terras por que não tive condições de comprar um pedaço de terra e aqui tenho terra a vontade para trabalhar. Gosto de viver aqui, eu gosto por gostar aqui é um lugar bom de viver, foi melhor lugar que eu achei para viver.

Você já ouviu falar em transição agroecológica?

Já ouvi falar, a transição agroecológica, no meu pensamento, é uma coisa quando o próprio povo devastou a área de terra que é a nossa mãe. E depois você começa a trabalhar dentro do sistema agroecológico, preservando o meio ambiente. Agroecologia é, pra mim, um sistema científico dentro do meio ambiente. É e melhoramento para o nosso sistema. Agroecologia você trabalha no sistema agroflorestal por que você planta a planta nativa, a fruteira, planta o alimento agroflorestal. Então aí você, vai preservar a natureza e vai se alimentar daquela que você está trabalhando e está ocupando.

O assentamento Terra Vista você considera como uma área de transição agroecológica?

Considero, porque eu cheguei aqui era tudo devastado e, hoje o povo vem de longe e ao chegar aqui se admira, diante de uma paisagem que era devastada há 20 anos passado, e nos dias atuais está nesse sistema ambiental. Antigamente, quando cheguei aqui sobrava alimento, tinha fartura e hoje depois que já está todo mundo com tudo na mão não se tem mais fartura de alimento, todo mundo está correndo para o mercado para comprar. Sendo que a terra produz de tudo, quer saber por quê?

Por que o povo deixou de trabalhar com o sistema da terra e foi se empregar na cidade. O que vem de a cidade para cá? Nada. Nós vamos buscar o que na cidade igual o que se tem aqui. Quanta a gente é empregada na prefeitura, eles vieram para trabalhar na terra, a prefeitura tem o povo de lá. Cada seu povo e seu lugar. Sai daqui da terra e vai para lá somente três ou quatro anos. Hoje a prefeitura, depois o prefeito perde e volta pra cá com uma mão atrás da outra e o pior sem nada. O que eu sei é a fome não espera pra amanhã não.

Quando chegou aqui essa fazenda que hoje assentamento era assim, cheia de árvores, bonito como era a paisagem?

A paisagem mudou porque na época eu cheguei aqui era um lugar que nem se via assim, parece um deserto. Meteram um tratou e quebraram isso tudo, limparam tudo. Quando eu cheguei não era assim, precisou a plantar árvore nativa e fruteira para preservar isso aqui, amanhã depois o sol, põe a gente aqui no tempo sem sombra, não tem nada esconder. Isto a mais de 21 ano passado.

Daí, Joelson botou aquilo na cabeça, ele gostava quando eu vim viu que eu trabalhava. Joelson perguntou com quem eu aprendi isto? Falei ô Joelson quando eu morrei com Augusto Ruschi que era um preservador da natureza, era um biólogo francês, ele ensinava como trabalhar dentro do sistema ambiental, porque não queria que fosse usado veneno isto, nos anos 50. Quando ele morreu por causa de um veneno de sapo da Amazônia, morava em Santa Tereza, bem do lado onde eu morava, e foi enterrado na mata perto da cabeceira de Santa Luzia, lá tem uma represa que você chega vem capivara, vem as pacas, vem veado, vem tudo comer na sua mão. Que há mais de 100 anos quase que é tratar dos bichos assim.

Ele falava, ô nego vamos preparar o terreno, cultivar, tratar, plantar árvore porque o norte da África era o lugar mais fértil do mundo e, hoje passa 15 anos sem chover e eles devastaram tudo. O povo de lá morre porque não tem nada lá, só tem bicho feroz e os bichos costumam andar a 200 quilômetros de água. O elefante bebe água uma vez por mês, então bebe lá. Aqui vai acontecer a mesma coisa. Você vai no norte do Espírito Santo desde junho, que não chove mais. Passei 15 dias lá na casa dos meus filhos, eu tenho dois filhos em João Gabriel, em Colatina e tenho o que vive na França.

Qual é a forma de agricultura no passado?

O povo daqui antigamente não plantava e não podia comer tudo que queria, porque os pais deles trabalhavam em fazenda e o patrão não deixava tirar nenhuma jaca para comer, perdia, mas não deixava. Observe tem muita gente acostumado ainda naquele sistema onde o pai era empregado e ele só vivia

do emprego, antigamente, o plantio daqui era só cacau e banana era a prática da monocultura. Eles botavam na terra muito veneno BHC, muito adubo químico dizendo que ia fortalecer o cacau. Tudo que era veneno brabo. Naquela época do fazendeiro plantava dinheiro e pronto.

Aqui o povo parou de parou de jogar veneno depois que o povo Sem-Terra invadiu há 30 anos. Hoje em dia, a agricultura no assentamento estamos vivendo no sistema da natureza, não adianta falar que estão usando orgânico, ninguém está usando totalmente orgânico, usamos a própria natureza que sobra esse resto de forragem aqui é o que vai pro pé do cacau e usamos o mineral que é o calcário. A paisagem no assentamento agora é outra, tá tudo bonito, já pensou se ainda estivesse do jeito que eu cheguei aqui? Não tinham como ficar aqui por causa do sol, nós não estávamos mais aqui. Como é bom ter sombra, chegar aqui e ficar batendo papo.

Qual o conselho que você dá a essa nova juventude que está vindo aí? As crianças.

Eu faço palestra para estes meninos, quando os professores me chamam, eu falo com eles para quando for trabalhar tirem tempo para plantar um, quatro, cinco pés de árvore fruteira por ano, porque no futuro eles tem onde pegar porque os velhos vão acabar e estão morrendo. Eles têm que aprender a trabalhar e a plantar, porque a vida deles pode durar muitos anos igual a minha, porque eu cheguei aos 82 anos, isto não é para qualquer um. Olhe, eu enfrentei a guerra da Alemanha, passei fome, vi a última guerra Mundial estava com seis anos, no ano de 39. Meu pai me registrou de um ano depois.

A educação tem importância nesse processo de transição agroecológica, no Assentamento Terra vista?

Eu não sou contra o colégio Milton Santos, sou contra a mentalidade do povo porque quando não tinha esse colégio todo mundo trabalhava tinha banana, cana, mandioca. Desde quando o colégio começou a funcionar foi uma porção de técnica e acabou tudo, você não vê banana, não vê cana, não vê mandioca, não vê mais nada. Porque estudaram, inventaram que o estudo dava pra comer, beber, vestir e trabalhar. Hoje está deste jeito você não vê nada plantado, antes via aipim, cana e banana da terra sobrava.

Por outro lado, é que o povo porque estudou não quer trabalhar sem trabalho não tem nada. Meu Deus, a hora que a fome chega é difícil saber de onde vem. Mesmo você formado tem que ter seu emprego. E esse povo que estudou, igual eu estudei, a maioria estão aí se pegando daqui e dali sem querer trabalhar ainda dizem: “Eu não vou pra roça porque eu sou estudado, eu não vou estudar pra ter “um pé de banana”, sendo que o ano que vem está com fome. O colégio é um ponto de referente para transição agroecológico, só que quem está se formando não está trabalhando dentro do sistema. Fica a pergunta: “estudar para quê?”

Se eu fosse diretor, dentro do meu pensamento, eu mudei muita coisa começando com esses meninos que fazem parte do sistema de ensino, eu iria propor que tivesse uma aula um dia por semana no campo para eles aprender de tudo. Só assim vão trabalhar com as coisas do campo. Então, quando eles saíssem com documentos, eles sabiam como fazer as coisas no campo. Ensinava eles fazer tudo quanto é trabalho de roça pois estão

dentro do sistema dentro de um assentamento, tem que aprender o que o povo do assentamento sabe fazer. Tem meninos que vem lá de fora trabalham o tempo todo, estudam, vai embora e não sabe nem plantar uma corda de feijão, uma corda de milho, sabem nada. Aprender o quê? Vocês querem ficar estudando igual ao estudo da cidade. Então, ficam lá na cidade.

O que está dominando até hoje a agricultura de Arataca é o cacau, mas futuramente que vai ser o café, veja que o plantio do cacau e do café o povo trabalha com um monte de adubo químico, só não aqui dentro do assentamento. O café você tem que trabalhar com adubo químico, então vai chegar a hora que o terreno, o próprio sistema vai sair fora do corpo porque o Espírito Santo, mesmo em meio ambiente, já está saindo fora do povo.

A cultura que é trabalhada em Arataca é a monocultura do cacau e do café, mas existe outro tipo de agricultura para trabalhar no território de Arataca com a banana, a laranja, a tangerina dá dinheiro, aí é a policultura. Vai diversificando tudo e plantando não só um plantar, pois o cara pode plantar café, cacau, banana, limão, tangerina, macadâmia, que é bom negócio, pimenta o povo vai entrando e acaba aprendendo.

Existe outros tipos de outro modelo de agricultura que não é somente a monocultura, por exemplo: agroecologia é um modelo diferenciado. O sistema agroflorestal você trabalha com tudo quanto é tipo de planta de alimento e de planta de exportação. O povo do assentamento aqui, ainda trabalha muito pouco, precisa trabalhar mais por que o povo só quer investir no cacau.

Eu aqui trabalho com um monte de coisa, moro sozinho, mesmo assim tenho muita coisa tenho 4000 pés de ca-

cau, cupuaçu perdeu muito por causa de muita água devido as chuvas. Agora estou clonando um monte de cupuaçu tudo sem semente e, vou plantar uma moitinha de cacau aí na entrada balizei ontem e vou plantar umas 20 mudas, tudo sem semente para tirar só polpa. Sou meio curioso, vejo uma coisa e quero fazer, vou fazer também abacate sem semente para fazer a polpa.



Eu moro no assentamento Terra Vista, vai fazer 13 anos. Eu adoro viver aqui, só saio daqui no cisco, no pó. Eu tenho orgulho de dizer e fazer parte da transição da transição agroecológica no assentamento Terra Vista, não somente eu mas diversas pessoas de outros municípios também fazem parte dessa história de transição.

Deyse Ferreira

Sou moradora do assentamento Terra Vista, ainda não sou assentada porque desde 2015 o INCRA não faz mais processos de regularização de novos moradores para assentados, não somente eu, mas muitas outras pessoas que estão na fila para serem regularizados na comunidade, mas enquanto moradora tem direitos e deveres. Hoje faço parte da coordenação do Assentamento Terra Viva, em que é composta por 50% de homens e de 50% mulheres. Eu faço parte do setor de comunicação da comunidade.

O pai de meu filho, Ernesto é filho de assentados, Joelson

e Nilda, ela assentada no assentamento 1 de abril e Joelson é assentado, no assentamento Terra Vista. Ernesto, na condição de filho, ele tem direitos enquanto filho, mas ele não é assentado. Assim, como eu ele também é um morador, meu filho também não é. Mesmo eu e Ernesto sendo assentado, o meu filho não seria só quando ele completar 18 anos que a comunidade avaliando ele poderia se assentar.

Mesmo que a gente morra, essa casa meu filho entra no mesmo processo de regularização. Todos os processos de substituição de lote, de moradia, principalmente na lista do SIPLA, uma lista que o INCRA disponibiliza para as pessoas que são regularizadas, e para constar o nome do meu filho nessa lista ele precisaria da entrada e, só é possível quando a comunidade faz isto de forma coletiva.

Quando Deyse chega no Assentamento Terra Vista

Eu chego no assentamento Terra Vista. Na verdade, a história começa antes. Quando o MST chega sob a liderança de Joelson, de Louro e de outros companheiros e companheiras. Na cidade de Arataca Joelson conhece meu pai, Teteu, e junto com Marlon do sindicato e algumas outras pessoas como o finado Roberto da Farinha foram pessoas que acreditaram justamente nessa ocupação desse território e ajudaram da forma deles, ajudou naquele processo de resistência, nessa ocupação aqui da Fazenda Bela Vista.

Desde muito tempo Joelson e meu pai são muito amigos, Joelson me conhece desde criança. De 2009 para 2010, eu tive a oportunidade de vim estudar no Assentamento Terra

Vista. Que na época abriu vagas para diversos municípios e eu fui uma das pessoas que vim estudar, bem como passei numa seleção para um trabalho no viveiro, para a turma de Agroecologia, e eu pude trabalhar no viveiro onde trabalhei um ano e meio do viveiro, desenvolvi várias técnicas, aprendi, botei na prática e coloquei meu conhecimento do curso de agroecologia junto com o Marcos, com Bob, com um xará de Joelson. E foi um ano e meio em que eu pude experienciar mais a comunidade. Eu tive de certa forma privilégios, porque sempre estava na comunidade todos os dias, estudando, trabalhando e também me casei.

Em 2010, eu estava namorando e casei com Ernesto Guevara, passando a morar oficialmente na comunidade onde continuei fazendo parte das atividades coletivas, das assembleias, dos mutirões. E com o passar do tempo, eu fui me envolvendo e engajando cada vez mais com os assuntos coletivos da comunidade, justamente porque tudo na comunidade oferece um aprendizado novo. O curso de agroecologia fez com que eu aprendesse novas práticas, não só técnicas, mas práticas do dia a dia, práticas sociais, engajar com outras pessoas no coletivo.

E logo após, cinco anos casada tive meu filho Raul Guevara. Tive a oportunidade de me formar no curso técnico em agroecologia, no Milton Santos, bem como, comecei a fazer o curso superior de Agroecologia no IF Baiano foi quando engravidei e tive que trancar o curso superior para criar meu filho; neste período Ernesto fazia advocacia na UNEB e eu fui fazer o curso de Comunicação na UESC por ser mais próximo de casa.

O curso de comunicação tinha a ver comigo, pois é uma área que desde 2010 eu venho atuando no assentamento, nesse percurso fiz parte da coordenação do assentamento e nunca mais saí. Então, já tem uma longa caminhada na coordenação do assentamento, já participou de produção, setor de gênero e o setor de educação que faço parte até hoje, atualmente estou no setor de comunicação que entrei no ano passado, justamente por causa da minha área. Estou me formando na área de comunicação, entrei muito pensando em dá continuidade aos processos organizativos a partir da comunicação para a comunidade, para a Teia dos Povos.

Foi em 2012 que começou a caminhada com a Teia dos Povos que é quando surge a primeira Jornada de Agroecologia que eu ajudei a construir. A gente está indo agora para a sétima jornada da agroecologia em 2023 e a construção das Pré jornadas de Agroecologia, o Encontro de Mulheres, o terceiro Encontro de Mulheres da Teia dos Povos, que foi feito também aqui na comunidade.

TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA

Vou falar do ponto de vista mais prático e social. Pelo menos na comunidade onde eu moro, a transição agroecológica, ela muda também o estado social das pessoas que moram nela. Por muito tempo, acho que é um fato muito importante, que é o fator histórico. Acho que toda transição agroecológica, principalmente quando acontece dentro de um território, ela traz vários aspectos históricos.

Primeiro, como as pessoas se identificam com aquele ter-

ritório. O respeito que se tem a natureza, as práticas produtivas como as pessoas trabalham e produzem seu alimento. E o assentamento, em 2000, decidiu fazer um processo de transição porque por um longo tempo o movimento acreditou que somente a produção resolveria um problema divergente que a gente tem com a sociedade, com a sociedade, não com o capitalismo.

A sociedade enxergava o MST, o movimento como uma articulação de vândalos, preguiçosos, ladrões de terra. E por esse tempo, não somente aqui, mas diversas outras áreas também produziram em larga escala diversos alimentos, diversos produtos. Só que com o passar menos de uma década percebendo que esse formato de produção não seria. Ainda equivalente para se comparar com as práticas produtivas capitalistas das grandes lavouras.

O assentamento tem um outro diferencial no processo de transição, desde que ele é ocupado nesse território tem um processo muito forte. Sobre a importância da educação, que tem tudo a ver com a transição agroecológica. Se a gente não consegue fazer essa confluência de educação em agroecologia, a gente não consegue avançar de forma mais a longo prazo.

É esse processo de ocupação desse território, tem também o processo histórico da monocultura da lavoura cacaueteira, então quando é ocupado esse território as pessoas decidem manter e construir a primeira escola multi seriada. E, olhando para o território devastado decide começar a plantar as árvores.

No meu entendimento, a transição agroecológica começa nele, uma área que anteriormente era totalmente devastada pelo monocultivo do cacau, depois da vassoura de bruxa. Em

diversas partes do território é degradado porque tem um processo da venda das madeiras mais nobres da Mata Atlântica que é o bioma que está inserido no nosso território. E é um processo também das queimadas. Então, quando é ocupado esse território é possível perceber que tem uma grande diferença entre o antes e o depois. Porque logo depois da venda da Madeira é também implantado o sistema de Pecuária. Em diversos pontos do território da Bahia, onde antes era cacau e floresta.

E aqui não foi diferente, todo espaço do assentamento era uma grande área, incluindo a sede do assentamento e outras partes. Aqui, eram tudo pastagens, inclusive as margens do rio, não tinha mata ciliar, por isto afirmo que o processo da transição ele começa durante a ocupação desse território, por fator justamente de contrapor o que o antigo proprietário coronel Elias Cavanhaque, dono das terras com todo seu coronelismo.

Começa um trabalho de enfrentamento sobre o processo de devolver a cobertura vegetal, a floresta para esse território, para este assentamento, para este lugar. Com o passar do tempo, entre aquele processo da produção produtivista, vendo que não dá certo em menos de uma década, falha nesse processo produtivista.

Na época, Joelson, junto com outras companheiras e companheiros decidem fazer um texto e começar de novo. É quando começa o processo de repensar nossas práticas produtivas, nossas práticas sociais em torno da agroecologia e a educação também, como pilar central para garantir que a transição seja mantida com o passar dos anos.

Nesse percorrer da história da transição agroecológica,

nasce a escola Milton Santos, que é o Centro de Educação Profissional da Floresta, do Cacau e do Chocolate Milton Santos, promovendo cursos como Agropecuária, Agronomia, Educação do Campo, com ênfase na Agroecologia. Então, tem diversas construções em torno dessa transição.

Há pouco tempo estava falando isso. Na semana passada estava falando num evento sobre a transição. O nome transição não é à toa, né? Significa que está em constante mudança tanto a floresta, como a comunidade, como as pessoas, o espaço geopolítico, as pessoas estão sempre mudando e o espaço geográfico também. O território está em constante mudança.

Quando a gente pega uma foto comparativa do antes e depois do assentamento, falando no contexto da agroflorestal, da recuperação da mata ciliar, da permanência da Mata Atlântica que a reserva de trezentos e três hectares que a gente tem até hoje, na comunidade, é possível notar a diferença que se tem entre 1992 e 2022.

E o processo da transição também envolve, para além da educação, a soberania. O livro de Arlete Ramos fala sobre para além da cerca, é um livro muito importante; outro livro Terra e Território, de Joelson Ferreira fala sobre a soberania, muito voltado para essa questão da transição agroecológica.

Falar de transição é falar de constantes mudanças nos territórios, na mentalidade das pessoas, nas práticas do dia a dia. E hoje, o assentamento, ele ainda é um espaço de transição da agroecologia, a gente sempre quer aperfeiçoar nossas práticas, e uma dessas práticas que têm sido mudadas está caminhando para fazer três anos. É uma prática coletiva de trabalho, faz sim

parte do processo de transição que é o grupo de cooperação Simples que seu Edson faz parte. É também uma forma coletiva de se organizar e manter as práticas agroecológicas com o cacau dentro do sistema Cabruca (um sistema que tem muitos anos, tem muitas décadas nesse território justamente pelo cacau e a biodiversidade que o cacau e a floresta possibilitou manter até os dias de hoje.)

E o dentro do sistema Cabruca, aqui na comunidade e se criou o grupo de cooperação Simples, que também é um elo muito fortalecedor das práticas agroecológicas para garantir que essa transição seja mantida. Não é somente plantar, é preciso cuidar para o que se plantou agora mais à frente vire uma floresta traga alimentos e traga também a bioconservação do nosso território.

Arataca e as Agriculturas

Olhar para agricultura de Arataca é olhar muito para o processo histórico do território. Arataca era propriedade de um coronel que veio do Acre, ele vem se instala nesta região, tanto que Arataca, antiga Xapuri, tem referência geográfica até hoje, como é o caso do entroncamento da BR e BA chamado de Rio Branco, uma homenagem deste coronel feita ao estado dele - o Acre, bem como, Xapuri.

Junto isso, vem as referências da monocultura do cacau, Arataca cresceu e se tornou um município, antes distrito de Una, entorno da produção da lavoura cacauzeira. Até hoje, Arataca tem uma grande parte de sua renda vinda da agricultura com menos peso do que antes, porque teve a vassoura de bruxa que quebrou a região inteira e até que não foi diferente.

Ela perdeu muitos habitantes, a cidade ainda não tem 11.000 habitantes, mas as culturas produtivas da cidade está muito em torno ainda do cacau. Hoje é possível ver algumas propriedades que foram ocupadas pelos movimentos sociais entraram e adentraram para a região do interior da Bahia e, Arataca não foi diferente tem diversos assentamentos em torno do município o Terra Vista, o Aliança, Santo Antônio; já Nova Galícia está entre os dois municípios de Santa Luzia e Arataca; o Deolinda fica no município de Anuri. Os assentamentos tem uma grande entrada de pequenos agricultores e agricultores capixabas.

E isso, é um fator social que acontece quando abre a BR101 na década de 50, vem muitos capixabas para essa região aqui. Só que as práticas da agricultura deles interferem muito nessas práticas da agricultura dessa região, e uma delas é o café. O café vem para a região e começa a tomar, a crescer aos poucos, mas com a vassoura de bruxa tem uma abertura muito maior para as práticas do monocultivo do café.

Com o passar dos anos, a desvalorização do metro quadrado de terra na região é possível notar que tem uma migração de diversas famílias capixabas aqui, é tanto que quando você pega um mapa do antes e depois de Arataca/ Una pode ver uma diferença muito grande, principalmente sobre a mata, a cobertura florestal. A prática de produção de café utilizada lá é diferente de outras práticas agroecológicas com o café, para manter essas práticas com agrotóxico, com o pacote do agrotóxico e grandes quantidades de consumo de recursos hídricos da irrigação é muito caro, como também, provoca uma degradação do solo nessa região aqui. Então, hoje é possível notar que uma contaminação do lençol freático, tem perca da cobertura florestal.

Para os capixabas tem a questão da pecuária logo depois da desvalorização do cacau, mesmo com tentativas de alguns órgãos do Estado em manter e conservar o cacau, como foi o caso da Ceplac, que foi um desses órgãos criados para tentar salvar a lavoura cacauzeira e não conseguiu retroceder a crise da vassoura.

Com isso, muitos coronéis perderam suas terras para a união por causa das dívidas, começa um processo violento de desmatamento, que antes era um fator de conservação e protegia a lavoura cacauzeira pois precisava ter uma cobertura de copa de árvores para manter o equilíbrio para a produção do cacau, porém o cacau tem que ter uma certa porcentagem de umidade.

Então, percebe-se que as árvores eram preservadas não porque os coronéis eram bonzinhos, eles queriam manter a floresta porque era a necessidade da planta do cacau pois para ela produzir bem tem que ter cobertura, tem que ter sombreamento. Então, quando não tem mais cacau, logo é percebido que tinha de sobra as árvores, as florestas, a grande riqueza da Mata Atlântica. Daí começa um processo bem pior o desmatamento, desde a abertura da BR, na verdade, mas após a vassoura de bruxa esse processo acelerado e junto com esse processo de desmatamento vem a pecuária extensiva.

Só que a região nossa, não é região para pecuária, o fator geográfico não favorece são territórios muito acidentados. Até hoje, tem a pecuária na região principalmente no sul da Bahia, mas não como outros estados, como em outras partes da Bahia ou como extremo sul. O extremo sul já tem mais pecuária nos assentamentos lá e outras áreas sofrem muito mais com a ques-

tão da pecuária extensiva e o monocultivo de eucalipto que a gente aqui.

Então, são vários processos voltado para essa questão das agriculturas em diversas áreas. Eu acho que conseguiram fazer o processo da transição e os próprios filhos dos coronéis têm essa observação quando fala da agroecologia e da transição agroecológica, das agriculturas, da biodinâmica e ecológica. Não está falando só, infelizmente, da gente. Tem diversas joias intelectuais, pesquisadores da área de agrárias voltaram também para fazer a transição dentro das suas áreas.

Hoje tem pessoas que produzem chocolate que são herdeiros do coronelismo e esse chocolate é conhecido no mundo. A partir, desse processo de transição agroecológica e da agricultura ecológica e agroecológica. No assentamento costumamos dizer que nosso chocolate é rebelde, pois ninguém esperava nossa rebeldia, ninguém esperava vim um chocolate de um assentamento de reforma agrária.

E isso, só é possível graças a transição agroecológica e, esse é outro formato de agricultura, mas infelizmente tem uma outra ressalva, o cacau nessa região tem mais 270 anos, Joelson sempre fala isso para que as pessoas desenvolverem uma prática alimentar saudável pode demorar até 100 anos. Imagine mais 270 anos sendo forçado a ter uma alimentação básica, porque a minha família e a família de muitas pessoas aqui viveram sob o processo do coronelismo trabalhando nas lavouras dos coronéis e não podiam manter sua prática alimentar; os povos dessa região tinha uma prática alimentar muito rica os povos originários, pobres, quilombolas.

Então, a prática alimentar dessas pessoas são seciadas são privadas de manter uma prática alimentar porque todo o tempo que elas têm, que antes era voltado para manter uma alimentação básica para sobreviver vira tudo a partir daquele momento em torno do cacau. Então, nessa época do cacau é possível nessa região.

Tem esse fator histórico .As pessoas começam a se alimentar dos três F: farinha, fato e o feijão. Prova disto, eram a existência dos armazéns muito comuns dentro das áreas da lavoura cacauera para que as pessoas não tivessem escolha da alimentação, bem como, elas eram privadas de escolher até sua religião. Então, tiveram vários processos históricos dentro do coronelismo que afetam e trazem até o dia de hoje, como as pessoas se comportam tanto no hábito alimentar, como no hábito cultural das práticas produtivas.

É possível perceber que não tem uma diversidade tão grande quanto outras regiões é tanto que tem até uma observação sobre o formato cooperativista no sul pois o formato cooperativista do Sul não conseguiu ser implementado com sucesso aqui. Ainda tem essa autoavaliação e as nossas práticas de produtivos foram privadas de ser dado continuidade com práticas produtivas. Aqui é muito baseada nos povos originários e nos povos indígenas principalmente a alimentação.

Então hoje, depois da década de 80, ainda tem um percurso para a gente retornar nossas práticas alimentar natural dessa região, ainda tem uma longa caminhada. Quando fala de soberania alimentar está falando de tudo o que veio antes, todos os processos que minguraram esse ciclo natural da cultura, da religião, das práticas de conservação do território. Aos poucos

as pessoas e as comunidades estão novamente voltando para suas práticas primárias que aprendeu com seus parentes, com seu grupo familiar, com seu tronco familiar. Mas ainda tem uma longa caminhada.

Mas também, tem outras práticas de agriculturas que vem sendo praticada em Arataca, percebo isto, no pouco que a gente anda pois dá para perceber o trabalho dos pequenos agricultores, algumas pessoas voltaram para as práticas, tem pessoas na região nos assentamentos e nas áreas de pequenos agricultores que até hoje produzem farinha, cultivam a mandioca e realizam a produção da mandioca. Vejo também, a introdução do sistema agroflorestal, que dá pra consegui manter uma alimentação, em geral a geração de renda. As pessoas começam a diversificar porque não tendo mais cacau, começou um processo de diversificação.

Espaços de cultivo da agroecologia em Arataca

O assentamento Terra Vista, o Terreiro (Ilê Axé Ijexá Omi T'Odé), percebo que os assentamentos em si ainda precisa melhorar muito mais, mas são espaços de transição, já conseguem fazer uma parte da transição e trabalhar com a agroecologia, com a agricultura biodinâmica. Tem pequenos agricultores como Marlom trabalha com o sindicato chama que eles trabalham com essa questão da biodiversidade, da agroecologia.

Tem uma fazenda lá em Gabin que eles trabalham com o processo da transição agroecológica para chegar a agroecologia. O assentamento Nova Galícia que eles também já começaram a fazer o processo da transição agroecológica, eles tem

uma agricultura mista. O Renascer, também tem o Diolinda em Anuri que eles começaram a fazer o processo da agricultura mista que é uma parte em que trabalham com o manejo do pacote tecnológico, mas uma parte começou a fazer a transição agroecológica.

Outras áreas de pequenos agricultores que são mais pontuais, tanto por não conseguirem manter a utilização do pacote tecnológico, que é muito caro, mas também, pela própria prática em si, a maioria das pessoas se elas têm uma pequena área e o cacau produz um pacote tecnológico obviamente que elas vão manter a sua produção fora do pacote e, economizar além disso, preservar a sua área. Hoje já tem várias áreas aqui em Arataca de pequenos agricultores, de cédulas da terra que estão nesse processo da transição.



Eu cheguei o assentamento Terra Vista em 1997. Estou até hoje aqui trabalhamos juntos com os companheiros, eu vim da região do Baixo Sul da Bahia, quando foi trazido por um número de 11 pessoas, e dentre estas eu estava no meio. Hoje em dia só resta eu. Já morrei em outro assentamento chamado Ipiranga, mas meu lugar é aqui no Terra Vista, onde estou até hoje.

Edson de Jesus de Araújo

Quando cheguei aqui, no Terra Vista, ainda estava em processo de construção de casas e algumas estruturas que nós temos até hoje aqui. O assentamento não tinha esta estrutura que tem hoje era só a sede e pasto, depois e colocamos na cabeça que tínhamos que plantar árvores, porque nós tínhamos que combater aquele capim todo e no mesmo instante pensar na agroecologia. Na época nós trabalhávamos, até hoje, nós limpamos a sede e percebemos que era pesado pra trabalhar naquele capim, era só capim. Nós pensamos em plantar árvore pois teremos sombra e ela vai proteger a nascente do rio. Então, teremos um sistema ecológico. E foi daí foi pensado e foi pensado, repensado. E daí deu certo.

O Colégio Milton Santos foi pensado em 2004 e teve suas primeiras construções se não está enganado. Quando cheguei aqui, tinha um sonho de construir um colégio, mas ele ainda não existia, nem a escola Florestan. A ideia de transição agroecológica começou mais ou menos em 2000, foi pensada pelo MST que sempre teve essa ideia mas eles tinham somente a ideia. No entanto, fomos os primeiros a abraçar essa ideia e fazer acontecer.

Hoje eu sou assentado e vivo aqui com a minha família e cultivo uma área de plantação de café dentro da Mata Atlântica, preservando a natureza, preservando as árvores nativas. Aqui no assentamento, não trabalhamos com o sistema convencional, então tive a ideia de plantar o café para aumentar a renda, porque somente com a venda do cacau dá para sobreviver, mas tenho interesse de aumentar mais a renda. Assim, estou experimentando plantar o café, mas eu não trabalho nessa maneira convencional, trabalhamos da mesma forma do cacau sempre

no manejo agroecológico: adubação, limpeza e o sistema cabruca.

A ideia do plantio de café surgiu em 2019, mas tenho outro tipo de plantação de cultivo que é o cacau, a banana, agora vou plantar pimenta do reino também. Então, a ideia agora para esse ano que vem 2023 é plantar 500 pés de pimenta do reino para ficar sempre aumentando mais a produção. Aqui utilizo as práticas agrícolas como a poda, adubação com calcário que é um produto que se pode jogar que é não químico e corrige o solo e, utilizo um adubo que é feito com o melaço da cana misturado com restos de peixe e outros produtos. Todo este produto é orgânico que você pode trabalhar tranquilo.

A transição agroecológica, pra mim, é aquilo que você deixa de trabalhar com o convencional, para a questão do tradicional, ou seja, para trabalhar com a agroecologia. Então é isso aí, você não trabalha naquela maneira jogado adubo químico, botando veneno e vai para aquela transição seguindo para uma maneira agroecológica. Veja só, o assentamento Terra Vista hoje tem 913 hectares de terra, eu considero um território em transição agroecológica. Não só na questão de plantio, mas também das mentes das pessoas se comportarem e viver como tal. Na questão da agroecologia todo o assentamento deve pensar igual quando falamos na questão da agroecologia. Eu sou parte deste processo de transição agroecológica.

Eu mesmo já fui aluno do Centro Milton Santos fiz o Curso Técnico de Segurança do Trabalho, e também, já trabalhei como vigilante na empresa MAP. O Curso Técnico de Agroextrativismo foi importante para mim, posso correlacionar principalmente com a minha vida hoje em dia, busco sempre construí algo que não

venha prejudicar o meio ambiente, por exemplo quando eu corto o mato para poder plantar mais uns pés de café, não coloco fogo, porque sei que vou estragar o meio ambiente. Então, junto o mato, faço os trilhos, Balizo, cavo, adubo, planto. Não coloco fogo.

Faço parte de um grupo que surgiu a partir de uma ideia de montar um grupo de dez pessoas. A questão principal é um ajudar o outro, no entanto conseguimos junta apenas oito pessoas e o objetivo é um ajudando o outro. Nos organizamos da seguinte forma toda quinta e sexta nos reunimos para limpar a roça de um companheiro, até chegar na minha. Assim, todas as oito roças ficam limpas. Um contribui com o outro, um coopera com o outro, por isso que a gente colocou o nome desse grupo de Cooperação Simples, que é simples de fazer, de ajudar o outro.

A relação do assentamento Terra vista com o Colégio Milton Santos é uma relação boa, uma relação é ótima. Falo em produção de agroecológica, pois as pessoas, os professores, os gestores do colégio entenderam a importância de trabalhar a agroecologia, está abraçando essa causa. É uma importância muito grande. O colégio Milton Santos ajudou muito nesse processo de transição agroecológica, vem ajudando dentro do assentamento para o território de Arataca do sul da Bahia.

O Colégio já formou várias pessoas conseguindo transformar a vida destas pessoas e elas tem uma outra visão. Hoje você vê pessoas que estudou ali, formada, trabalhando, ensinando outras pessoas sobre a transição. Então, pra nós é muito maravilhoso esta transformação. Hoje tem pessoas formadas no colégio Milton Santos já trabalhando com agroecologia, fazendo

parte como profissional do processo de transição agroecológica, com mudança de agricultura.

Por isto, eu considero o Colégio Milton Santos como um espaço de transição agroecológica dentro do assentamento para o território. Se eu pensar que várias pessoas que já mudou a forma de agricultura, estudou no colégio e hoje estão mudando outros seres humanos que deixam de trabalhar no convencional e passam para agroecologia transformando a sua roça. Tudo isto fez transformar as mentes do povo, do estudante e dos assentados.

Hoje o cacau ainda é forte e na região, depois o café, pois os caras estão plantando café em todo jeito. O modo de agricultura que nós temos aqui em Arataca é a agricultura tradicional, convencional, porque hoje os grandes latifúndios, os capixabas compram muita terra para plantar café na região. Eles só trabalham dessa forma como químico mesmo, querem produzir, avançar na produção com químicos. O cacau do mesmo jeito. Nós não estamos muito preocupados em avançar na questão da produção, avançar na produção é muito bom. A nossa maior preocupação é com a questão da qualidade de vida. E você produzi um alimento que te alimente de forma saudável e com qualidade de vida.

Outro tipo de agricultura em Arataca é praticada por nós que trabalhamos com a Agroecologia. A agroecologia também é o tipo de agricultura existente na cidade. Posso listar poucos que trabalham, mas trabalham, tem os assentamentos vizinhos e o terreiro, Ilê Axé Ijexá Omi T'Odé, vizinho nosso, que trabalha com a transição agroecológica. Esses três lugares: o assentamento Terra Vista, os assentamentos vizinhos e o terreiro que

trabalham com essa questão da agroecologia. Para nós é o começo de uma mudança, porque temos pessoas que hoje trabalham com o convencional, com a química pra lá e nós, assentados pensamos diferente e sabemos o que é qualidade de vida. A gente quer viver mais, e assim, entendemos que se comermos uma comida saudável, a gente vai viver mais.



Ativista social, Sem Terra, fundador do Assentamento Terra Vista, homem negro. “Eu mesmo defendo que a nossa educação tem que partir do terreiro, mas a educação nossa tem que está dentro da cosmologia indígena e africana, o terreiro é fundamental para promover oficinas e buscar o conhecimento do nosso labor essa coisa toda, construindo ferramentas que sejam adequadas para o nosso cultivo. A terra é a nossa mãe, isso quando a nossa natureza entende que a cosmovisão africana e a cosmovisão indígena fazem parte do todo, ela está incorporada, ela não parte é separada, por isto o índio não agrade a natureza para sobreviver, ele faz parte da natureza.”

Joelson Ferreira

O Território Litoral Sul da Bahia.

Esta região do território do sul da Bahia em Arataca era e é território indígena, formada pela força de trabalho indígena e escrava pelos negros. A formação das capitânicas uma foi dada a um coronel chamado Almeida, das famílias dos Almeidas. Essa região foi toda trabalhada pela mão índia e negra que plantou o cacau, e também, o povo que fugia da seca os nordestinos, muitos sergipanos, tem gente do nordeste todo.

Tinha uma forma de plantar o cacau, que os caras tentaram trabalhar, quase semiescravidão que é o povo do contrato, “os contratistas”. Era um pessoal juntamente com os indígenas que fazia as cabruças, raleava as matas, ou fazia um buraco nas matas. O que é a cabruca? A cabruca é um sistema que tem mais de 250 anos, quase 300 anos. Como a mata era densa trazia o pessoal para abri buraco, já era uma cultura indígena de plantio. O Cacau foi trazido da Amazônia para esta região, começaram a plantar o cacau. Meu pai era cabruqueiro e com 12 anos meus irmãos junto com meu pai, já botava a cabruca. Então, a cabruca é uma “curritela”: ô Zé, ô Manuel venha cá abri um buraco na mata vem plantar cacau.

Os coronéis tinham um armazém e vendiam alguns produtos: querosene, sal, charque produtos que esta região não produzia, e era proibido sua produção. O Cacau em determinado tempo só era permitido quando fazia a cabruca, depois que plantava o cacau não plantava mais nada, o máximo banana. Deixavam a jaqueira, que fora trazida da Índia.

Os cabruqueiros iam para mata fazer as roças, quando o cacau começava a brotar, depois de quatro anos já estava frutífero. Os coronéis chamavam seus empregados para ver suas contas, caso tivessem devendo no armazém tinham que fazer outra cabruca para pagar, gerando outra dívida, ficava num processo de semiescravidão sem nenhuma possibilidade de sair da fazendo.

Aqueles que se embrenhavam na mata para fazer a cabruca sem precisa comprar no armazém dos coronéis, eram chamados e obrigados a vender a cabruca para eles, caso não vendesse eram mortos, ou então, os capangas dos coronéis

botavam para correr. Era um sistema semiescravocrata. A alimentação era feijão, farinha e fato “os 3 F”, mas esta região foi evoluindo, ficou muito rica, passou a ser responsável por 70 % do PIB da Bahia gerando muita riqueza. O cacau gerou muita riqueza vendendo amêndoa, no sistema da cabruca.

Arataca era território indígena e foi feito a força de trabalho indígena e escrava. Os navios negreiros eram desembarcados, me parece, que eram em Ilhéus e Canavieira. Esta região foi um território de muito conflito com os povos indígenas Tupi-nambás, um povo guerreiro, e os botocudos, ambos alvos de muita guerra. Muitos índios presos iam para salvador ou para ilhéus, e quando fugiam se juntavam com os pretos fujões, os índios davam guarita aos negros.

Toda grande aldeia se instalou um quilombo próximo a ela. Aqui, perto da Serra do Padeiro tem uma casa do povo de santo, o povo quilombo vivi lá. Nesta região, os índios conheciam o mato, quando fugiam das cadeias traziam um grande número de negros fujões, que passaram a viver no fundo das aldeias fortalecendo nesta junção dos povos.

Ao chegar na Serra dos Padeiros percebe-se a aliança muito grande na questão do povo banto, o povo de caboclo e a presença da miscigenação. O culto indígena hoje ainda é muito forte; aculturação indígena na Serra do Padeiro é marca desta miscigenação entre os povos negros e indígenas. Nos quilombos tem muita coisa indígena, apesar de ter uma forte herança africana, e, outra herança que encontrou aqui, a questão dos encantados. A relação na aldeia é com o povo banto.

No Brasil, os negros incorporaram esta questão dos ri-

tuais indígenas, foi uma troca de conhecimento que um fortaleceu o outro, e, esta resistência até hoje. O povo da Serra do Padeiro é tudo misturado com negro, índio com negro. É uma mistura muito grande, uma forma também de resistência, de resistir. A distância de Una para onde hoje é Arataca era muito longe, ficava a 50 km assim, montaram um povoado, no entanto, para sua expansão era necessário mão de obra. Esta região era muito rica, nestes povoados começaram a correr muito dinheiro. Por outro lado, inicia um processo de enfraquecimento de alguns dos coronéis, por exemplo: o coronel Elias Cavanhaque se fortaleceu com permissão do coronel Almeida lá em Una, ele era um braço do coronel Almeida em Arataca.

Eles montaram uma cooperativa que era uma grande casa de negócio onde vendia tudo, vinha de Una para Arataca nos burros, tudo se concentrava nas mãos do coronel Elias cavanhaque, principalmente as pessoas que se endividava e ficavam presos a ele. O povo que faziam a cabruca eram os negros, os índios e os nordestinos que vinham correndo da seca. A origem da cabruca era indígena, um sistema praticado pelos índios de como fazer sua roça, copiado pelos demais povos, por exemplo: a prática da cabruca se evoluiu devido aos coronéis, que foi tomando a roça dos cabruqueiros crescendo suas fazendas. Nesta região tinha uma fazenda com mais de 3000 trabalhadores.

Retirantes nordestinos, negros e índios (muito poucos) não se submetiam a escravidão, conheciam a região como a palma de sua mão. Muitos foram exterminados pelos fazendeiros, dentre estes, os índios camacans que praticamente foram banidos devido a valorização do cacau quanto moeda. Quem construiu a região sul da Bahia foram os índios, os negros e os

imigrantes nordestinos.

Minha família era toda negra: minha avó, meu avô era sergipano, mas negros. A origem de minha mãe era de Salvador e, que foi para o sertão próximo de Paulo Afonso. Meu povo era todo negro.

A Burguesia de Arataca.

Em Arataca não tinha burguesia, o “burguês” era o gerente da fazenda. Os donos das grandes fazendas alguns viviam em Itabuna, outros moravam em Ilhéus. Quem vivia em Arataca era os trabalhadores, os cabruqueiros que cuidavam das fazendas roçando, limpando, fazendo o trato, colhendo e secando o cacau.

Os fazendeiros eram representados pelos seus gerentes que mandava em tudo, até na polícia. O coronel (um grande fazendeiro) Elias Cavanhaque morou em Arataca, mas este pessoal tinha tanta regalia que nada era feito sem consultá-los. Os fazendeiros desta região eram tão ricos que saiam para tomar uma cerveja, beber “Whisky”, limpar a barba e lustrar os sapatos no Rio de Janeiro, hospedando-se no hotel Copacabana Palace.

O pai do advogado Fred Gideon, o velho Gideon, morava em Ilhéus, mas ia a Arataca para visitar seu compadre e amigo Elias Cavanhaque. Eles tinham capangas que eram seus exércitos, controlavam toda a região. Todo grande coronel tinha uma milícia forte que mandavam na polícia, na prefeitura, na igreja em tudo que é lugar. Esta era a prática deles. Muitos coronéis viveram do suor dos negros, dos índios e os nordestinos (sergipanos).

A Bandeira de Arataca tem o Símbolo da Seringa, por quê?

Essa região foi palco de 2 (duas) coisas importantes: A coluna de Una foi ocupada pelos japoneses para desenvolver a região, assim, receberam lotes de terra e construíram uma colônia, inclusive para colonizar as terras e evitar as questões indígenas. A seringa tem muito a ver com a questão da indústria automobilística, pois precisava de borracha para fazer pneus, por exemplo: a Firestone, a Michelin e várias outras empresas foram inauguradas na região de Camamu. No entanto, o seu plantio se expandiu por todo este território, chegando em Arataca, ameaçando toda a cabruca feita pelos povos tradicionais.

Como consequência, houve um crescimento para a indústria automobilística e na comercialização da borracha; quanto a questão da cabruca houve danos irreparáveis com o aumento da venda e da produção de muito agrotóxico, muitas roças foram vendidas, matas derrubadas para plantar seringa, o dendê também veio e começou a ser plantado na região de Una, toda esta inserção de cultura agrícola passou a competir com o cacau.

A Vassoura de Bruxa

A região se tornou a melhor produtora de cacau do mundo, produzindo o cacau subaíra, muito famoso na bolsa de Londres. Quando o pessoal despertou para o fabrico do chocolate começou o movimento para fazer inovação tecnológica comprar máquina fazer chocolate.

O cacau é uma grande “commodity”. Desde época dos Astecas, dos Maias ela é uma moeda e tem liquidez; os franceses, os ingleses, os americanos, os suíços, os dinamarqueses

já tinham transformado o cacau em uma grande “commodity” na bolsa de valor. Começaram depois da 2ª Guerra Mundial com a necessidade de vender os produtos químicos com o resto da guerra e, com necessidade de controlar isso aqui, com a necessidade de tirar o povo do campo.

A partir dos anos 30, eles começaram a fazer um grande movimento que era trocar agroindustrialização da região pelo aumento de produtividade, nós já erámos o maior produtor e triplicou na bolsa de valor, o preço caiu foi uma crise profunda, mas o sistema cabruca é maravilhoso. Este sistema conseguiu garantir, mesmo com toda a problemática, quem produzisse o cacau e vendesse a amêndoa podia ficar com 3 a 6%. O pessoal era milionário.

A cabruca era um sistema extraordinário, não tem um sistema de agricultura no mundo que tem a capacidade da cabruca, tentaram destruir este sistema plantando a eritrina, mas os coronéis entenderam que a cabruca era um sistema extraordinário. Contudo, a guerra “bacteriológica” já vem há muito tempo contra os índios, contra tudo, a vassoura de bruxa foi uma guerra de fungo, ela é um fungo e destruiu a região em pouco tempo. O cupuaçu é hospedeiro, ele é da Amazônia.

Outra ameaça é a monilíase (uma doença grave que ataca os frutos do cacauzeiro e do cupuaçuzeiro em qualquer fase de desenvolvimento, podendo causar perdas de até 100% da produção) que é pior do que a vassoura de bruxa. Em 1930, Gregório Bondar já falava que era preciso fazer uma construção de melhoramento genético para enfrentar este problema. Os fazendeiros não se importavam com a mão de obra, nem com os trabalhadores e muito menos com a região, tinham muito

dinheiro e achavam que nunca podiam falir, quem mexe com monocultura sabe como é suscetível a crise.

A vassoura de bruxa foi uma crise que, em pouco tempo, destruiu tudo. Gerou graves consequências ao mercado mundial, causando suicídios e agravou-se pela falta de sucessão dos coronéis e dos fazendeiros, pois seus filhos eram enviados para estudar na França, em Salvador, no Rio de Janeiro, eles pegaram outra cultura não queriam nem saber, não tinham visão que isto aqui era um patrimônio. Os coronéis do cacau não prepararam sucessão, os coronéis do cacau não conseguiram construir sucessão e, quando veio a crise foi um desespero total aqueles que tinham conhecimento médico foi buscar outra coisa lá fora, já estava lá fora não voltou mais e a região ficou “entregue as baratas”.

Este é um grande problema que perdura até hoje, não tem sucessão nem mão de obra qualificada para assumir responsabilidade, falta órgãos competentes que assumam a responsabilidade para a questão da vassoura de bruxa. A CEPLAC é um órgão hoje detentor de todo conhecimento de cacau, mas seus técnicos, seus agrônomos, seu corpo de intelectual, já são aposentados, não faz um concurso há mais de 30 anos, nenhum investimento e como esta região era muito rica e muito arrogante todo mundo lutou contra ela.

O negro e o índio migraram para os grandes centros como: Santa Catarina, Espírito Santo, Porto seguro. Esta população foi para grande metrópole, a Bahia é uma grande metrópole formada com gente desta região.

Os Sem Terra chegaram em Arataca

Nesta região a população migrou para os grandes centros foram mais de 250 mil trabalhadores rurais que perderam o emprego. Era o pessoal que secava o cacau, roçava, cuidava de toda essa riqueza e mantinha os trabalhadores com a crise do cacau foram embora. Alguns fazendeiros abandonaram suas fazendas, no entanto, na região ainda eram muito forte politicamente, quando os Sem Terra chegaram em Arataca tinha muita luta de poceiro.

A vassoura de bruxa provocou uma estruturação nas bases da sociedade, principalmente em Arataca, onde fazendas foram abandonadas. A vitória do assentamento Terra Vista abriu portas para hoje ter mais 6000 famílias assentadas na região do cacau. Esta região é índia e negra por todo massacre nesta região toda, você chega em ilhéus é negra o pessoal que tá no campo é índia, é negra.

As famílias que ocupam o Assentamento Terra Vista vieram dos municípios localizados nesta região e ocuparam o assentamento Terra Vista. Um trabalho de base foi realizado mais de 30 municípios: Una, Canavieiras, Camaçã, Pau Brasil, Rio de Contas que é Ubaitaba e Aurelino Leal.

Em 1992, o assentamento Terra Vista já tinha ocupado umas 360 famílias. Esta foi à primeira ocupação vitoriosa pelo pessoal expulso nas roças de cacau. Resgatamos o pessoal nas periferias destas cidades, uma população negra e indígena por exemplo, aqui temos um camacan Louro, Camacã é indígena, tinha outras pessoas aqui que foram para outro assentamento que era indígena, tem outro pessoal que quando saiu a terra de

pau Brasil voltou para aldeia por que era indígena.

O Assentamento Terra Vista foi pensado.

Em 1989, quando Lula perdeu as eleições nós estávamos numa situação muito difícil lá no extremo sul cercado pelo UDE, fizemos uma avaliação que íamos morrer caso não fugíssemos. Então, em 1989, 1990, 1991 começamos a pensar em expandir o MST (Movimento do Sem Terra) pela Bahia inteira, ocuparíamos as terras produtivas perto da BR, perto dos grandes centros que era: Ilhéus, Itabuna e Camaçã e, conseguimos mudar a palavra de ordem que antes era OCUPAR, RESISTIR foi incluído PRODUZIR. A Bahia foi quem mudou o lema, hoje utilizado no Brasil todo.

Então, no dia 08 de março de 1992, dia de homenagem a Mulher, 360 famílias ocuparam o assentamento Terra Vista, a ocupação deste assentamento foi o grande evento que Arataca já viu, mudou todo o paradigma, por exemplo: antes tinha uma luta em Una e em canaveira de poceiros, mas morreu muita gente com a nossa chegada. A mudança de tática que fizemos em Corubal de resistência de grupo, de resistência de massa para enfrentar a polícia, enfrentar os pistoleiros, enfrentar a UDE.

Nós conseguimos conquistar onde hoje é o Terra Vista depois de tomar 5 despejos. Em março de 1994 foi declarado e em julho do mesmo ano veio a emissão de posse, com esta vitória desafiamos a imprensa, os meios de comunicação e o poder judiciário, bem como um dos maiores escritórios de advocacia que era de Carlos Burgos. Enfrentamos e resistimos a polícia; vieram vários despejos e voltamos.

Esta conquista foi um marco histórico para esta região e os movimentos começaram a acreditar no MST da Bahia, que expandiu para todo o mundo a partir do assentamento Terra Vista. Depois teve a Crise do Banco Econômico, aproveitamos esta crise com Anjo Calmô de Sá que era dono de muita fazenda de cacau; estampamos uma ofensiva e tomamos muitas terras de Anjo Calmô de Sá, a fama foi crescendo todo mundo começou a fazer movimento e, em 1998 o movimento explodiu. Hoje, em Arataca tem 8 Assentamentos: Terra Vista, Rio Aliança, Deolinda Alves (a viúva), Ipiranga, São Antônio, Bem-te-vi e um outro encostado na Bem-te-vi, Nova Galícia e agora um outro mais novo. Hoje tem 6 (seis) mil e 200 (duzentos) e poucas de famílias assentadas na região do cacau, mais ou menos famílias... 80 % de negros, muitas famílias são negras.

Escola Municipal Florestan Fernandes e Colégio Estadual Milton Santos No Assentamento Terra Vista.

Em 1997, a Escola Municipal Florestan Fernandes passou a existir sendo a base do ensino fundamental 1 e 2, onde também acontecia cursos de capacitação, cursos de organização do processo produtivo. Veio a necessidade de formação técnica por isto lutamos e construímos o Colégio Milton Santos depois foi transformada em Centro Estadual de Educação Profissional do Campo Milton Santos e, agora Centro Estadual Profissional da Floresta e do Chocolate Milton Santos.

No ano de 2009, o Colégio Estadual Milton Santos nasce diante de tanta dificuldade. As unidades de ensino crescem na discussão do MST que sempre pautou a importância de educar as crianças e os jovens. Quando começou a ocupação nós

pautamos a educação para manter as famílias acampadas no assentamento, defendíamos que não era possível dispersar as famílias para cidade, não podíamos perder as famílias, tínhamos que garantir as famílias no assentamento para isto era preciso ter escola.

A história do Florestan Fernandes e do Milton Santos começa em dezembro de 1993, quando a gente toma o quinto despejo, nós dissemos um para o outro: “vamos garantir esta terra, vamos conquistar esta terra e construir uma escola para os nossos filhos se tornar doutores; para não passamos esta humilhação que passando aqui hoje. O despejo era muito sofrimento, mas entendíamos que era preciso avançar na produção, conquistar terra, avançar na educação pra alavancar o conhecimento, neste sentido foi muito importante.

Cabelinho era um companheiro aposentado que morreu 3 meses depois que nós conquistamos a terra, ele tinha um filho que morava em Buerarema e queria que este filho estudasse na nossa escola. No entanto, antes o MST tinha essa premissa que era para ensinar os filhos dos assentados, dos acampados, dos pequenos agricultores da região, mas não era para abrir a escola para cidade. Com essa procura do filho de cabelinho abrimos a escola para região.

A fundação do Colégio Milton Santos nasce num um dia de lua cheia aos pés de uma fogueira, não tínhamos nada para comer só um olho de feto de banana verde, mamão verde e um pico de jaca (cobra) que havíamos matado numa queimada, então cozinhamos este pico de jaca, quem tinha coragem de comer comeu e esta foi a nossa ceia: o pico de jaca, olho de feto, mamão verde, banana verde e 5 (cinco) litros de “fubuia” (uma

cachaça tão boa que para tomar precisava de 5 (cinco) limões). Deste dia em diante não saímos mais do acampamento.

Os alunos do Centro são de toda esta região, hoje tem 11 (onze) municípios: Camacã, Pau Brasil, Una, Canavieira, Arataca, Jussari, São José da Vitória, Mascote. São alunos índios, negros e o povo da periferia. O nosso povo não tem consciência em se ver nisso, se perceber neste processo porque nosso povo foi ensinado a negar, nosso povo preto. As elites não tem interesse de demonstrar e assumir que tudo foi feito pelas mãos negras e índias, eles não assumem isto, eles não assumem que fizeram a riqueza escravizando, matando muita gente bateram em muita gente. Aqui é uma região semiescrava até hoje. O cacau é de semiescravidão.

Essa consciência só existe do lado de nossos avós, não há uma consciência coletiva negra e índia, hoje já estar até melhorando. Entendi isto muito bem, mas nosso povo negro aqui nesta região é sofrido pela forma de resisti. Eles se comportam como sendo o pior, muita gente já foi embora daqui. Praticamente esta mistura nossa, o movimento da Bahia, o movimento do nordeste é um movimento de índio e negro. Infelizmente o movimento que se assumi, no momento quem comanda é o movimento do sul do Brasil. Então, o movimento do Brasil é brando

Na Bahia o movimento é negro, mas ele não se assume como este sujeito. Os primeiros do Movimento do Sem Terra na Bahia foram: Joelson, Euides, Lucia Barbosa, o finado Fábio (índio nato), depois veio nego Ojefeson, filho dona Gelsa, também Valmir Assunção que está no início do MST desde 1987, eu entrei em 1988.

Sempre busquei esta discussão, mas nosso pessoal até hoje não entendeu esta questão negra, sem prática ele não é assumido e nós não assumimos este debate, o máximo levantamos o debate do nordestino, mas como categoria negra e indígena não. Em 1988, fizemos a primeira aliança vitoriosa de enfrentamento na aliança com os indígenas do extremo sul na ocupação da fazenda Corumbal foi o povo indígena que ajudou.

A Teia dos Povos nasce na 1ª Jornada de Agroecologia da Bahia.

A teia dos povos tem este recorte índio, negro e popular isto falta no MST, primeiro porque o povo preto que está dentro do MST não se assume como tal, o povo indígena é muito pouco e, também tem uma hegemonia muito forte branca no sul do país. Uma hegemonia muito forte e nós não se ver nisto, a teia dos povos é uma discussão que eu já vinha fazendo no MST. Vejo que os movimentos sociais até agora não foram para além das cercas, ou seja, todos nós somos muito bons de derrubar as cercas, mas estes recortes das questões indígenas e negras. A questão do processo da organização e produção também com o viés negro, o viés indígena que é outra pegada, não é eurocêntrico, não é americana da revolução verde. América então tem muita ciência.

Dentro do MST, dentro dos movimentos sociais não se deram conta disto, então nós somos mais como massa de manobra. Somos sujeitos que está precisando de se assumir como sujeitos, inclusive para dar outra cara aos movimentos sociais, inclusive ao MST. Então, agora temos que assumir como sujeito, eu não vejo culpando o pessoal do sul, eu às vezes vejo muita

incapacidade nossa de assumir essa luta, essa responsabilidade. Então, nós poderíamos ter acrescentado muito dentro do MST na questão da economia, na questão da cosmovisão africana, da cosmovisão indígena.

A teia dos povos não é um movimento, é uma articulação e está querendo mostrar tanto para o MST, quanto para todos os movimentos de luta pela terra e pelo território que é importante incorporar estas duas cosmovisões: indígena e África e, é preciso construir uma aliança índio, negro e popular, que esta questão popular é o povo da cidade se nós não fizermos uma aliança como o povo da cidade, nós não temos perspectiva nenhuma de avançar. Então, a teia vem com esta pecada e vem de outra pegada é preciso construir uma economia destes povos.

O primeiro passo é a consciência que temos em entender a necessidade de está na ordem do dia e continua lutando pela terra e pelo território, que é preciso construir uma perspectiva de resistência nesta terra e território, quando falo de resistência é construí a soberania alimentar do nosso modo, do nosso jeito de alimentar, tem vários conhecimentos quando você pega a cosmovisão indígena a cosmovisão africana pois para eles o alimento é sagrado, é outra perspectiva tem outros rituais outras questões fundamentais.

Nós precisamos nos apropriar destes conhecimentos ancestrais da comida, do fazer, do cuidado, da relação com a terra. A cosmovisão indígena e africana é totalmente diferente, não é capitalista, a terra é sagrada não pertence a nós. Precisamos acumular todo este conhecimento, pois na hora que você botar estes 2 (dois) legados poderá modificar a forma de ver a terra, de relacionar com a terra nesta construção da existência, na

questão da renda e na educação.

A existência da relação da terra e do território tem a ver com a soberania alimentar por meio de uma economia que garanta autonomia. A questão da educação para preservar estes preceitos baseia-se na cosmovisão indígena, assim, entenderá os povos que viviam há mais de 2 (dois) mil anos. Nós precisamos nos apropriar da cosmovisão africana que é a terra com a questão do sagrado com a questão da religiosidade e com outros princípios importantíssimo a educação.

A cosmovisão africana também não agride a terra e a natureza para sobreviver, o índio quando vai caçar ele sabe a data que tem o animal, que vai pegar para não exterminar os animais, sabe que é a cadeia alimentar do animal, ele sabe que precisa estar relacionado com isso.

Outra perspectiva é a escola pois precisa incorporar o trabalho humanizado, o trabalho que pode criar esperança. Aqui mesmo, eu falo com o pessoal o tempo todo nós temos milhões de reais dentro da Mata Atlântico não tem nenhuma pesquisa, uma pesquisa dos fungos, uma pesquisa de uma planta, uma árvore, que vai melhorar para fazer uma seleção, para plantar. Tantas árvores importantes: sapucaia, jacaranda, jequitibá, jus-sara isto tudo e não tem uma pesquisa e quantas estão entrando em extinção e, quantos animais tem aqui. Então, tem muita coisa que a gente pode fazer.

A família já acabou. O capitalismo acabou com a família, hoje quem ensina nossos filhos é a rede globo, a bandeirante, seu google pois o menino com 5 anos sabe mais do que nós em relação as redes sociais, então como vamos tutelar um negócio

deste? Essa escola, esse o sistema de aprendizagem. A coisa toda tá falida acabou. A escola seria outra e as crianças deveriam aprender a brincar com a floresta sentir prazer e ir à casa de farinha aprender brincando, ouvi as histórias que os mais velhos contam.

Os griôs, os pajés ensinam as crianças a ser criança, as juventudes a ser juventude; cuidar da natureza é cultivar o viveiro que poderia ser o lugar de encantamento das pessoas com as sementes com as plantas essa coisa toda, a seleção das sementes crioulas tem imensidão de coisa aqui, você chega ali dá vontade de chorar eu estou desanimado tanto esforço.

O menino vem de longe sai 5 horas ou 5 e meia pega um ônibus e retorna daqui 11 e meia da noite. Hoje mesmo a menina falou: “Joelson só fala do projeto”, o projeto é isso.... é a gente não houve o relato de um sofrimento de um estudante desse, o cara que trabalho o dia todo pega o ônibus chega 5 e meia chega sem jantar na escola a merenda é 0,35 centavos, quanto é que um preso ganha pra continuar no mundo do crime? Essas barbarias não aguento mais e o pior que nosso próprio aliado se tornou o principal nosso inimigo, nosso por não entender esta coisa toda, a escola já é bico, hoje as pessoas tem 2 a 3 empregos.

O sindicato não permite contratar professores com os notórios saberes e outros saberes deixando os conhecimentos ancestrais de fora da escola, então é difícil. A evasão escolar é um desafio de 30 meninos que se matriculou apenas formou 5 essa coisa errada e o pior não tem trabalho, senão tem emprego vai ser faxineira, varredor de rua nada contra, mas qualificar pra isto? É muito pouco o cara passar 2 ano e meio ou 3 anos e a

gente não se dar conta.

O meu sofrimento é esse hoje. Algumas cidades desta região são as mais violentas do Brasil por exemplo: Eunápolis está entre a 7 cidades mais violenta do Brasil, Porto Seguro nem se fala, Teixeira de Freitas, Itabuna nem se fala, Ilhéus, Camacã, em Arataca todo mundo está aprisionado em suas casas, hoje quem manda nesta região é o narcotráfico, a droga e a prostituição. É lastimável!

ENTEVISTA COM ISAC DE OLIVEIRA DE JESUS



Seu Isac ou Isac

é assim que me chamam aqui no assentamento, tenho 60 anos, profissão lavrador, sou preto com muita honra. Sou assentado e posso dizer que sou um grande lutador por ajudar na luta que não é só minha, luto por um direito que é de todos. Moro no assentamento Terra Vista há 23 anos e amo viver aqui com a minha família. Antes de vim morar aqui, eu estava na roça do meu pai, isso foi em 1998, as coisas quando tem que acontecer, não tem jeito. Eu nunca me via dentro da área de reforma agrária. Não que eu seria contra a reforma agrária, mas sim da maneira que as pessoas viviam. Eu era acostumado com a produção, a fartura, com o desenvolvimento. Para mim, acostumar a um ritmo que eu vi ali na ocupação da Luanda. Na época estava iniciando e ver as pessoas sofrer daquele jeito. Então para mim era uma derrota.

Quando eu fui embora para o Espírito Santo prometi para mim mesmo que eu voltaria só para ajudar meu pai. E aí foi o que aconteceu, vim a começar a minha transição do Espírito

Santo aqui para o assentamento, quando fui ajudar meu pai para roça, o meu pai que era pra mexer com café e cuidar da lavoura dele, ele estava doente. Do trabalho que eu ia fazer era grande porque eu ia fazer tudo como eu iniciei, ele só ia supervisionar.

Eu só vinha pra cá de vez em quando, para eu ver como é que andava as coisas. Mas, meu pai que iria administrar. Quando eu soube ele já estava doente, não tive outra saída a não ser voltar. Aí eu voltei pra cá, perdi dois anos lá. Eu tinha dois anos de arrendamento, mexendo com café. Aconteceu uma grande transformação lá na região porque eu comecei a fazer as coisas e o pessoal de lá de dentro começaram a ficar empolgado. Quem estava parado se empolgaram a trabalhar, a fazer o trabalho e fazer “o cacete”, trabalhar. Aí me junta Joelson e Valmir Assunção e eu fiquei lá, nem só ele como os outros, era tanto que os acampados mandaram expulsar.

Joelson morava no assentamento Terra Vista. Como eu era um viveirista, sou um viveirista. Como tinha um viveiro com 400 mil mudas, isto foi no auge da época era café, eu virei para Joelson e disse não vou para o assentamento Luanda, se você quiser fico aqui e vou tomar conta do viveiro. Joelson falou: Você quer ficar? Então tá, fica aí aqui. Isso, final de 97 e início 98 não sei se foi em outubro, mas foi em novembro período em que Joelson foi embora para Itabuna ficar lá e eu fiquei aqui. Começamos a trabalhar, deram uma roça para eu trabalhar pensando que eu não ia fazer as coisas, peguei essa roça cheguei lá cuidei dela, transformei. Quando eu vi a terra da beira da pista, me interessei e passei a trabalhar ainda mais. Eu e minha família fomos tocando a vida daí para frente, mas só que daí pra frente as coisas começaram a ficar difícil, trabalhava de sábado a do-

mingo porque para mim não ficou claro aquilo, mas eu comecei a ver as coisas ficando muito difícil. Aí eu comecei a me afastar. Não era o difícil, difícil era fazer as pessoas entender a razão da coisa. O que pode ser feito para poder mudar? O pensamento, a maneira de todo mundo viver bem.

Eu vim ajudar a desenvolver a produção esse foi o meu sentido ajudar, envolver, plantar, mas para isso eu precisava de um coletivo porque o individual não fazia sozinho com todo o conhecimento, mas eu não tinha força para fazer isso como eu vi muito difícil, falei: Bom, dizem que quando a montanha não vai a pedra, a pedra vai à montanha então, eu vou fazer. Eu abri mão da maneira que estava fazendo deixei de “bla bla bla” e partir para o real, mostrei para eles a verdadeira história daquilo que eu contestava e ao mesmo tempo, eu e minha família ia passar necessidade. Então, quando eu vi que isso não ia acontecer? Eu fiz acontecer porque eu vi a minha família, olhei para minha família tinha que mudar.

O que é transição agroecológica? O que você entende como transição agroecológica?

Olha, eu vou lá atrás primeiro, vou voltar cá, a fala transição - as palavras têm vários sentidos, as palavras não morrem simplesmente num tom. O que é a transição agroecológica? Então, já está dizendo isso aí as palavras Reforma Transformação, Diversidade porque nós viemos para aqui para fazer isso. Para transformar e diversificar tudo o que era o passado porque se não isso não teria sentido, principalmente o ser humano. O que eu entendo por transição agroecológica? Isso aí já faz parte do sentido de buscar um meio melhor para todos, para um todo

coletivo. Quer dizer, quando se fala na transição agroecológica não se diz um elemento, se diz vários elementos, transições agroecológicas, isto, quer dizer buscando melhoria de vida para todos e toda a comunidade ou toda a sociedade. Que é aquilo que eu lhe disse. A reforma - transformação, diversidade. Então agroecologia.

Em primeiro lugar, nós, seres humanos temos que entender principalmente nós assentados, o que nós viemos fazer aqui, quem é nós? O que é que eu quero? Eu tenho que entender isto para eu consegui me adequar a isto aqui, porque aqui é agroecológico. Quer dizer eu saí de um mundo que na realidade se chamava um mundo transgênico ou convencional, ou melhor convencional para o mundo agroecológico. Eu fiz essas transições, mas pra isso acontecer primeiro eu tive que me entender. Quem sou eu? Quem eu quero. O que é que eu quero? Que foi que eu vim fazer aqui? Qual será o meu objetivo com a terra? E com a comunidade? porque não me interessava.

O Terra Vista é um espaço, um território de transição ecológica.

Ele é, o que falta dentro desse assentamento para isso acontecer é a falta de interesse político, não falta tanta coisa e, principalmente vou lhe dizer uma coisa que aconteceu na escola no domingo, teve o negócio da entrega do trator um professor virou pra mim e perguntou: Isaque qual é o sentido? para você existe utilidade? eu falei: Existe muita utilidade, não pessoal, mas coletiva. Por quê? Preste atenção, este trator já é um meio caminho andado para um projeto que se chama auto sustento. Esse projeto já está dizendo o coletivo. Então, o meu real inte-

resse é produzir comida para todo mundo.

Nessa baixa que tem atrás do colégio é um espaço que dá para fazer comida para todo mundo porque nós viemos para aqui, para isto, para fazer isto. Hoje as coisas chegam e me perguntam: você vai participar? Eu falo não vou não. O dia que eu vou participar é o dia da Assembleia porque eu quero saber qual são os fundamentos e as colocações e aí sim, nós vamos entrar em debate para botar as coisas no lugar. Porque eu não concordo com muitas coisas que estão sendo feitas com o trator. Então, por isso não adianta fazer política. Eu nunca fui em política, nem em comício, nunca fui, nunca fiz.

Você se vê fazendo parte dessa transição agroecológica daqui do assentamento?

Me vejo, porque eu fui o primeiro a provar pra eles, por que eu critiquei tudo no início, voltei e dei a resposta a isso do que eu era, que a crítica nem existe, mas ela tem que ser construtiva. Na época eu fui contra, mas não que eu era contra o projeto, fui contra a maneira que era feita não era assim as coisas. As coisas não são feitas dessa forma quando eu debatia, eu debatia conscientemente o que eu estava fazendo, eu debati um lado, mas conheci o outro isso é importante. A gente tem que saber o que foi que a gente veio fazer, o que a gente quer.

Por que você foi contra na época que surgiu a ideia da transição agroecológica no assentamento?

Eu fui contra porque eu tinha minha família e nunca pensei em ver minha família passar fome. Eu tinha uma das maiores

produções aqui dentro o meu medo era perder a minha produção para satisfazer o gosto de um ou outro. Seja quem for, seja meu irmão, seja quem for isso eu nunca fiz era preciso provar para a própria comunidade que às vezes me parece cega e surda, que eu não seria puxa saco de ninguém, mas sim igual a todos. Eu estava defendendo aquilo que parecia ser o direito de todo mundo. O impacto da não aceitação, nessa questão da transição foi essa, mas só que enquanto nós discutíamos, eu já estava fazendo o meu papel.

Eu aceitei porque o que aconteceu foi o seguinte, é aquilo que eu disse a crítica existe, mas ela tem que ser construtiva. Pra mim, era preciso provar que eu estava correto no que eu estava fazendo, fiz para provar que eu estava correta no papel que eu estava, não estava acusando por acusar, mas eu defendia o que queria fazer e bem feito.

Hoje na minha horta eu uso a prática agroecológica, uso tudo o que a agroecologia propõe fazer e se tivessem me ajudado na época que eu propus isso aqui era outro espaço. O meu sonho era transformar estas hortas numa sala de aula, mas eu fui podado para fazer isto, não me deixavam fazer as coisas. Então, existiu todo esse impacto, mas passou, mas nem isso conseguiram me parar de fazer o papel que eu queria. Mas eu e a minha família trabalhamos aqui na nossa horta.

A Transição Agroecológica é uma realidade.

Rapaz! Se tu nunca fizeste uma pergunta difícil, você fez agora, isso por quê? O que eu disse para o professor, eu vou dizer para você o maior culpado. O assentamento tem tudo. Tudo.

Mas existe uma estrutura parada que era quem poderia dar todo o seguimento a escola, as pessoas estão estudando por estudar, ler por ler, escrever para escrever, mas não estão sabendo o que estão fazendo. O que quero fazer, por exemplo: aquele colégio ali é mais uma peça de museu do que uma escola. E vou lhe dizer porque estou dizendo pra você e repito pra qualquer um. Eu propus ajudar fazer uma horta lá dentro para beneficiar o colégio dá comida pra todo mundo lá dentro, embelezar o colégio.

Em Arataca, vejo muito forte a agricultura, a monocultura do cacau, da seringa, da pimenta do reino e do café. Existe outros tipos de agriculturas nessa região que se identifica para além da monocultura. Um único lugar que existe ainda vamos dizer para ao menos sonhar, se realizar, se concretizar isto, dar segmento para que os outros caminham no meu caminho. E aqui? Ele aqui. Aqui nasceu e finalmente a gente vai, a gente volta atrás. A gente às vezes fala da escola, mas nasceu a Escola Agrícola. Nasceu todo esse ensinamento para continuar aqui. Mas é aquilo que se diz. Os dedos das mãos rimam, mas não são iguais. Ninguém pensa igual. E a questão é a maior derrota de tudo isso aqui é a questão política.

Quais práticas agroecológicas utilizadas no Assentamento Terra Vista?

A variedades, por exemplo: começando por nossa realidade, o primeiro começo dessa transição agroecológica seria a alimentação. Era o projeto de auto sustento. Esse projeto dá início a tudo, a agroecologia, porque ele é a base. Ele sustenta tudo isto. Ele é um projeto resgatador e vai resgatar o passado. Esse projeto é algo agroecológico. Eu digo pra você o seguin-

te. Como eu disse no início, que as palavras, uma palavra, têm vários sentidos, por exemplo: uma horta produz, mas se uma horta parar de produzir muda todo o sentido. O que eu estou fazendo aqui? Tudo tem seu ciclo, mas produzir por produzir é só as indústrias são assim, as fábricas são assim, se trabalha tudo dessa maneira ipso uma roda de engenho. Isto é a monocultura.

A agroecologia é a diversidade. Quando eu for plantar eu também aprendo, até você saber que isso aqui está ensinando o que a gente veio fazer aqui. Você ganha o meu trabalho, o próprio trabalho que a gente trabalha, ensina, gente. A gente é que não presta atenção. A gente é que tem um rei na barriga que quer ser superior a tudo e, não é. A própria natureza tá aí pra ensinar a gente como se fazer as coisas. Ou você acha que eu aprendi fazer o que eu faço aqui? que eu não sei de tudo?

Assim, não pode pagar com o tempo, percebendo o tempo, buscando alternativa porque não gosto de perder tempo. Eu gosto de fazer, nem tanto pela questão financeira, mas para mim, ver as pessoas elogiar como já cansei de ver as pessoas chegar aqui e ficar abismado. Isso é muito bonito e incentivador. Isso me faz acreditar nesse projeto Agroecológico. Isso me faz me manter vivo porque isso aqui é uma terapia principalmente para mim. Isso me faz acreditar que um dia é possível construir esse projeto tão bonito que é o auto sustentável.

Era tudo o que eu queria ver na vida. Era poder chegar um dia de Natal, Semana Santa, São João e você chega com 100, 200 cestas e distribuir naquela periferia. Dar comida ao povo porque nós temos a máquina de fazer isto, que é a terra. Às vezes, eu posso parecer individualista, mas não. Eu sou construtivo. Eu sei que construir não sei destruir.

ENTREVISTA COM SEU LOURO



Lourivaldo José Mendes “ Seu Louro”

Sou assentado, herança do povo indígena Camacan e atualmente tenho 732 anos, cheguei nestas terras, que nem era assentamento ainda, em 1992, nesta época eu morava na cidade e veio a vassoura de bruxa deixando a gente sem ambição, sem trabalho. Fui convidado por uns companheiros que me chamou para vim fazer parte da luta e ocupar estas terras em Arataca e, seriam liberadas, eu topei a proposta me ajuntando ao grupo. Chegando nestas terras que hoje é o assentamento, ocupamos esta fazenda pelo fundo e chegamos a levar 5 despejos, mas resistimos aos despejos debaixo de um barraquinho de lona, sempre aguentando a repressão que a policia fazia; com dois anos saiu a desapropriação desta área ocupamos a sede e recebemos estas terras que convivemos até hoje.

Estas terras foram conquistadas por uma organização que pesquisou esta fazenda, naquele tempo tinha uma militância muito boa e trouxe uma base de gente desta região e de outra região para fortalecer o grupo, conseguimos juntos esta fazenda. Era uma fazenda que estava abandonada, a fazendeira tinha abandonado devido a vassoura de bruxa. Eles acharam este espaço aqui, convidaram a gente e nós topamos vim pra cá.

Aqui estava totalmente abandonada não tinha nada, isto aqui era só vassoura. Estas árvores que tem aqui foi a gente tudo que plantou depois da nossa chegada, plantávamos coisas para subsistência, plantava, capinava. Foi um tempo de muita discussão e era preciso reflorestar aquelas terras, pois ia faltar água. Nesta ocasião, o MST (Movimento Sem Terra) fazia uma discussão muito bem e começamos a entender, o resultado estamos vendo hoje. Tem uma grande diferença do antes e o

depois.

Nós plantamos e povoamos este assentamento, aqui tudo era barro, não existia estas árvores só existia o cacau e a monocultura. Eles usavam produtos químicos, isto só parou depois que chegamos aqui e resolvemos que não íamos mais trabalhar com química, íamos trabalhar de forma orgânica. A gente conseguiu. Essa mudança começou a ser pensada em 1998, quando foi decidido em trabalhar com a natureza e com agroecologia não íamos fazer mais queimadas após o pessoal explicar a gente que a queimada não significava nada, a gente começou a praticar esta forma de agricultura.

O que é transição agroecológica

A gente deve sempre cuidar da natureza não aplicar agrotóxico para não comer um alimento envenenado, produzimos uma outra forma diferente porque não somos grandes agricultores, a gente como pequeno agricultor tem que produzir as coisas saudáveis para que não mexa na questão da saúde da gente. A natureza deve sentir à vontade quando não agredimos ela, não cortamos as plantas que a natureza botou, não vamos fazer queimadas para não agredi a natureza, proteger as nascentes pois precisamos de uma água potável e boa. São estas pequenas coisas pequenas e básicas, que conseguimos cuidar da natureza.

Eu sou parte deste processo de transição agroecológica neste assentamento, com certeza sou. Por exemplo, o colégio Milton Santos é um território e um espaço importante para esta transição agroecológica por que só acontece as coisas com a

EDUCAÇÃO pois se não tiver a EDUCAÇÃO nada que estamos fazendo irá adiantar. A EDUCAÇÃO em primeiro lugar.

Antes de vim para este assentamento eu trabalhava em fazenda, com as coisas capitalistas que era a prática do fazendeiro só era trabalhar em cacau, não tínhamos um espaço de plantar uma batata para tomar o café. A gente trabalhava de manhã e comia a tarde e, dava o dinheiro todo para o dono da fazenda que acabava capturando de volta.

Deixo um conselho para os jovens e para as crianças sobre a agricultura agroecológica aqui no assentamento. Já venceu o tempo da gente, quando chega pra idade pode dizer que acabou, eu explico pra eles que viemos para estas terras pensando no futuro deles, quem tem que tomar conta do assentamento são eles, que são jovens e está com todo futuro pela frente, nós os mais velhos já fizemos nossa parte viemos pra aqui e conseguimos. Agora nosso tempo está vencido quem tem que cuidar são eles, pois são os verdadeiros donos para deixar a natureza se sentir à vontade.

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DA FLORESTA, DO CACAU E DO CHOCOLATE MILTON SANTOS



É um lugar em aprendizado e ensinamento sobre a transição agroecológica, no modo de convivência de ensino, por estar proporcionando cada vez mais suas experiências em aprender a produzir e colher coisas naturais, pois está ensinando como cuidar do solo, da floresta e da natureza.

Aline Santana Nery
Discente do Curso Técnico em Agroecologia
Modalidade Alternância



O CEEPFCCMS é um espaço/ campo/ território em transição agroecológico, é sim na parte teórica da história de sua construção, e de lhe dá com as aulas práticas, de como lhe dá com o meio ambiente, nas questões sobre a sustentabilidade e nos ecossistemas. Tanto na agricultura, tanto na área da agropecuária e na ciência as práticas buscam a agroecologia como modelo e nos estudos que nos proporciona. A escola Milton Santos fala sobre agroecologia é um tema que não se estuda nas escolas que passei. O máximo que estudei na escola foi o assunto ecologia nas aulas de ciências. O Milton Santos é um espaço da cultura agrícola, um espaço de conhecimento de promover boa prática no cultivo de propagação da transição agroecológica principalmente das mentes.

Book Jhones Amorim
Discente do Curso Técnico em Agroecologia
Modalidade Alternância

Nasce em Ilhéus No dia 07 04 74, Homem negro, tenho 48 anos

Hoje vivo em pedra de Una. Sonho ser feliz



O Colégio apesar de ser do estado, ele agrega as atividades do assentamento Terra Vista realizando cursos voltados para a agroecologia, bem como, apresenta um sistema de ensino todo transformado ensino voltado para a realidade da comunidade, bem diferente do ensino padrão em forma de kits pronto do governo. Toda esta mudança é um trabalho lento, que para acontecer precisa de que todos os funcionários estejam em um só sistema e, é o que acontece no Milton Santos, diretor, professores e funcionários caminhando na mesma direção

Josiel Santos da Silva
Discente do Curso Técnico em Agroecologia
Modalidade Alternância

Apelido: Joca Sousa

Raça: Pardo Cor: Moreno Nascimento: 11/02/1985 Natural: Salvador

Estudante do curso técnico de agroecologia no Centro Estadual de Educação Profissional da Floresta, do Cacau e do Chocolate Milton Santos localizado no assentamento de Terra Vista, em Arataca no Sul da Bahia. Companheiro de Edivânia Bibiana da Silva de 32 anos, pai de Jemerson de 16 anos, Jaiane de 14 anos e de Josiela de 6 anos Militante do Movimento Sem Teto da Bahia (MSTB) há 17 anos e coordenador estadual do mesmo há 14 anos. Conselheiro municipal de Salvador pelo MSTB.

Sonho: transformar o lugar onde eu vivo em um condomínio agroecológico.



A transição agroecológica para sociedade sustentável é necessária e urgente. Através do Milton Santos pode-se apresentar uma proposta de espaço educador agroecológica que promova bases pedagógica e práticas relacionadas aos processos de transição agroecológica. O CEEPFCCMS é uma das escolas que vem apresentando espaços produtivos, capazes de propulsionar vivências e práticas voltadas a construção de espaços, territórios e sociedades sustentáveis.

Hosana Santana
Discente do Curso Técnico de Agroecologia
Modalidade Alternância

Sou mulher, mãe de Flora, estou em processo de descoberta da minha identidade. tenho 21 anos. Nascida e criada num município da cidade de mascote, chamado São João do Paraíso, mas atualmente moradora no assentamento terra vista- Arataca. Estudo no CEEP da floresta do cacau do chocolate Milton Santos.

Referências

ALTIERI, M. A. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. 3a ed. Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA, 2012, p.105.

ARATACA, P. M. DE. **Decreto no 216 de 15 de Agosto de 2017**: Composição do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA – Biênio 2017-2019. Arataca: Gabinete do Prefeito, 2017.

BAHIA, C. E. DE E. P. DO C. M. S. **Projeto político-pedagógico**: Arataca, Bahia. Arataca: Secretaria de Estado da Educação, 2012.

BARROS, E. R.; JORDÃO, E. M. Cultivando Saberes: Um Caminho para Transição Agroecológica. **Ver. Bras. de Agroecologia**/ nov, vol. 4 nº 2, 2009.

BOFF, L. **Saber Cuidar Ética do humano** - compaixão pela terra. Editora Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro, Pág. 05, 1999.

BOGO, A. **Identidade e luta de classes**. 2ªed. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 25 e p.140.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Diário Oficial do Poder Executivo, Brasília, 18 jun. 2012.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Dispõe sobre as leis de diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 dez. 1996. BRASIL. Ministério da Educação. Programa Parâmetros em Ação Meio Ambiente na Escola. Brasília (BRASIL): MEC, 2001. 426 p.

BRASIL, Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Parâmetros em Ação Meio Ambiente na Escola**. Brasília (BRASIL): MEC, 2001. 426 p.

BRASIL. **Resolução n.º 2/2012**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Ministério da

Educação, Brasília, DF, 15 de Junho de 2012.

BRASIL. **Lei nº 9795**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília: 1999.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. Câmara dos Deputados: Brasília, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10172.htm> Acesso: 23/12/2022

BRASIL. **Lei n. 5.197, de 03 de janeiro de 1967**. Dispõe sobre a Proteção à Fauna. Brasília: 03 de jan. de 1967.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**: educação é a base. 3ª versão revista. Brasília: MEC, 2018. 396 p.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p. 292.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. **Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999**. Política Nacional de Educação Ambiental. Diário Oficial da União, Brasília, 28 abr. 1999. Seção 1, p. 1.

CALDAT, Roseli S. **Educação do campo**. Dicionário da Educação do Campo, Organizado por Roseli Salette Caldat, Izabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Pluritecnica de Saúde Joaquim Venâncio, expressão Popular, p 260. 2012.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia: Aproximando Conceitos com a Noção de Sustentabilidade. In: RUSCHEINSKY, A. (Org.). **Sustentabilidade**: Uma Paixão em Movimento. Porto Alegre: Sulina, 2004.

COSTA, L. DE O. **Pérolas Negras do Rio Aliança**: Educação profissional, memórias e resistências negras no assentamento terra vista Arataca/BA. Dissertação (Mestrado em Gestão e Tecnologias Aplicadas a Educação) – Universidade do Estado da Bahia. Salvador, p. 75. – Salvador: UNEB, 2019.

COSTA, L. DE O.; ROCHA, J. C.; SANTANA, N. S. Uma escola

do campo chamada Milton Santos: o florescer da Agroecologia. In: BRITO, F. E. M. et al. (Eds.). **Educação do campo e agroecologia**: resistência e luta pelo fortalecimento dos saberes e fazeres. São Carlos: Pedro & João editores, 2022.

DALMAGRO, S. L. Movimento Social: a experiência em curso no campo brasileiro. In: VENDRAMINI, C. R.; MACHADO, I. F. (Eds.). **Escola e movimento social**: a experiência em curso no campo brasileiro. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 45–48.

EMBRAPA. **Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Institucional**. VI Plano Diretor da Embrapa 2014-2034. Brasília, DF, 2015. 24p. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1025506/vi-plano-diretor-da-embrapa-2014-2034>>. Acessado em: nov./2019.

FAO. **Statistical Yearbook 2013**. 2013. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/>>. Acesso em: nov./2019.

FERREIRA, J.; FELÍCIO, E. I. **Por terra e território**: caminhos da revolução dos povos no Brasil. Arataca: Teia dos Povos, 2021.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, p. 67, 1987.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. 2. ed. Porto Alegre: Universidade–Editora da UFRGS, 2000.

GUHUR, Dominique Michèle Periotto e TONÁ, Nilciney: Agroecologia. In: CALDART, Roseli Salete, et al. (orgs.) **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro/São Paulo: EPSJV Fiocruz/Expressão Popular, 2012.

LE GOFF, Jaques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão...[et al.]—Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1988., 68 p

MARQUES, P. S.; SANTOS, J. H. DOS. Assentamento Terra Vista: direito à terra, ao território e ao Bem Viver. 32ª Reunião Brasileira de Antropologia. **Anais...**Ilheus: 2020

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território na Geografia de**

Milton Santos. São Paulo: Editora Anna Blume, 2003, 38p.

OLIVEIRA AJAGUNAN, R. N. Reflexões sobre o processo de pesquisa-criação-ensino materializada por meio da escrita autoral do livro “**Exu, caminhos de orientação**: Saberes de tradição Ijexá, afro-geografias de um Ogan”, 2021.

PÓVOAS, R. DO C. **A Fala do Santo.** Ilhéus: Editus, 2002. v. 4

PÓVOAS, R. DO C. **Da porteira para fora**: mundo de preto em terra de branco. Edição com ed. Ilheus: Editus, 2011.

PÓVOAS, R. DO C. **Mejigã e o contexto da escravidão.** Ilheus: Editus, 2012

PRIMAVESI, A. **Pergunte ao solo e às raízes**: uma análise do solo tropical e mais de 70 casos resolvidos pela agroecologia -1. ed. - São Paulo: Nobel, 2014. 288p.

RANGEL, J. F. CEPLAC/CACAU ano 25. **Brasília**: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, Escritório no Brasil, Unidade de Informação e Documentação. 1982ano25. Brasília. Disponível: <http://www.meioambiente.ba.gov.br> Plano Estadual de Meio Ambiente acesso 20/11/2022.

SAVIANI, N. **Saber Escolar, Currículo e Didática**: problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico. 6. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2010, 145,p.

SANTOS, M. (org). **Território, Globalização e Fragmentação.** Editora Hucitec, São Paulo, 1998.

SANTOS, S. B. **História do assentamento Terra Vista.** Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em História) – UESC, Ilhéus, 2016 – Ilheus: UESC, 2016.

SILVA, José Nunes da; TAVARES DE LIMA, Jorge Roberto Povos de Terreiros e construção do conhecimento agroecológico: notas para um debate. **Cadernos de Agroecologia** – ISSN 2236-7934 – Anais do VI CLAA, X CBA e V SEMDF – Vol. 13, N° 1, Jul. 2018.

SOUZA, Mamédio Santana. **História de Arataca.** – Edição renovada, 2010.

_____Tàkàdá, Jornal ano 3, nº 6, pág 1, Kaue, UESC, 1998.

TEIA DOS POVOS. **Carta da VI Jornada de Agroecologia da Bahia**. 2019. Disponível em: <http://teiadospovos.com.br/agroecologia/carta-da-iv-jornada-de-agroecologia-da-bahia-2019-teia-dos-povos/>. Acessado em: nov./2019.

TEIA DOS POVOS. **Portal Teia dos Povos**. Disponível em: [<https://teiadospovos.org/>](https://teiadospovos.org/).

TORRES, Nelson Maldonado. **A topologia do Ser e a geopolítica do conhecimento**. Modernidade, império e colonialidade. 2008. <https://journals.openedition.org/rccs/695> Acesso em 25 de fevereiro 2023.

VELASQUE. José. **Conceitos da Política Públicas no Brasil: Uma abordagem filosófica**. 5^a edição, Editora Editus, São Paulo-2009.